

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS - POSLIN

THAÍS FRANCO DE PAULA

**A POSIÇÃO DOS CLÍTICOS PRONOMINAIS NO PORTUGUÊS SOB A  
PERSPECTIVA DOS SISTEMAS ADAPTATIVOS COMPLEXOS – UM ESTUDO  
DIACRÔNICO**

BELO HORIZONTE

2019

THAÍS FRANCO DE PAULA

**A POSIÇÃO DOS CLÍTICOS PRONOMINAIS NO PORTUGUÊS SOB A  
PERSPECTIVA DOS SISTEMAS ADAPTATIVOS COMPLEXOS – UM ESTUDO  
DIACRÔNICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística.

**Área de concentração:** Linguística Teórica e Descritiva.

**Linha:** Estudo da Variação e Mudança Linguística

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Sueli Maria Coelho.

BELO HORIZONTE

Faculdade de Letras da UFMG

2019

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

P324p Paula, Thaís Franco de.  
A posição dos clíticos pronominais no português sob a perspectiva dos sistemas adaptativos complexos [manuscrito] : um estudo diacrônico / Thaís Franco de Paula. – 2019.  
131 f., enc. : il., grafs, tabs, (p&b) (color).  
Orientadora: Sueli Maria Coelho.  
Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.  
Linha de Pesquisa: Teoria da Variação e Mudança.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.  
Bibliografia: f. 89-95.  
Apêndices: f. 96-124.

1. Língua portuguesa – Pronomes – Teses. 2. Língua portuguesa – Variação – Teses. 3. Mudanças linguísticas – Teses.  
I. Coelho, Sueli Maria. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 469.5



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



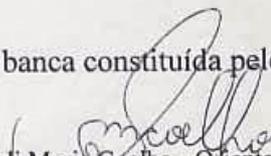
## FOLHA DE APROVAÇÃO

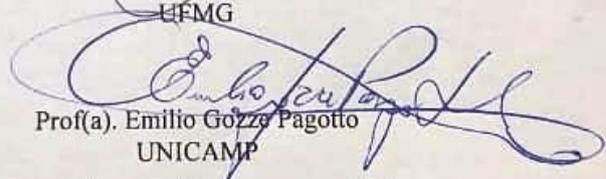
### A POSIÇÃO DOS CLÍTICOS PRONOMINAIS NO PORTUGUÊS SOB A PERSPECTIVA DOS SISTEMAS ADAPTATIVOS COMPLEXOS - UM ESTUDO DIACRÔNICO

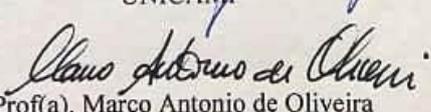
**THAIS FRANCO DE PAULA**

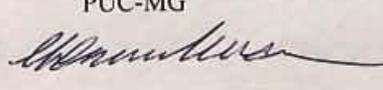
Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudo da Variação e Mudança Linguística.

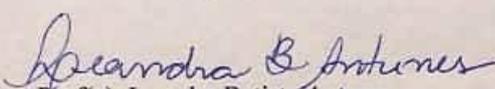
Aprovada em 02 de abril de 2019, pela banca constituída pelos membros:

  
Prof(a). Sueli Maria Coelho - Orientadora  
UFMG

  
Prof(a). Emilio Gozza Pagotto  
UNICAMP

  
Prof(a). Marco Antonio de Oliveira  
PUC-MG

  
Prof(a). César Nardelli Cambraia  
UFMG

  
Prof(a). Leandra Batista Antunes  
UFOP

Belo Horizonte, 2 de abril de 2019.

A todos os meus familiares e amigos, que entenderam minha ausência durante este trabalho.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que permitiu que eu fizesse parte de um programa de pós-graduação de tanta excelência e que me sustentou nos momentos de dificuldade.

A minha orientadora, Sueli Maria Coelho, com quem dei meus primeiros passos na pesquisa linguística ainda na iniciação científica. Sou grata por minha trajetória acadêmica ter sido orientada por um exemplo de profissional, comprometida com o que faz, competente e sempre atenciosa. Obrigada por compartilhar seus conhecimentos comigo.

Ao meu marido, Thiago, por ser um grande companheiro e motivador. Obrigada por seu amor e paciência.

A todos os meus familiares, que sempre acreditaram nos meus sonhos; em especial a minha mãe e ao meu pai, pelo apoio e incentivo desde sempre, e a minha avó Lúcia pelas valiosas orações.

À CAPES pelo fomento a esta pesquisa desde que precisei me dedicar inteiramente a ela.

Aos professores César Nardelli Cambraia e Eunice Nicolau pelas contribuições tão preciosas na banca de qualificação e por terem aceitado, mais uma vez, contribuírem com meu trabalho na banca de defesa.

À professora Charlotte Galves, cujos apontamentos na banca de qualificação foram preciosos para o enriquecimento do meu trabalho.

À professora Thaís Cristófaros Silva por suas tão ricas observações e indicações.

Aos professores Emilio Gozze Pagotto, Leandra Antunes Batista, Marco Antônio de Oliveira e Seung Hwa Lee, que também, gentilmente, aceitaram o convite para participar da banca de defesa. Sou grata por se disporem a compartilhar seus conhecimentos e experiências comigo.

A todos os professores do POSLIN que contribuíram com minha formação.

A todos os meus amigos do POSLIN; em especial à Glenda, que favoreceu para que este processo fosse menos pesado.

A todos os meus amigos de longa data nesta vida acadêmica, em especial ao Eclair, à Milene e à Silmara, que sempre me impulsionaram e, mesmo distantes, estiveram por perto.

Eu que sou oblíqua  
preciso orbitar em torno do Verbo,  
o Verbo feito Carne,  
Senhor de todas as Letras, alfa e ômega.  
Lembre-se de que toda análise começa pelo Verbo.

“-Picaretas em punho: vamos cavar!”

(Tarallo, 1990, p. 175)

## RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo diacrônico sobre a sintaxe de colocação dos clíticos pronominais na língua portuguesa, do século XVI ao XXI, a partir da análise de dados coletados em dois gêneros textuais: crônica histórica e gramática. Historiamos a normatização do emprego dos clíticos em gramáticas portuguesas do séc. XVI ao XIX, compilamos diversos trabalhos já empreendidos sobre o tema de que nos ocupamos ao longo do período delimitado para o estudo e propusemos uma explicação alternativa àquela formulada pelos tratadistas consultados. A partir de uma metodologia quantitativa e qualitativa, apoiada teoricamente na Linguística funcional centrada no uso, na Sociolinguística e nos Sistemas adaptativos complexos, buscamos verificar se a atual tendência proclítica dos clíticos pronominais no português brasileiro (PB) decorre de uma inovação linguística que se deu em terras brasileiras ou de uma retenção que aqui preservou as características do português clássico, o que implica admitir que a mudança da ordem dos clíticos pronominais teria se dado em Portugal no período moderno. A análise do tipo de oração como possível condicionador da colocação dos clíticos pronominais sinalizou a possibilidade de mudanças fonético-fonológicas ocorridas no PE terem afetado a morfologia da língua, que teria se encarregado de resolver tal problema por meio da sintaxe, reestruturando a ordem dos clíticos pronominais. Nossos resultados confirmam, assim, tanto o encaixamento da mudança quanto a hipótese da retenção da tendência proclítica do período clássico da língua portuguesa no português do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Clíticos pronominais. Diacronia. Variação e mudança linguística. Sistemas adaptativos complexos.

## ABSTRACT

This work presents a diachronic study on the syntax of pronominal clitic placement in the Portuguese Language, from the analysis of data collected in two textual genres: historical chronicle and grammar. We historized the standardization of the usage of clitics in Portuguese grammars from the sixteenth to the nineteenth century, compiled several works already conducted on the theme on which we worked throughout the outlined period of time for the study, and proposed an alternate explanation to the one given by the consulted treatises. Based both on a quantitative and qualitative methodology, theoretically supported by the Usage-Based Functional Linguistics, Sociolinguistics and Complex Adaptive Systems, we attempted to verify whether the current proclitic tendency of pronominal clitics in Brazilian Portuguese (henceforth PB) results from either a linguistic innovation that occurred in Brazilian lands or from a retention which here preserved the features of Classic Portuguese, which means admitting that the change in the order of pronominal clitics would have occurred in Portugal in the modern period. The analysis of the type of clause as a possible conditioner of pronominal clitic placement signaled the possibility that the phonological changes that occurred in European Portuguese (henceforth PE) have affected the morphology of the language, which found a way to solve the problem through syntax, restructuring the order of pronominal clitics. Our results confirm, then, both the nesting of the change and the hypothesis of the retention of proclitic tendency from the classic period of the Portuguese Language in PB.

**KEY WORDS:** Pronominal clitic. Diachrony. Variation and linguistic change. Complex adaptive systems.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Troca do pronome átono pelo tônico no Facebook .....	78
Figura 2 - Troca do pronome átono pelo tônico no Whatsapp .....	78
Figura 3 - Proposta de Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006) para se repensar a periodização do português .....	79
Figura 4 - Trajetória dos clíticos pronominais no PE e no PB .....	82
Gráfico 1 - Posição dos clíticos no PB nos diferentes tipos de orações do século XVI ao XXI .....	55
Gráfico 2 - Posição por clítico pronominal no PB .....	60
Gráfico 3 - Posição por clítico pronominal no PE gramatical.....	62
Quadro 1 - Síntese das regras prescritivas e seus autores/ano.....	35
Quadro 2 - Caracterização do <i>corpus</i> do português europeu.....	47
Quadro 3 - Tipos de orações encontradas e analisadas no <i>corpus</i> do PB .....	53

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Colocação dos clíticos no português europeu segundo Salvi (1990) e Martins (1994) .....	19
Tabela 2 - Colocação dos clíticos no PB segundo Pagotto (1992).....	19
Tabela 3 - Frequência das orações subordinadas desenvolvidas em relação às demais orações no PB .....	58
Tabela 4 - Frequência do clítico <i>se</i> nas orações subordinadas desenvolvidas em relação às demais orações .....	58
Tabela 4 - Frequência do clítico <i>se</i> nas orações subordinadas desenvolvidas em relação às demais orações (continuação).....	59
Tabela 5 - Comparação da frequência de <i>se</i> no texto literário e gramatical do PB .....	63
Tabela 6 - Semelhança da frequência de <i>se</i> e da frequência final total dos clíticos no PB e no PE .....	67

## LISTA DE ABREVIATURAS

- EV1 Ênclise ao primeiro verbo de um grupo verbal.
- EV2 Ênclise ao segundo verbo de um grupo verbal.
- H Hífen (clítico ligado ao verbo por hífen).
- J Junto (clítico junto ao verbo formando com ele um só vocábulo fonológico).
- LFCU Linguística funcional centrada no uso.
- PB Português brasileiro.
- PE Português europeu.
- PV1 Próclise ao primeiro verbo de um grupo verbal.
- PV2 Próclise ao segundo verbo de um grupo verbal.
- SAC Sistema adaptativo complexo.
- S Separado (clítico não acoplado ao verbo).
- SVO Sujeito, verbo, objeto.
- V1 Primeiro verbo de um grupo verbal.
- V2 Segundo verbo de um grupo verbal.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1: CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 2: REFLEXÕES SOBRE A SINTAXE DE COLOCAÇÃO DOS CLÍTICOS PRONOMINAIS NO PORTUGUÊS</b> .....	<b>19</b>
2.1 Os clíticos pronominais e suas regras - um olhar para os estudos gramaticais e linguísticos do século XVI ao XXI.....	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO 3: DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA</b> .....	<b>41</b>
3.1 Do quadro teórico.....	<b>41</b>
3.2 Da constituição do <i>corpus</i> .....	<b>42</b>
3.3 Dos critérios de análise .....	<b>47</b>
<b>CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>52</b>
4.1 A posição dos clíticos pronominais segundo a variável sintática <i>tipo de oração</i> .....	<b>54</b>
4.2 Posição preferencial de cada clítico pronominal do século XVI ao XXI .....	<b>60</b>
4.3 A sintaxe de colocação dos clíticos pronominais como um Sistema adaptativo complexo .....	<b>66</b>
<b>CAPÍTULO 5: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS</b> .....	<b>75</b>
<b>CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>89</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>96</b>

# CAPÍTULO 1

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quando se fala em colocação de clíticos pronominais – aqui concebidos no sentido clássico, que abarca sob esse rótulo quaisquer “monossílabos átonos que dependem, quanto à acentuação, das palavras que os seguem ou os precedem, ou dentro das quais eles se põem” (DUBOIS, 1973) –, pensa-se logo em variação: variação na posição assumida pelos clíticos pronominais no português europeu (PE) e no português brasileiro (PB) em uma mesma sincronia e ao longo das sincronias. E, quando se fala em variação, pensa-se logo na Sociolinguística Variacionista, para a qual as variações linguísticas, que podem resultar (ou não) em mudanças, são influenciadas pela atuação do próprio sistema interno da língua e de fatores sociais externos ao sistema (WEINREICH; LABOV; HERZOG (2006 [1968]), LABOV (1972). Além de fatores internos ao sistema linguístico e de fatores sociais, outra abordagem teórica, a Linguística funcional centrada no uso (LFCU), acredita na atuação de fatores cognitivos e de frequência de uso nos processos de variação e mudança linguística. Assim, além do quadro teórico da Sociolinguística Variacionista, recorreremos também ao quadro teórico da LFCU para a qual "as formas linguísticas são motivadas por fatores de natureza diversa – não apenas comunicativos ou sociais, mas também cognitivos, estruturais e históricos" (CEZARIO; FURTADO DA CUNHA (2013)). A ideia de que a posição dos clíticos pronominais seja motivada por fatores de natureza diversa não é nova, já tendo sido defendida pelo professor Martinz de Aguiar, a quem Bechara (1999 [1961], p. 591) referenciou:

a colocação de pronomes complementos em português não se rege pela fonética, nem é o ritmo, o mesmo binário-ternário, em ambas as modalidades, brasileira e lusitana, que impõe uma colocação aqui, outra ali, não. Ela obedece a um complexo de fatores, fonéticos (rítmicos), lógico, psicológico (estilístico), estético, histórico, que às vezes se entrelaçam e às vezes se contrapõem (AGUIAR *apud* BECHARA, 1999 [1961], p. 591).

Apesar da intuição dos autores acerca do fato de a colocação dos clíticos pronominais ser regida por um complexo de fatores, concordamos com Vieira (2007) que “alguns elementos parecem estar mais intuídos do que efetivamente atestados. Cite-se, nesse sentido, o pouco conhecimento de que se dispõe sobre as características rítmicas das variedades do português, fundamentais para a determinação dos parâmetros prosódicos de cliticização” (p. 122). Dessa forma, buscamos agregar aos trabalhos já empreendidos uma análise que leve em consideração

também fatores históricos, envolvendo uma possível influência do reflexo de mudanças fonético-fonológicas. Assim, nossa proposta procura entender mais especificamente como questões fonético-fonológicas teriam afetado a escolha da posição dos clíticos na sintaxe do PE e do PB sob a influência da frequência de uso e de fatores cognitivos, estruturais, sociais e culturais. É nessa perspectiva que entra em cena a concepção de língua como um sistema adaptativo complexo (Cf. LARSENFREEMAN (1997), LARSEN-FREEMAN e CAMERON (2008a), BECKNER *et al* (2009); ELLIS e LARSEN-FREEMAN (2009), PAIVA e NASCIMENTO (2009), BYBEE (2016 [2010]), MASSIP-BONET (2013), OLIVEIRA (2014, 2015, 2016), CRISTÓFARO SILVA (2016)), estendendo-a para a interpretação da sintaxe de ordem de colocação dos clíticos pronominais nas duas variedades do português.

O casamento teórico entre a Sociolinguística Variacionista e outras abordagens, sobretudo a Gerativista, já foi adotado em outros trabalhos para o estudo da posição dos clíticos pronominais. É nessa abordagem que se concentram importantes trabalhos que buscam descrever a colocação dos clíticos pronominais, bem como as causas da variação ou da tendência proclítica ou enclítica em cada período e variedade do português (Cf. PAGOTTO (1992), MARTINS (1994), PAIXÃO DE SOUSA (2004), GALVES, BRITTO E PAIXÃO DE SOUSA (2005a), GALVES, RIBEIRO E TORRES MORAES (2005b), GALVES E CARNEIRO (2010), GALVES E PAIXÃO DE SOUSA (2017)). Apesar de reconhecermos o mérito de tais trabalhos, nosso novo olhar sobre o tema, como já mencionamos, embasa-se em outra perspectiva teórica, ao combinar os pressupostos sociolinguísticos com o quadro funcionalista. Segundo Lucchesi e Ribeiro (2009), a causa da associação da Sociolinguística com outras abordagens teóricas tem uma explicação:

o problema do encaixamento da mudança na estrutura linguística, malgrado alguns sucessos iniciais no nível fonológico, ainda permanece como um território em que a Sociolinguística por si mesma avançou muito pouco (LUCCHESI, 2004c, p.204-208). Isso se deve à ausência de uma teoria da estrutura produzida no âmbito da Sociolinguística, o que faz com que os seus pesquisadores recorram, sobretudo, aos esquemas funcionalistas, em suas análises do encaixamento dos processos de variação/mudança na estrutura da língua; ou até, como fez o próprio Labov (1969), busquem no modelo da Gramática Gerativa os instrumentos para a sua análise linguística (LUCCHESI e RIBEIRO, 2009, p. 127)

Optando, portanto, pela combinação de postulados da Sociolinguística Variacionista e da LFCU, apresentamos aqui um estudo diacrônico da posição dos clíticos pronominais no PB e no PE, elegendo como intervalo histórico para essa incursão o período compreendido entre o século XVI e XXI. Para a constituição da amostra linguística do PB no referido período,

lançamos mão do gênero textual crônica histórica, que, apesar de ser categorizado como gênero literário, em face de sua funcionalidade, não goza de tamanha liberdade poética como outros gêneros da mesma esfera. Para a amostra do PE, utilizamos textos de gramáticas do século XVI ao XIX<sup>1</sup>, a fim de comparar o vernáculo brasileiro com o que seria o padrão culto mais monitorado do português de além-mar e, assim, tentar resgatar a história da divergência entre PB e PE no que diz respeito aos clíticos pronominais, cuja sintaxe de ordem é frequentemente evocada para se falar da consolidação de uma gramática genuinamente brasileira. Sabemos que a gramática não se caracteriza por um ou por outro fenômeno linguístico isolado, mas a ordem dos clíticos pronominais é um dos fenômenos que mais diferenciam PE e PB no nível sintático. Assim, acreditamos que haja algum mérito em investigar onde teria ocorrido a mudança que causou essa diferença, buscando compreender quando e quais fatores a teriam motivado. Muitos linguistas afirmam, de forma consensual, ser o século XIX o período de consolidação de uma gramática nacional brasileira. Nessa perspectiva, podemos citar os trabalhos de Tarallo (1993), de Nunes (1996), de Moraes e Ribeiro (2004), entre outros. Pagotto (1998, p. 50) nos lembra das “grandes polêmicas que se travaram no século XIX e na primeira metade deste século [XX] - especialmente nas décadas de 30 e 40 - acerca da possível existência de uma ‘língua brasileira’”.

Apesar de tais trabalhos indicarem o século XIX como o momento de consolidação de várias características sintáticas consideradas próprias da emergência de uma gramática da variedade do português brasileiro, trabalhos mais recentes, como o de Coelho e Paula (2011) e o de Bittencourt (2014), por exemplo, atestam que, no Brasil, em Minas Gerais, já no século XVIII, a sintaxe de colocação dos clíticos pronominais apresentava características análogas à da sintaxe atual, como a preferência pela próclise e a ausência da mesóclise, mesmo em contextos mais formais, o que distingue nitidamente o uso lusitano do uso brasileiro.

Análise de dados da sintaxe de colocação no português mineiro do século XVIII feita por Coelho (2014, 2015) levou-a a também levantar a hipótese de que a sintaxe de colocação dos clíticos pronominais nos textos mineiros é derivada do português clássico. Coelho (2014, 2015) especula se a ordem dos clíticos pronominais nas Minas Setecentistas, e presente no PB até hoje, seria uma retenção das características da ordem do PE clássico determinada pela grande presença de portugueses na região no período setecentista. A análise de textos escritos das regiões de Ouro Preto e de Diamantina no século XVIII (Cf. COELHO E PAULA (2011) e BITTENCOURT (2014)) revelou também a preferência pela próclise, o que suscitou a

---

<sup>1</sup> Para o português europeu, nosso *corpus* vai apenas até o século XIX porque estudos anteriores já mostraram que, a partir desse século, o PE é predominantemente enclítico, divergindo da tendência de colocação proclítica do PB.

hipótese de que a posição dos clíticos pronominais no PB difere da posição no PE não em decorrência de uma inovação linguística ocorrida no Brasil, mas em virtude de uma retenção do padrão do português clássico que aqui chegou com os colonizadores. A mudança teria se dado, portanto, em Portugal no período moderno. Essa hipótese dialoga intimamente com a constatação feita por Pagotto (1992) a respeito da semelhança do PB atual com o português clássico. Para ele, “no que toca à posição dos clíticos em sentenças raiz, o português clássico tinha um padrão muito semelhante ao português brasileiro atual.” (PAGOTTO, 1992, p. 84). Ele acredita que

é em Portugal que se teria dado a promoção das variantes em mudança à condição de norma culta, uma vez que, no Brasil, a língua falada seguia um curso completamente diferente. Ou seja, a mudança de postura com relação às formas linguísticas que se dá em Portugal não ocorre gratuitamente, mas é fruto da expansão das mudanças na gramática do português falado lá. (PAGOTTO, 1998, p. 53).

Esses trabalhos nos mostram que, para melhor descrever a sintaxe de colocação dos clíticos pronominais no Brasil, é preciso comparar as características da sintaxe de colocação desses clíticos na variedade de português que aqui chegou nas caravelas com a sintaxe de colocação que foi sendo construída no Brasil ao longo dos seus cinco séculos de história. É, pois, um olhar diacrônico para a colocação dos clíticos pronominais nas duas variedades do português que poderá nos permitir identificar onde e em qual momento a mudança se deu, bem como tentar resgatar que mudança(s) teria(m) ocorrido em Portugal a partir do séc. XVIII, afetando sua sintaxe de ordem. Um estudo dessa natureza da posição dos clíticos no Português Brasileiro já foi feito por Pagotto (1992) em dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, mas seu estudo, à época, desconsiderou a variação da colocação conforme os contextos de uso mais ou menos formais, misturando, em seu *corpus*, cartas pessoais com cartas formais, além de só afiançar autoria brasileira para os dados a partir do século XIX. Nos dados do pesquisador, por exemplo, há uma mistura de ocorrências de cartas pessoais e de correspondências ativas e passivas com a corte, o que configura registros distintos, constituindo, assim, uma limitação metodológica por não considerar as especificidades de uso de cada registro. Sem desconsiderar a grande relevância desse trabalho para os estudos da sintaxe de colocação do PB, mas considerando a forte relação entre língua e fatores sociais defendida por Labov (1972), buscamos fazer uma nova viagem diacrônica pela colocação dos clíticos pronominais, incluindo na análise também os anos iniciais do século XXI, além de tentar padronizar os estilos e registros que constituíram a amostragem linguística analisada.

A literatura disponível sobre a colocação dos clíticos pronominais no português evidencia, além da preferência pela próclise no PB, vários contextos de variação entre próclise e ênclise desde o português clássico. À primeira vista, a variação na sintaxe de colocação dos clíticos pronominais no PB é tão grande que se imagina impossível sistematizá-la. Para Pagotto (1992), por exemplo, os clíticos foram “atores altamente dissimulados, resistindo a ser desmascarados” (p. 165). Mas, em busca de tentar desmascarar os fatores responsáveis pela variação e pela preferência da posição encontrada em cada século analisado, seguimos o conselho desse pesquisador: “o espetáculo não pode acabar” (p.166). Por isso, colocamos novamente os clíticos em cena, agora sob o olhar da LFCU e tentando especular acerca de uma possível influência de mudanças fonético-fonológicas atuando na ordem dos clíticos pronominais por meio do encaixamento.

Nesse contexto, as perguntas mestras a que este trabalho buscou responder – diante da já discutida e atual divergência na sintaxe de colocação dos clíticos pronominais entre o PB e o PE – são basicamente duas: (i) a atual sintaxe de colocação brasileira seria uma retenção dos padrões de colocação do português clássico que aqui desembarcou ou atestaria uma mudança?; (ii) que fatores (estruturais, sociais, cognitivos, históricos) determinariam as particularidades de colocação dos clíticos pronominais que caracterizam as duas variedades de língua portuguesa?

Para se estudar a história da sintaxe de colocação dos clíticos pronominais em terras brasileiras, para compará-la à variedade de Portugal, seguimos o conselho de Castilho (2010): “se quiser concentrar-se na história do português brasileiro, ‘basta’ estudar quinhentos anos de história linguística, começando pela chegada dos primeiros colonos portugueses à baía de São Vicente, em 1532, rebolando aí pelos séculos até chegar ao momento atual” (p. 170). Segundo o autor,

no âmbito do Projeto Para História do Português Brasileiro, foram apresentados três textos de caráter programático sobre a história social: Mattos e Silva (1998), Ramos (1998a) e Castilho (1998d). Mattos e Silva (1998: 22) considera necessário desenvolver quatro campos de pesquisa: **a**, reconstrução de uma história social linguística do Brasil; **b**, reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística histórica; **c**, reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro; **d**, comparação entre o português europeu e o português brasileiro. (CASTILHO, 2010, p.175)

Este trabalho justifica-se, pois, por atender, no âmbito da sintaxe de colocação dos clíticos pronominais, ao desenvolvimento de especificidades desses quatro campos.

Como objetivo geral, esta investigação buscou (i) verificar, a partir de um estudo diacrônico, se a sintaxe de colocação dos clíticos pronominais no PB decorre de uma retenção linguística que preservou no PB a tendência proclítica do PE clássico ou se, como defendem alguns, trata-se de uma mudança linguística ocorrida em terras brasileiras. Como objetivos específicos, buscamos (ii) identificar possíveis fatores influenciadores da posição dos clíticos no português e (ii) correlacionar os fatos linguísticos encontrados com os fatores da história sociocultural da relação linguística Brasil-Portugal.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. Encerrando essas considerações iniciais, passamos, no segundo capítulo, a apresentar, baseados em estudos anteriores, algumas reflexões sobre a sintaxe de colocação dos clíticos pronominais no português que são importantes para a discussão que aqui propomos. Lançamos luz sobre algumas questões a respeito da colocação dos clíticos pronominais nos estudos gramaticais e nos estudos linguísticos que são relevantes para o encaminhamento da nossa argumentação. No terceiro capítulo, descrevemos os procedimentos metodológicos: o referencial teórico adotado, o *corpus* constituído e os critérios de análise. No capítulo quarto, apresentamos nossa interpretação dos resultados. Em seguida, no quinto capítulo, discutimos algumas implicações teóricas para a literatura sobre a sintaxe de ordem dos clíticos pronominais com base nos resultados por nós alcançados. Por fim, apresentam-se as considerações finais, as referências bibliográficas e, em apêndice, tabelas com a exposição de nossos dados de forma mais detalhada.

## CAPÍTULO 2

### REFLEXÕES SOBRE A SINTAXE DE COLOCAÇÃO DOS CLÍTICOS PRONOMINAIS NO PORTUGUÊS

Reflexões sobre a sintaxe de colocação ou de ordem dos pronomes oblíquos átonos, relacionadas às diferenças entre norma e uso e entre o português “d’aquém e d’além-mar”, têm sido objeto de inúmeros trabalhos linguísticos. Estudos de Salvi (1990), de Martins (1994), e de Pagotto (1992) evidenciam que, ao longo do tempo, a sintaxe de colocação dos clíticos no PB e no PE apresenta mudanças. Os dados desses três trabalhos são sistematizados por Castilho (2010, p. 484-485) nas tabelas transcritas abaixo:

TABELA 1  
Colocação dos clíticos no português europeu segundo Salvi (1990) e Martins (1994)

Colocação dos clíticos segundo Salvi (1990)									
	1267- 1348	1425- 1450	1510- 1520	1550- 1600	1655	1727	1746	1846	1878
Próclise	29%	50%	61%	100%	57%	81%	49%	10%	5%
Ênclise	71%	50%	39%	0%	43%	19%	51%	90%	95%
Colocação dos clíticos no português arcaico segundo Martins (1994)									
	1250- 99	1300- 49	1350- 99	1400- 49	1450- 99	1500-50			
Próclise	6,7%	18,8%	37,8%	71,4%	94,4%	100%			
Ênclise	93,3%	81,2%	62,2%	28,6%	5,6%	0%			

Fonte: CASTILHO, 2010, p. 484.

TABELA 2  
Colocação dos clíticos no PB segundo Pagotto (1992, p. 69)

	1530- 1550	1551- 1599	1600- 1650	1650- 1699	1700- 1750	1751- 1799	1800- 1850	1851- 1899	1900- 1950	1951- 1992
Próclise	83%	84%	92%	88%	85%	85%	89%	55%	29%	46%
Ênclise	17%	16%	8%	12%	15%	15%	11%	45%	71%	54%

Fonte: CASTILHO, 2010, p. 484.

Os dados mostram que, no português europeu, há o predomínio da ênclise até o século XIV, o aumento da próclise no século XV e o início do predomínio da próclise no início do século XVI, quando chegam ao Brasil os primeiros colonizadores. Na segunda metade do XVI,

a próclise é predominante. É importante lembrarmos que o Brasil passou por um processo de colonização também linguística: a língua portuguesa no Brasil, como um fato social, decorre do contato de povos com histórias e com línguas diferentes e da imposição da língua dos colonizadores para a constituição de uma nação (MARIANI 2003, 2004).

Relacionando língua e fatores sociais, Labov (1972) desenvolve o modelo teórico da Sociolinguística Quantitativa, segundo o qual todo sistema linguístico se caracteriza pela sua heterogeneidade e sistematicidade e está suscetível a variações, as quais podem (ou não) resultar em mudanças. Para Labov (1972), a heterogeneidade linguística e a variação no uso das formas é um reflexo da variabilidade social e da diversidade dos grupos sociais. De acordo com esse autor (1968),

os procedimentos da linguística descritiva se baseiam no entendimento de que a língua é um conjunto estruturado de normas sociais. No passado, foi útil considerar que tais normas eram invariantes e compartilhadas por todos os membros da comunidade linguística. Todavia, as análises do contexto social em que a língua é utilizada vieram demonstrar que muitos elementos da estrutura linguística estão implicados na variação sistemática que reflete tanto a mudança temporal quanto os processos sociais extralinguísticos. (LABOV, 1968, p. 241, tradução nossa<sup>2</sup>).

Se neste estudo diacrônico da sintaxe de colocação dos clíticos pronominais levamos em conta o aspecto sócio-histórico e se buscamos testar a hipótese de que o padrão atual é uma retenção do padrão trazido pela comunidade de fala de língua portuguesa que desembarcou no Brasil, avaliamos ser indispensável o aporte teórico da Sociolinguística Laboviana. O conceito de comunidade de fala de Labov (1972) pode nos ajudar a entender as tão divulgadas particularidades existentes na sintaxe de colocação dos clíticos entre PB e PE. Conforme esse linguista, a comunidade de fala

não se define por nenhum acordo marcado quanto ao uso dos elementos da língua, mas sobretudo pela participação num conjunto de normas estabelecidas. Tais normas podem ser observadas em tipos claros de comportamento avaliativo e na uniformidade de modelos abstratos de variação, que são invariantes com relação aos níveis particulares de uso (LABOV, 1972, p. 120-121, tradução nossa<sup>3</sup>).

---

<sup>2</sup> The procedures of descriptive linguistics are based upon the conception of language as a structured set of social norm. It has been useful in the past to consider these norms as invariants, shared by all members of the speech community. However, closer studies of the social context in which language is used show that many elements of linguistic structure are involved in systematic variation which reflects both temporal change and extralinguistic social processes (LABOV, 1968, p. 241).

<sup>3</sup> The speech community is not defined by any marked agreement in the use of language elements, so much as by participation in a set of shared norms; these norms may be observed in overt types of evaluation behavior, and by the uniformity of abstract patterns of variation which are invariant in respect to particular levels of usage. (LABOV, 1972, p.120-121)

Conforme discutiremos mais adiante, devido ao *Diretório dos índios*, imposição do Marquês de Pombal no final do século XVIII, o Brasil tem um acordo marcado com a gramática do português europeu, que em determinado momento no seu percurso histórico muda sua sintaxe de colocação, preferindo a ênclise (Cf. SALVI (1990) e PAGOTTO, (1992)). Os dados apresentados e discutidos no capítulo terceiro nos permitirão avaliar se a comunidade linguística do Brasil, constituída até então, sofre influências da maior predominância do português europeu a partir do *Diretório dos índios* ou se mantém a sintaxe de colocação dos clíticos pronominais já estabelecida e internalizada, o que estamos chamando aqui de retenção.

Conforme Labov (1972), em toda comunidade de fala, as formas linguísticas em variação são frequentes. Essas formas em variação recebem o nome de *variantes*. “As variantes são idênticas quanto à referência ou valor de verdade, mas opostas em sua significação social e/ou estilística.” (LABOV (1972), p. 271, tradução nossa<sup>4</sup>). Pagotto (1998) considera que a significação social e estilística e, sobretudo, a avaliação negativa da sintaxe de colocação brasileira se dá a partir do “processo de implantação da norma culta no projeto político de nação das elites brasileiras” (Cf. PAGOTTO (1998)). Essa implantação se dá no século XIX, momento em que aparecem os primeiros registros da avaliação negativa da sintaxe de colocação brasileira e de prescrições para a adequação da ordem dos clíticos pronominais. Antes disso, conforme é documentado em um artigo de Barreiros (1880), publicado na *Revista Brasileira* (sobre o qual discorreremos a seguir), a colocação dos clíticos pronominais não teria sido objeto de estudo dos gramáticos até o século XIX. As gramáticas que selecionamos para nosso *corpus*, apesar de não as termos delimitado na tradição gramatical, já que nosso objetivo em relação a elas se limita a coletar o registro da colocação dos clíticos pronominais na produção escrita daqueles que imaginamos ser os detentores da variedade culta mais purista e monitorada do PE do séc. XVI ao XIX, corroboram tal fato. Assim, apresentaremos, na subseção 2.1 a seguir, um percurso da colocação dos clíticos pronominais do século XVI aos dias atuais sob a perspectiva dos estudos gramaticais e dos estudos linguísticos. Veremos que a preocupação da tradição gramatical em delimitar regras (aquilo que deveria ser seguido) para a colocação dos clíticos resultou na preocupação dos estudos linguísticos em delimitar os fatores condicionantes do que seria responsável pela variação nas duas variedades do português e entre as duas, contexto em que nosso trabalho também se insere.

---

<sup>4</sup>the variants are identical in referential or truth value, but opposed in their social and/or stylistic significance. (LABOV, 1972, p.271)

## 2.1 Os clíticos pronominais e suas regras: um olhar para os estudos gramaticais e linguísticos do século XVI ao XXI

“Professor, qual regra de colocação pronominal devo usar aqui?” Essa é uma pergunta frequentemente ouvida por professores de Língua Portuguesa no Brasil. A norma ditada pelos compêndios gramaticais normativos e reproduzida nos livros didáticos no Brasil costuma não soar naturalmente aos usuários da variedade brasileira da língua portuguesa, que sentem usar outro padrão. As palavras “norma” e “padrão”, utilizadas na sentença anterior, remetem-nos a dois possíveis conceitos de regra: “aquilo que deve ser seguido” e “aquilo que é seguido”. É justamente a divergência entre “aquilo que deve ser seguido” e “aquilo que é seguido” que faz a colocação pronominal frequentemente trazer dúvidas na hora do registro escrito cuidado no Brasil. Esses dois conceitos de regra podem ser inferidos já na etimologia da palavra. Conforme Cunha (2010), no Dicionário etimológico da língua portuguesa, *regra*, do latim *rēgŭla*, é “aquilo que regula, dirige, rege ou governa” (p. 553). Na obra *A new and copious lexicon of the latin language* (LEVERETT, 1850), identificamos o seguinte significado figurado, encontrado em Cícero e Vitruvius: modelo, padrão<sup>5</sup>. A partir desses significados, podemos conceber *regra* de duas formas diferentes: aquilo que regula, que dirige, que rege e que governa por força de uma lei determinada, ou aquilo que regula, que dirige, que rege e que governa porque é um padrão regular, constante, um modelo seguido naturalmente. Esses dois sentidos são nos apresentados por Possenti (1996):

há dois sentidos em que se pode falar de regras: um deles traz consigo a idéia de obrigação, aproximando-se da noção de lei em sentido jurídico: a regra é algo a que se obedece, sob pena de alguma sanção. É nesse sentido que se fala das regras de etiqueta e do "bom comportamento". [...] O outro sentido de regra traz consigo a idéia de regularidade e constância, aproximando-se da noção de lei no sentido de "leis da natureza". Por exemplo, a lei da gravidade sistematiza uma parte de nossas observações sobre os objetos que nos cercam. (POSSENTI, 1996, p. 72).

Esses diferentes conceitos de regra resultam em diferentes formas de se fazer gramática. As gramáticas normativas apresentam *regras* como aquilo que deve ser seguido no uso da língua.

Têm por finalidade codificar o ‘uso idiomático’, dele induzindo, por classificação e sistematização, as normas que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta. [...] Fundamentam-se as regras da gramática normativa nas obras dos grandes escritores, em cujas linguagens as classes ilustradas põem o seu ideal de

<sup>5</sup> “Cic. and Vitruv. - Hence, fig. a rule, example, patters” (LEVERETT, 1850, p.760).

perfeição, porque nela é que se espelha o que o uso idiomático estabilizou e consagrou. (ROCHA LIMA, 1992 [1972], p. 7).

Seguir ou não essas regras implica, portanto, estar certo ou errado em relação a um padrão socialmente determinado.

Já as gramáticas descritivas concebem regra como um princípio, aquilo que é regular e constante na língua. Como o próprio nome diz, elas apresentam uma descrição dos fatos de determinada língua, sem que haja a conotação valorativa, que é intrínseca à gramática normativa<sup>6</sup>.

A pergunta com a qual iniciamos esta seção refere-se à regra normativa, “àquilo que deve ser seguido”. A pesquisa bibliográfica empreendida para este trabalho nos mostrou que a prescrição de tal regra para a colocação dos clíticos pronominais toma força em revistas, em periódicos e em jornais que circulavam no Brasil no fim do século XIX e, nas gramáticas, apenas a partir do século XX<sup>7</sup>. Antes disso é possível apenas inferir o padrão de uso preferencial dos gramáticos, o que supomos ser o padrão de prestígio do período e o que apresentaremos no capítulo destinado à apresentação dos resultados.

Do século XVI ao XVIII, contamos apenas com gramáticas portuguesas<sup>8</sup>. É a partir do século XIX, com a implantação da imprensa no Brasil, que surgem as primeiras gramáticas escritas por brasileiros. A partir do século XX, período de emergência dos estudos linguísticos, lidamos também com gramáticas descritivas.

Começando pela *Grammatica da língua Portuguesa*, de João de Barros (1540), é possível inferir que este gramático concebe regra como “aquilo que é seguido” pelos doutos. Conforme se depreende da passagem a seguir, o gramático busca descrever o padrão considerado certo e justo de falar e de escrever a partir da observação do uso linguístico feito por pessoas doutas, ou seja, que possuíssem instrução e erudição: “GRAMMATICA, E Vocabulo Grego: quer dizer, çiência de leteras. E segundo a difinçám que lhe os Grãmáticos derã: e hu modo certo e iusto de falar, & escrever, colheito do uso, e autoridade dos barões doutos”. (BARROS, 1540, p. 2, grifo nosso).

<sup>6</sup> É importante lembrarmos que a gramática normativa é também descritiva (não há como prescrever sem descrever), mas aquela se distingue desta pela eleição de um padrão em detrimento de outros, legado do contexto histórico em que surgiu.

<sup>7</sup> Trabalho de Gurgel (2008) corrobora o fato de as regras de colocação serem uma preocupação apenas a partir do XIX. Na gramática portuguesa do século XIX, que faz parte de nosso *corpus*, conforme mostraremos mais adiante, indica-se apenas o uso do pronome no meio do verbo recíproco quando se está tratando da conjugação verbal do futuro. Não se fala das outras posições.

<sup>8</sup> A composição do *corpus* será melhor descrita no capítulo destinado à metodologia.

Barros (2001), ao analisar o discurso da gramática de João de Barros sob a perspectiva teórica e metodológica da semiótica discursiva francesa, concluiu que João de Barros apresenta o discurso da norma natural.

Em outras palavras, a norma explícita ou culta não se apresenta, nesse caso, como uma norma entre outras, mas como a norma ou a norma própria da língua. Aquilo que as gramáticas e os dicionários não contemplam não é, não existe. Esse tipo de discurso da norma, que pode ser denominada norma natural, produz também uma imagem de língua, a da língua única, homogênea, sem variação. (BARROS, 2001, p. 13).

Para Barros (2001), a Gramática de João de Barros busca imitar a gramática latina:

João de Barros diz e mostra ser obediente aos esquemas gramaticais latinos. O autor insiste na aproximação das duas gramáticas, do mesmo modo que na semelhança dos fatos de linguagem das línguas latina e portuguesa. Assim como todas as questões de língua portuguesa tratadas na Gramática são comparadas aos fatos do latim, as escolhas e nomenclaturas gramaticais o são aos modos como as examinam os gramáticos latinos. (p. 27-28)

Esse fato pode ser percebido no trecho a seguir, extraído de Barros (1540):

Asi que podemos daquy entêder, ser anóssa linguagem cõpõsta destas nove partes: Artigo, que e próprio dos Gregos e Hebreus, Nome, Pronome, Verbo, Adverbio, Participio, Cõiunçam, Preposiçam, Interieçam, que tem os latinos. Os quães partem a sua Grammatica em quatro partes, ã Ortografia, que trata de letera, em Prosodia, que trata de syllaba, em Ethimologia, que trata da diçam e em Syntaxis, a que respõde a cõstruçã, á imitação dos quães, (por termos as suas partes,) dividímos a nósa Grãmatica. (BARROS, 1540, p. 2v, grifos nossos).

Na gramática de Barros (1540), ainda não aparece a prescrição de regras para a ordem dos clíticos em relação aos verbos nem a descrição de como se dá tal uso. Sobre a ordem das palavras, é interessante notar que, quando vai tratar da ordem do adjetivo em relação ao substantivo, diz que “nã temos nisto mais regra q o cõsintimento da orelha” (p. 38), argumento que é utilizado ainda no século XIX para a ordem dos clíticos pronominais, e que já indica a intuição de que questões ligadas à prosódia sejam um fator determinante na posição do clítico pronominal.

Como vimos até aqui, a Gramática de Barros (1540), representativa do século XVI, não apresenta regras prescritivas para a sintaxe de colocação dos clíticos pronominais. Também a gramática portuguesa selecionada para o século XVII não o faz. É no século XVIII que encontramos os primeiros vestígios da preocupação com a colocação dos clíticos pronominais.

Ao tratar do dativo e da posição das preposições, Lima e Bacellar (1783) falam, em nota de rodapé, de “dativos enclíticos”: “os dativos enclíticos são me, te, se, nos, vós, lhe, lhes, lha,

lhas, lho; ou a, as, o, os”. (LIMA E BACELLAR, 1783, p. 107). Ao tratarem das conjugações do verbo no futuro, apresentam a regra da “mesóclise” sem conceituar tal termo: “Nos reciprocos se diz: Ter-me-hei amado, em lugar de terei-me amado” (LIMA E BACELLAR, 1783, p. 67). Acreditamos que a ausência do termo se dá em decorrência de essa posição ainda ser percebida como ênclise ao verbo principal de uma locução. Ainda sobre essa gramática do século XVIII, é interessante observar que não havia distinção nas formas de 3ª pessoa para dativo e acusativo. A conjunção alternativa “ou” entre “lhe, lhes, lha, lhas, lho” e “a, as, o, os” indica a possibilidade de opção dessas formas para expressar dativo. Em oposição a isso, no século seguinte, no artigo de Barreiros (1880), o qual ainda discutiremos, encontramos a seguinte recomendação:

Outro erro tambem mui vulgar a respeito dos pronomes é a mudança que muitas vezes se faz de *o* em *lhe*. É cousa muito ordinaria dizer-se: -Tracte-me como *lhe* tracto, si *lhe* incommodo, vou-me embora; amo-*lhe* de todo o coração. Em portugues deve dizer-se: Tracte-me como *o* tracto, si *o* incommodo, vou-me embora; amo-*o* de todo o coração. Para evitar este erro, basta notar que todos estes verbos são activos, e que pedem depois de si accusativo e não dativo. (GAMA E CASTRO, 1842 *apud* BARREIROS, 1880, p. 82).

Isso demonstra que a variação entre as formas de acusativo e de dativo, tão estigmatizada hoje no âmbito da norma padrão, vem de longa data. Estudos contemporâneos mostram que tal variação está atrelada à perda do “te” e sua consequente substituição pelo “lhe” no português brasileiro (Cf. CASTILHO (2010), RUMEU (2015)).

Na gramática portuguesa do século XIX, quando Oliveira (1862) trata dos verbos reflexos, pronominais e recíprocos, já aparece, de forma mais explícita, referência às três posições atualmente ocupadas pelo clítico:

Reflexos são todos os verbos activos, quando exprimem a acção do sujeito reflexa sobre si mesmo, e porisso têm por complemento algum dos pronomes *me, te, se*, posto antes, no meio ou depois dos mesmos verbos. Ex.: <<Eu me julgo feliz. Julgas-te. Julgar-te-ás (por julgarás-te)>> (OLIVEIRA, 1862, p. 37, grifo nosso).

No entanto, aparece apenas a orientação para quando usar o pronome em posição mesoclítica:

Nas linguagens do futuro imperfeito do indicativo e nas condicionais, é mais elegante metter o pronome no meio entre a forma primitiva ar, er, ir e a terminação final, como: -amar-me-ei. amar-te-ás, amar-se-á, amar-nos-emos, amar-vos-eis, amar-se-ão: amar-

me-ia, amar-te-ias, amar-se-ia, etc., por amarei-me, amarás-te, amará-se, amaremos-nos, amareis-vos, ama-rão-se: amaria-me, amarias-te, amaria-se, etc. (OLIVEIRA, 1862, p. 37, grifo nosso).

O termo “elegante” usado pelo gramático sugere mais uma questão de estilo do que de norma, mas considerando o teor da gramática normativa, especulamos que seja um mero eufemismo. O gramático não explicita regras para o uso do que hoje chamamos de próclise e de ênclise. Em outra passagem, quando vai tratar da ordem dos complementos terminativos e objetivos na oração em ordem direta, a conjectura da possibilidade de variação do pronome em relação ao verbo (exceto com os verbos do futuro e condicionais, como apresentado) encontra respaldo:

Dos complementos, em regra, o objectivo occupa o primeiro logar, o terminativo o segundo, excepto se este for algum dos pronomes pessoais *me, te, lhe, nos, vos, lhes, se*, que sempre precedem o objectivo, *junctos ao verbo antes ou depois d'elle*: todos os outros seguem depois, proximos, quanto ser possa, ás palavras que completam. (OLIVEIRA, 1862, p. 71-72)

Na gramática brasileira de 1861, de Manoel Soares da Silva Bezerra, também não há indícios de regras de colocação dos clíticos pronominais. Segundo Gurgel (2008), é no fim do século XIX que o problema da colocação pronominal entra em cena, alavancado pelo debate sobre a existência de uma língua brasileira. A discussão sobre uma língua nacional insere-se, conforme aponta Gurgel (2008), no contexto histórico de passagem da Monarquia à República, conjuntura de forte tendência de não reconhecimento do passado.

Líderes representantes do 1º período Republicano mostravam-se entusiasmados tanto pela idéia de Educação para todos, quanto pela luta contra o analfabetismo, pelo combate contra as influências estrangeiras e, em particular, pela busca da valorização da língua nacional. É nesse contexto que uma discussão em defesa do estabelecimento da língua brasileira começou a crescer, dadas as diferenças existentes e percebidas por aquela geração entre a variante européia do português e a variante brasileira. (GURGEL, 2008, p. 11).

A principal diferença percebida entre as variantes do português e discutida por aquela geração foi a colocação pronominal. Gurgel (2008) apresenta texto de 1919 escrito por Mário de Alencar, escritor e filho de José de Alencar, no qual evidencia o elevado nível de discussão a respeito da colocação pronominal:

Ha na historia do pensamento brasileiro um alongado periodo, que entrou a accentuar-se cerca de 1880 e cujo termo ainda não é possível predizer-se. Distinguem-no algumas feições curiosas, de ordem intellectual e moral, as quaes só ao futuro é dado

apreciar e definir como acerto. Abstrahindo outras manifestações, satisfaz-me chamar-lhe periodo pronominal, qualificativo que bem lhe caracteriza um dos traços, e por ventura abrange todos, ou explica-os. De facto nesse período domina o pensamento brasileiro a preocupação locativa do pronome obliquo. (ALENCAR, 1919, p. 185, grifo nosso *apud* GURGEL, 2008, p. 14).

O marco de 1880 apontado por Alencar (1919) remete ao artigo “A colocação dos Pronomes”, de Arthur Barreiros<sup>9</sup>, considerado o primeiro artigo que difundiu o debate referente ao problema da colocação pronominal. Trecho do texto de Arthur Barreiros apresentado por Gurgel (2008) revela a antiguidade do problema da colocação pronominal: “Raro será o nosso homem de letras que, no fogo da improvisação, não haja ao menos uma vez hesitado na collocação dos pronomes, que lhe sussurram á volta da Penna como incommodas vespas zumbidoras.” (Barreiro, 1880, p. 1 *apud* GURGEL, 2008, p. 31). As pesquisas de Gurgel (2008) apontam que “a ‘questão pronominal’ começou justamente a agitar-se no Brasil com Batista Caetano (1826-1882) em reação às regras propostas por Barreiros para disciplinar a matéria (Pinto 1978: XXXII)” (GURGEL, 2008, p. 31). No entanto, precisamos lembrar do ensaio crítico ao texto de Alencar em *Iracema* feito pelo crítico português Manuel Pinheiro Chagas no ano de 1867 e da resposta dada por Alencar ao censor no ano de 1870, na segunda edição de *Iracema*. Logo, a “questão pronominal” começou a agitar-se no Brasil um pouco antes do que o apontado por aquela pesquisadora.

Consultando o texto de Arthur Barreiros, na *Revista Brasileira*, em edição de 1880, percebemos que ele dá pistas de que, de fato, anteriormente a isso não havia a prescrição de regras para a colocação pronominal nas gramáticas:

[...] assentei comigo mesmo descobrir, com uma grande dose de paciencia, em livros de autores reconhecidamente correctos, as regras que me parece não vem em alguma grammatica.

Já se deixa vêr, portanto, que este humilde artigo, que não se firma em regras estabelecidas, mas no estudo comparativo dos livros das duas litteraturas, portugueza e brasileira; já se deixa vêr, pois, torno a dizer, que este artigo, simples apontamentos de um curioso, não quer, nem poderia querer, as imunidades ou as prerrogativas de um Evangelho ou de uma Carta constitucional.

Oxalá desperte a attenção dos nossos grammaticos e logre aformosentar os escriptos de algum bello talento, desejoso de escrever limpamente. (BARREIROS, 1880, p. 73, grifos nossos).

---

<sup>9</sup> Arthur Barreiros nasceu no Rio de Janeiro em 1856 e morreu na mesma cidade em 1885. Foi contista e jornalista. “Colaborou para vários jornais, como a *Comédia Popular*, o *Besouro*, *Revista do Rio de Janeiro*, *Zig-Zag*, *Luz*, *Pena e Lápis*, *Gazetinha*, *Estação*, *Mãe de Família*, *Biblioteca Romântica* e *Revista Brasileira*. Blake registra que o autor escreveu ‘Contos, biografias, etc.’, que constituíam um volume que o autor conservava inédito”. (Informação disponível em: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=9189>).

Apesar de Barreiros (1880) dizer que não tinha a intenção de que seu artigo tivesse as prerrogativas de um evangelho ou de uma carta constitucional – o que está relacionado ao sentido de regra como “aquilo que deve ser seguido” – seu texto segue bem prescritivo:

Assim, não se deve começar nunca uma oração pelas variações do pronome, como se vê com certa frequencia nos periodicos: Nos dizem, nos informam, etc. Evidentemente, este modo de compor é não só incorrecto, como pouco eufônico (BARREIROS, 1880, p. 72, grifo nosso)<sup>10</sup>.

O discurso de Barreiros (1880) evidencia a ausência de regras de colocação pronominal sistematizadas em gramáticas até aquele momento. Partindo do conceito de regra como padrão constante, aquilo que se assemelha às leis da natureza, como propôs Possenti (1996), Barreiros (1880) chegou ao conceito de regra como lei, aquilo que deve ser obedecido, o que é previsível em se tratando do teor da obra.

Há certos casos em que a collocação dos pronomes parece obedecer a uma lei constante e unica, pois não encontro exemplos em contrario de escriptores autorisados; n'outros, porém, varia e como que fica dependente do ouvido de cada um. (BARREIROS, 1880, p. 72, grifos nossos).

E, mais uma vez, como já identificado na gramática do século XVI, cabe ao “ouvido” resolver as questões dissidentes.

Barreiros (1880) parte, assim, “daquilo que é seguido”, a partir do “estudo comparativo dos livros das duas litteraturas, portugueza e brasileira” (p. 73), e chega àquilo que deve ser seguido (“não se deve começar nunca uma oração pelas variações do pronome” (p. 73)). Apesar de seu texto confirmar a ausência de regras de colocação pronominal sistematizadas em gramáticas até o momento de sua publicação, esse gramático indica que tais regras já vinham sendo discutidas em jornais e em periódicos no Brasil, uma vez que traz em rodapé outros dois artigos de anos anteriores.

Já estava escripto este artigo, quando nos vieram ás mãos subsidios atinentes a questões de lingua portugueza, com que nos brindou o erudito e paciente escriptor Sr. Guilherme Bellegard.

O primeiro é extraído das Questões do dia, de José Feliciano de Castilho, que é autoridade em matéria de linguagem; o secundo comprehende algumas apreciações do applaudido poeta Dr. Teixeira de Mello com respeito a um artigo de Gama e Castro, que mereceu do prefaciador o epitheto de celebrizado.

Reproduzimos-os integralmente, e pelo voto desses autores julgará o leitor da verdade dos nossos conceitos. (BARREIROS, 1880, p. 78).

<sup>10</sup> Vemos nesse registro que o uso do clítico pronominal em início de sentença, característica do português no Brasil e tão condenado ainda hoje, é antigo.

Fato importante a se observar no texto de Barreiros (1880) é que, apesar de ele dizer que tentou descobrir as regras de colocação dos pronomes a partir de “estudo comparativo dos livros das duas litteraturas, portugueza e brasileira” (p.73), dentre as mais de três dezenas de seus exemplos, apenas dois eram de escritores brasileiros, cuja formação educacional ocorrera em Portugal. Entre as abonações de Arthur Barreiros e os artigos que ele traz em nota de rodapé, não aparece nenhuma amostra de nossos autores brasileiros do romantismo, como José de Alencar, por exemplo, que defendiam a autonomia da língua nacional naquele período.

O texto de Teixeira de Mello, evocado em rodapé por Barreiros (1880), evidencia a preocupação de se assegurar que a construção da frase seja a mesma de Portugal, sugerindo que a mudança na sintaxe de colocação, ao contrário de nossa hipótese, tenha se dado em terras brasileiras:

por influencia necessária do clima e pela diversidade de indole e costumes, a lingua portugueza deve ter-se modificado e que, portanto, não devemos fallar como se falla além do Atlântico. Concordamos com todas essas razões. Não pensamos, porém, que se deva adular e barbarisar a lingua, e que se despreze aquillo que, por assim dizermos, constitue o seu gênio e a sua base. Embora a pronuncia se adoce sob o influxo do sol intertropical e da indolência sul-americana, a construcção da phrase deve ser a mesma, pois mesmissima é a língua. (MELLO, 1874 *apud* BARREIROS, 1880, p. 81).

O texto de 1842 do também escritor brasileiro Gama e Castro, igualmente trazido em rodapé por Barreiros (1880), indica, do mesmo modo, a valorização de se escrever como Portugal, ou, como o próprio escritor registra, “escrever portuguesmente”, bem como atribui as diferenças de colocação dos pronomes a uma mudança operada por falantes brasileiros:

Entendemos fazer um grande serviço á litteratura nacional, e muito especialmente as pessoas que desejam fallar e escrever portuguezmente apontando-lhes alguns vicios de linguagem, ainda mui geralmente empregados, mesmo pelas pessoas de educação cultivada; e accrescentando a maneira por que devem ser corrigidos.

1º Não ha cousa que mais offenda o ouvido dos que estão costumados a lêr e ouvir fallar portuguez puro, como a viciosa collocação de certos pronomes que muita gente usa no Brazil. Por via de regra pospõem-os, quando os deve antepôr<sup>11</sup>; outras vezes porém é ás avessas. (GAMA E CASTRO, 1842 *apud* BARREIROS, 1880, p. 81, grifo nosso).

<sup>11</sup> Este trecho em Barreiros (1880) indica-nos que a anteposição seria em decorrência de palavras atrativas. Isso pode ser confirmado pelas regras/prescrições propostas por esse autor, as quais aparecem logo em seguida. Apesar de a questão da “atração” não estar explícita, Barreiros (1880) apresenta várias palavras que trariam o pronome para antes do verbo: “Quando n'uma oração concorrem as palavras que, como, quando, sem, onde, cujo, porque, si, nem, muito, não, mais, nunca, tal, ninguém, apenas, qual, quanto, assim, sempre, já, logo, quasi, bem, pouco, em, quem, sò, antes, tambem, enquanto, um pronome e um verbo—, imediatamente depois dessas palavras, e em todos os casos, se escreve o pronome”.

Esses fatos evidenciam a estigmatização e a rejeição dos padrões brasileiros na época e podem indicar um descontentamento com a independência do Brasil, a qual se reflete na independência e na autonomia dos escritores brasileiros, que deixam de se submeter aos modelos portugueses. Como nos lembra Cambraia (2015), nas manifestações do purismo linguístico, o novo tende a ser o padrão considerado ilegítimo. A relação entre o antigo e o novo é

fundamentalmente de violência, de violência simbólica contra o Outro, de negação da legitimidade do Outro. O ente que ocupa o lugar do Outro é variável segundo a época e a sociedade. Na época do Império Romano, eram os povos bárbaros que rompiam com a simbiose cultural greco-latina. No Renascimento português, era Castela, que retirou a autonomia portuguesa com a União Ibérica. No séc. XIX, eram as culturas europeias hegemônicas (Inglaterra e França) que submetiam política e economicamente Portugal; ou ainda o Brasil, que não mais se submetia à influência lusitana em função da Independência. (CAMBRAIA, 2015, p. 71)

Sobre se escrever como Portugal, uma reflexão importante que se coloca é esta: mas escrever o português de qual período? As palavras de Barreiros (1880) evidenciam a vontade de se seguir os bons exemplos do português moderno. Vejamos:

Estas correcções de escripta nem são uma puerilidade, nem uma exigência inútil, nem entranhado amor aos clássicos: representam apenas o desejo de vêr seguidos os bons exemplos, que em tanta cópia nos offerece o moderno Portugal litterario. (BARREIROS, 1880, p. 78, grifo nosso).

Barreiros (1880) faz parte da geração, estudada por Gurgel (2008), no período dito científico dos estudos linguísticos no Brasil na questão da colocação pronominal (1880-1920). Entretanto, ao analisar os textos gramaticais dos agentes dessa geração<sup>12</sup>, Gurgel (2008) conclui que a cientificidade se fazia presente mais na retórica dessa geração do que propriamente na forma como o problema da colocação pronominal foi tratado linguisticamente, já que se observou nos textos um tratamento predominantemente pedagógico.

Como se considera a relevância do texto de Barreiros (1880) para a discussão referente ao problema da colocação pronominal, apresentaremos as regras nele formuladas para, posteriormente, expormos um compilado das regras veiculadas nas gramáticas a partir do século XX.

---

<sup>12</sup> Mário Barreto (1879-1931), Alfredo Augusto Gomes (1859-1924), Maximino de Araújo Maciel (1865-1923), Manuel Pacheco Silva Junior (1842-1899) & Lameira de Andrade (-), Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), Ernesto Carneiro Ribeiro 1839-1920, João Ribeiro (1860-1934), Júlio César Ribeiro (1845-1890) e Manuel Said Ali (1861-1953).

a) “não se deve começar nunca uma oração pelas variações do pronome, como se vê com certa frequência nos periódicos: Nos dizem, nos informam, etc.” (BARREIROS, 1880, p.72).

b)

Quando n'uma oração concorrem as palavras que, como, quando, sem, onde, cujo, porque, si, nem, muito, não, mais, nunca, tal, ninguém, apenas, qual, quanto, assim, sempre, já, logo, quasi, bem, pouco, em, quem, sò, antes, tambem, emquanto, um pronome e um verbo—, imediatamente depois dessas palavras, e em todos os casos, se escreve o pronome.

Exemplos certos:

Não me lembra que em minha vida commettesse mais de tres peccados.

Fr. Antônio das Chagas. (BARREIROS, 1880, p.72)<sup>13</sup>.

c)

Quando na oração concorrerem dois verbos e um pronome, escreve-se o pronome ou depois do primeiro ou depois do segundo verbo, ligado por um traço de união<sup>14</sup>.

Exemplos certos:

Nestes quinze ou vinte annos creou-se uma litteratura, e pode dizer-se que não ha anno que não lhe traga um progresso.

A. Herculano, Lendas. (BARREIROS, 1880, p.76).

d)

Depois das palavras *a, e, ao, mas*, escreve-se o pronome depois do verbo e ligado por um traço de união.

Exemplos certos:

Estava ainda pura, *e* conservou-se até o derradeiro momento.

Rebello da Silva, *Vida de Bocage*. (BARREIROS, 1880, p. 76).

e)

Casos em que a collocação dos pronomes é indifferente:

Que os havia chamado *para lhes* comunicar.

Jacinto Freire, *Vida de D. João de Castro*.

<sup>13</sup> No mesmo artigo, em nota de rodapé, José Feliciano de Castilho apresenta praticamente a mesma regra, porém de forma mais sistematizada, não apontando “palavras” mas “classes de palavras”: “1.ª Si ao verbo precede o articular demonstrativo e conjunctivo *que*, ou outro relativo, ou conjunção, ou os adverbios *não, nunca, já, sempre, antes, cá, lá, mais, muito, assim, bem*, quasi todos os terminados em *mente* (excepto, em alguns casos, os ordinaes, por outro motivo) etc, DEVE SEMPRE O PRONOME ANTEPÔR-SE AO VERBO” (CASTILHO, 1871 *apud* BARREIROS, 1880, p. 79). O mesmo se dá no texto de Gama e Castro: Quando a phrase começa por alguma conjunção, ou adverbio ou relativo, devem-se antepor os pronomes; quando assim não é, devem-se porpor (GAMA E CASTRO, 1842, *apud* BARREIROS, 1880, p. 82).

<sup>14</sup> Em nota de rodapé, Mello (*apud* BARREIROS, 1880, p. 80) se coloca contra a colocação do pronome após o segundo verbo se ele é particípio: “A collocação, por exemplo, dos pronomes *me, te, se, lhe*, depois do particípio passado dos verbos, é tão absurda, que incommóda e irrita os nervos. Não é nada commum ouvir dizer-se: Tenho visto-me em lugar de — tenho-me visto; havia retirado-se em vez de — havia-se re- tirado, etc.” No século seguinte, entre os gramáticos consultados, também não há a possibilidade de pronome depois do segundo verbo se ele é particípio.

[...]  
 Nem que *para* saudar-*me* á uma se ergam.  
 Filinto Elysio, *Obras*.  
 E precisa *de se* mover e de se exercitar.  
 Garrett, *Discursos*.  
 Os homens folgam *de* chegar-*se*.  
 Moraes, Diccionario.  
 E semelhantemente quando se emprega a preposição *por*. (BARREIROS, 1880, p. 77-78)

Essa regra é corroborada no texto de Mello (1874), em rodapé:

f)

No infinitivo dos verbos manda a regra collocar tambem os pronomes depois, como na phrase: -ninguém poderá queimar-se-; salvo construindo-se o verbo com as preposições *de*, *para*, *por*, etc, como por exemplo: Antes de *expôr-te*; haviéis de *nos converter*; tenho para lhe oppôr ou oppôr-lhe, etc. -Nesses casos cremos que a harmonia ou forma musical da phrase é que determina a collocação do pronome. (MELLO, 1874 *apud* BARREIROS, 1880, p. 81).

g) “Notarei, antes de pôr o ponto final, a repugnância infundada que têm certos escriptores em dizer alguém lhe falará, que lhe chegará, preferindo usar uma formula arrevezada, desgraciosa e mal soante – alguém falar-lhe-á, que chegarlhe- á, etc<sup>15</sup>” (BARREIROS, 1880, p. 78).

h) “quando a oração começa pelo verbo, ou pelo seu agente, o verbo antepõe-se ao pronome. Exemplos: – Este menino perde-se, e não este menino se perde.” (CASTILHO, 1871 *apud* BARREIROS, 1880, p. 79).

Como vimos, e Gurgel (2008) também mostra, as discussões sobre a questão da colocação dos pronomes foi intensa no XIX. O reflexo disso é encontrado nas gramáticas do século XX com a sistematização das regras prescritivas. Essas regras foram compiladas no quadro a seguir (Cf. p. 35). Apresentamos as regras prescritivas apresentadas por Barreiros (1880), por Rocha Lima (1992 [1972]), por Bechara (2009 [1961]) e por Cunha e Cintra (1984). Optamos por inserir as regras propostas por Barreiros (1880) no quadro, apesar de elas não estarem publicadas em uma gramática, para que pudéssemos contrapor as prescrições posteriores com essa considerada a primeira. Incluíram-se em Barreiros (1880) também as regras dos autores que ele traz em nota de rodapé do seu artigo da Revista Brasileira: José Feliciano de Castilho (1871), Teixeira de Mello (1874) e Gama e Castro (1842). Para apresentar as regras de colocação pronominal não só da variedade brasileira, selecionamos a gramática de

<sup>15</sup> Percebe-se que o uso da mesóclise só é mantido se não houver palavra atrativa que a desfaça e, nesse caso, existe a palavra atrativa “alguém”, o que faz o autor considerar um uso desgracioso e mal soante.

Cunha e Cintra (1984) para a variedade do português na Europa, já que ela é uma das que têm maior circulação em Portugal. No entanto, um dos objetivos dos autores, expresso no prefácio, é “levar em conta, simultaneamente, as diversas normas vigentes dentro do seu vasto domínio geográfico (principalmente as admitidas como padrão em Portugal e no Brasil)” (p. XIII). Isso resulta que a publicação que circula no Brasil pela Editora Nova Fronteira apresenta o mesmo texto. Quanto à colocação pronominal, os autores advertem que “procuraremos, assim, distinguir os casos de PRÓCLISE que representam a norma geral do idioma dos que são optativos e, ambos, daqueles em que se observa uma divergência de normas entre as variantes europeia e americana da língua” (p. 310). Assim, indicaremos quando Cunha e Cintra (1984) distinguem regras para essas duas variedades do português. Optamos por fazer um quadro-síntese, já que o que se observa na comparação das gramáticas é que esses autores prescrevem as mesmas regras de formas diferentes. Por exemplo: sintetizamos no quadro a regra “Próclise em orações interrogativas”, que foi apresentada das três formas a seguir:

É, ainda, preferida a próclise:

c) nas orações iniciadas com pronomes e advérbios interrogativos:

Quem me busca a esta hora tardia? (Manuel Bandeira, PP, I, 406)

- Por que te assustas de cada vez? (José Régio, JÁ, 98)

Como a julgariam os pais se conhecessem a vida dela? (Urbano Tavares Rodrigues, NR, 23.) (CUNHA E CINTRA, 1984, p. 311).

É obrigatória a próclise:

c) Nas orações interrogativas, começadas por pronomes ou advérbios interrogativos:

Quem o obrigou a sair?

Por que te afliges tanto? (ROCHA LIMA, 1992 [1972], p. 452).

Não se pospõe ou intercala pronome átono a verbo flexionado em oração iniciada por palavra interrogativa ou exclamativa:

‘Quantos lhe dá?’ [MA.1, 97]

‘Quem me explicará a razão dessa diferença?’ [MA. 1, 158].

Como te perseguem! (BECHARA, 2009 [1961], p. 589).

Rocha Lima (1992 [1972]) e Cunha e Cintra (1984) falam em pronomes e em advérbios interrogativos, Bechara (2009 [1961]) fala em palavras interrogativas, mas, pelos exemplos de todos, podemos sintetizar no quadro que a regra é “Próclise em orações interrogativas”.

Sobre a primeira regra apresentada no quadro, ênclise em início de oração/período, Barreiros usa a nomenclatura *oração*. Rocha Lima (1992 [1972]) e Bechara (2009 [1961]), *período*. Segundo Bechara (2009 [1961]),

preso a critério de oração (e não período, como aqui fizemos), Rui Barbosa tem por errônea a colocação em: ‘Se a simulação for absoluta, sem que tenha havido intenção de prejudicar a terceiros, ou de violar disposições de lei, e for assim provado a requerimento de algum dos contratantes, - se julgará o ato inexistente’. Os que adotarem o critério de oração, só aceitam a posição inicial do pronome átono na intercalada de citação (p. 588).

Rocha Lima apresenta as orações intercaladas como uma exceção: “Excetuam-se as orações intercaladas -, nas quais os pronomes aparecem também antes do verbo (próclise): Tão altos exemplos de nobreza, me disse o velho diplomata, eram comuns no meu tempo” (p. 450). Cunha e Cintra (1894), na parte em que tratam da colocação dos pronomes átonos no Brasil, principalmente no colóquio normal, assim se posicionam: “podem-se considerar como características do português do Brasil e, também, do português falado nas Repúblicas africanas: a) a possibilidade de se iniciarem frases com tais pronomes, especialmente com a forma me” (p.317). E trazem exemplo da literatura de Érico Veríssimo: “Me desculpe se falei demais”.

Na apresentação do quadro síntese a seguir, quando alguma diferença na prescrição das regras é relevante, ela é apresentada em nota de rodapé para o leitor.

QUADRO 1  
Síntese das regras prescritivas e seus autores/ano

REGRA	AUTORES/ANO			
	Barreiros	Rocha Lima	Bechara	Cunha e Cintra
Ênclise em início de oração/período	X	X	X	-
Ênclise ao verbo auxiliar da locução verbal com pronome ligado ao verbo por hífen	X	X	X	X
Ênclise ao verbo principal da locução verbal com pronome ligado ao verbo por hífen <sup>16</sup>	X	X	X	X
Ênclise ao infinitivo	X	X <sup>17</sup>	-	-
Ênclise após pausa (pontuação)	-	X	-	X
Ênclise nas orações coordenadas (com hífen)	X <sup>18</sup>	-	-	-
Ênclise quando a oração começa pelo agente do verbo (sujeito)	X	-	-	-
Ênclise quando o sujeito vier imediatamente antes do verbo	-	X <sup>19</sup>	-	-
Próclise com advérbios de negação	X	X	X	X <sup>20</sup>
Próclise com advérbios	X	X	X	X
Próclise com pronomes indefinidos	X	X	-	-
Próclise com pronomes demonstrativos	X	-	-	-
Próclise nas orações subordinadas	X <sup>21</sup>	X	X	X
Próclise nas orações alternativas	-	-	-	X
Próclise com o futuro	X	-	-	-
Próclise com oração exclamativa	-	X	X	X
Próclise com oração interrogativa	-	X	X	X <sup>22</sup>
Próclise com gerúndio precedido da preposição <i>em</i>	-	-	X	X
Próclise nas orações exclamativas e optativas com o verbo no subjuntivo e sujeito anteposto ao verbo	-	-	X	-
Próclise ao verbo auxiliar da locução verbal	-	X	X	X <sup>23</sup>
Próclise ou ênclise ao infinitivo precedido de preposição <sup>24</sup>	X	X	-	X <sup>25</sup>
Próclise ou mesóclise com o futuro do presente ou do pretérito	-	X	X	X
Facultativo nas orações coordenadas	-	X	-	-

<sup>16</sup> Exceto quando o verbo principal é um participípio.

<sup>17</sup> Rocha Lima (1992 [1972]) diz que, todavia, a ênclise é de rigor se o pronome for o(s) ou a(s), e o infinitivo vier regido da preposição *a*: Estou inclinado a perdoá-lo.

<sup>18</sup> Barreiros (1880) não fala em oração coordenada, mas lista, entre uma série de palavras, as conjunções coordenadas *e* e *mas*.

<sup>19</sup> Rocha Lima diz, contudo, que motivos particulares de eufonia ou de ênfase podem levar à próclise. “Cada dia lhe desfolha um afeto” (p. 451).

<sup>20</sup> Cunha e Cintra (1984) dizem “palavras negativas”, não só “advérbio de negação”. Incluem o pronome indefinido “ninguém”.

<sup>21</sup> Barreiros (1880) não fala em oração subordinada, mas lista, entre uma série de palavras, conjunções e pronomes relativos introdutórios dessas orações. Além disso, os exemplos dessas palavras são orações subordinadas.

<sup>22</sup> Nas palavras de Cunha e Cintra (1984): “orações iniciadas com pronomes e advérbios interrogativos” (p. 315).

<sup>23</sup> Somente Cunha e Cintra (1984) salientam que esta posição é possível quando ocorrem as condições exigidas para a anteposição do pronome a um só verbo.

<sup>24</sup> Barreiros (1880), Rocha Lima (1992 [1972]) e Cunha e Cintra (1984) indicam que, com o infinitivo em lexia simples, a regra geral é a ênclise, mas que a colocação pode ser facultativa quando o infinitivo estiver precedido de preposição. Rocha Lima (1992 [1972]) e Cunha e Cintra (1984) dizem, contudo, que a ênclise é de rigor se o pronome for *o(s)* ou *a(s)*, e o infinitivo vier regido da preposição *a*: Estou inclinado a perdoá-lo.

<sup>25</sup> Cunha e Cintra não dizem que é com infinitivos precedido de preposição como fizeram os outros autores, mas os exemplos são todos com o infinitivo precedido de preposição.

Analisando essas regras, consideramos importante tecer algumas considerações sobre o modo como as prescrições são apresentadas. Barreiros (1880), por exemplo, indica que se deve usar a ênclise nas coordenadas. Rocha Lima (1992 [1972]) também indica a ênclise, mas diz que “pode, contudo (por puro arbítrio ou gosto), ocorrer a anteposição, salvo quando se tratar de início de período” (p. 451). Um dos exemplos trazidos por Rocha Lima (1992 [1972]) para as orações coordenadas leva-nos a refletir sobre o problema de a regra lidar com categorias diferentes para determinar a posição do clítico. Explicamos: ora se lida com vocábulos que antecedem o verbo (com advérbios e pronomes indefinidos, por exemplo), ora se lida com orações. Rocha Lima (1992 [1972]) traz o seguinte exemplo de ênclise para oração coordenada: “Persegui-o, mas ele fugiu-me” (p. 451). Suponhamos a aplicação de tal regra na seguinte oração coordenada: Persegui-o, mas ninguém me viu. Nesse caso, porque é uma oração coordenada, deve-se usar ênclise? Ou se deve usar próclise porque o verbo é antecedido por um pronome indefinido/palavra negativa? Conforme discutiremos mais adiante, essa possível sobreposição de efeitos, decorrente da combinação de categorias, pode constituir um empecilho para se analisar os itens que aparecem antes do verbo como condicionadores da posição do clítico (ou palavras atrativas nos termos tradicionais), pois ora o verbo é antecedido por uma categoria morfológica (uma classe de palavras), ora por uma categoria sintática (um tipo de oração).

Não sem razão, portanto, Perini (2016), considera que

os pronomes pessoais oblíquos são um bicho-papão tradicional da gramática do português. No entanto, como veremos, seu posicionamento na oração no PB é bastante simples [...] as formas *o, a, os, as* (e *lo, la, los las*) são de uso muito restrito no PB – aparecem principalmente em algumas frases feitas, como em *muito prazer em conhecê-la*; mas é perfeitamente aceitável dizer *muito prazer em te conhecer/conhecer você*, e estas são as formas preferidas (PERINI, 2016, p. 154-155).

No que toca à ordem dos clíticos pronominais, esse linguista avalia que

os pronomes oblíquos aparecem em posições próprias na oração. Por exemplo, a posição normal do objeto ou do complemento de Meta é depois do verbo [...] Mas quando o objeto ou o complemento de Meta é um pronome oblíquo, ele aparece antes do verbo [...] No PB a regra de posicionamento do pronome oblíquo é muito simples: o pronome oblíquo (sem preposição) se posiciona sempre antes do verbo principal da oração. [...]

A regra menciona o verbo principal porque, quando há um auxiliar, o oblíquo se coloca depois dele:

[44] Meu filho tem se sentido mal.

[45] Papai vai nos levar no aeroporto.

O verbo principal é *sentido* em 44 e *levar* em 45, e é antes dele que se coloca o oblíquo. (PERINI, 2016, p. 159-160, grifo nosso).

A gramática de Castilho (2010), que toma como objeto de estudo a língua falada no Brasil em seu estágio atual, apresenta também uma abordagem histórica da ordem dos clíticos pronominais a partir dos trabalhos de Pagotto (1992), de Martins (1994), de Schei (2000) e de Galves (2001). Conforme apresentado nas considerações iniciais, Castilho (2010) mostra a mobilidade desses itens ao longo da história do português até o português no Brasil contemporâneo e apresenta um resumo de como a gramática normativa tem apresentado o problema, o que confirma nossa síntese apresentada anteriormente:

A gramática normativa assim descreve o problema:

- (1) a ênclise é a colocação posição (*sic*) básica dos clíticos;
- (2) a próclise é de regra quando ocorrem os seguintes elementos atratores: (i) conjunção integrante ou pronome relativo; (ii) advérbio de negação/tempo/focalização; (iii) sujeito quantificado;
- (3) não se começa sentença com um clítico: (i) nas perífrases de gerúndio e participio, os pronomes se colocam antes ou depois do verbo auxiliar, seguindo essas mesmas regras; (ii) em perífrases de infinitivo, o verbo é sempre enclítico, mesmo que ocorram atratores. (CASTILHO, 2010, p. 483).

Castilho (2010) mostra, contudo, que os usos na língua nem sempre foram desse jeito. Registra, apresentando dados de Salvi (1990), de Martins (1994) e de Pagotto (1992) que hoje o português europeu é predominantemente enclítico e que o PB é predominantemente proclítico. Lembra ainda que essas pesquisas diacrônicas revelam que “os nossos clíticos nunca foram tão bem comportados assim, tendo-se apurado uma oscilação entre a ênclise e a próclise ao longo dos séculos” (p. 484). Para Castilho (2010), essa oscilação indica a necessidade de se estudar a língua como um fenômeno complexo, multissistêmico, o que procuraremos fazer nesta pesquisa, lançando mão da teoria da variação linguística na perspectiva da linguagem como um Sistema adaptativo complexo (SAC) ((LARSENFREEMAN (1997), LARSEN-FREEMAN e CAMERON (2008a), BECKNER *et al* (2009); ELLIS e LARSEN-FREEMAN (2009), PAIVA e NASCIMENTO, (2009), BYBEE (2016 [2010]), MASSIP-BONET (2013), OLIVEIRA (2014, 2015, 2016), CRISTÓFARO SILVA (2016)). Castilho (2010) também sugere, com base nos dados de Salvi (1990), de Martins (1994) e de Pagotto (1992), que a tendência proclítica brasileira teria suas raízes no PE do século XVI, justamente o que buscamos responder neste trabalho, a partir da análise de dados coletados em gêneros distintos dos até então analisados.

Apesar de os trabalhos de Pagotto (1992), de Martins (1994) e de Galves *et al* (2005, 2010, 2017) serem de uma abordagem formalista, que não é o quadro teórico por nós adotado neste trabalho, merecem ser aqui resenhados dadas suas relevantes contribuições para o estudo da sintaxe dos clíticos pronominais no português. Nesses trabalhos, a posição ocupada pelos clíticos é vista como consequência dos possíveis movimentos que verbos, clíticos, sujeitos e

outros elementos podem sofrer nas sentenças pelas regras de movimento da língua propostas pelos gerativistas. A passagem a seguir, extraída de Pagotto (1992), ilustra isso:

a tendência à próclise no período que vai do século XVI ao século XVIII é somente refreada pelo fato de o verbo começar ou não a sentença. Isto nos leva a supor que neste período havia uma regra que determinava a próclise e outra regra que, de certa maneira, antepunha o verbo ao clítico (a modalização do texto vai por conta de não se saber exatamente quem se move na sentença, uma vez que tanto ao clítico como ao verbo podemos supor móveis, no terreno movediço das regras de movimento da língua). (PAGOTTO, 1992, p. 100, grifo nosso)

Pagotto (1992) faz uma análise diacrônica dos clíticos pronominais no PB, do século XVI ao XX, com base na Sociolinguística Paramétrica analisando os clíticos em contextos de verbos simples, de grupos verbais, de sentenças infinitivas e gerundivas e constata que em todas essas situações o PB passou por mudanças, embora os resultados com verbos simples tenham revelado semelhança com o PB atual. Uma das principais contribuições do trabalho desse pesquisador é constatar a semelhança do PB atual com o português clássico. Conforme já apontamos na introdução de nosso trabalho, para ele, o português clássico tinha um padrão de colocação dos clíticos pronominais em sentenças raiz muito parecido com o PB atual (PAGOTTO, 1992). Os dados de Pagotto (1992) evidenciaram a tendência à ênclise após o século XVIII. Para ele,

esta tendência à ênclise começa a se manifestar a partir do século XIX, o que faz crer que deve ter havido um processo de mudança [...] A partir do século XIX, os falantes passaram a ficar sensíveis a uma pressão pela ênclise, o que é contraditório, uma vez que o português vinha de um sistema em que a ênclise não era majoritária. (PAGOTTO, 1992, p. 100).

Em diálogo com esses resultados contraditórios encontrados para o século XIX, Pagotto (1998) propõe, como também já anunciamos na introdução deste trabalho, que a mudança que desencadeou a preferência pela ênclise teria se dado em Portugal juntamente com a promoção dessa variante à norma culta, já que o PB falado seguia um caminho completamente oposto. No trabalho de 1992, o pesquisador propõe que as mudanças verificadas nas posições dos clíticos decorrem da perda do movimento do verbo e do movimento longo do clítico no PB atual.

Também Martins (1994) analisa a ordem dos clíticos pronominais no português europeu sob uma perspectiva diacrônica, dividindo-o em dois tempos: do século XIII ao XVI, recorrendo a um *corpus* de documentos notariais; e do século XVI ao século XX, recorrendo a um *corpus* de textos literários. Sobre a variação entre próclise e ênclise verificada ao longo dessas sincronias, os dados de Martins (1994), assim como os de Ribeiro (1995), que também

analisou textos literários, evidenciam uma expansão da próclise, em detrimento da ênclise a partir do século XIV, fase final do período arcaico. O *corpus* dessa pesquisadora evidencia o século XVI (a primeira metade) como totalmente proclítico. Esses números que revelam a mudança foram apresentados na tabela compilada por Castilho (2010) e apresentada em nossas considerações iniciais. Seguindo o curso da mudança, nos dados do século XVII, as porcentagens de próclise e de ênclise começam a se inverter novamente. Para Martins (1994), que se fundamenta na Teoria de Princípios e Parâmetros em sua versão minimalista, essa mudança é consequência da perda de movimento dos clíticos para o nó funcional sigma, movimento que estava relacionado à origem de uma construção enfática no português antigo.

Como fazem os trabalhos de Pagotto (1992) e de Martins (1994), outros estudos diacrônicos de vanguarda sobre a colocação dos clíticos pronominais no quadro teórico gerativista também consideraram a periodização tradicional da língua portuguesa (português arcaico, português clássico e português europeu moderno) (Cf. TORRES MORAES (1995) e RIBEIRO (1996)). No entanto, trabalhos desenvolvidos no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/UNICAMP) sob a coordenação da Professora Doutora Charlotte Galves e embasados em um *corpus* que reúne textos de autores portugueses de 1380 a 1845 (o Corpus Tycho Brahe) têm defendido uma nova periodização, também com a existência de três gramáticas, com dois estágios anteriores ao Português Europeu Moderno, mas com um período denominado Português Médio (ou Português Hispânico, conforme GALVES (2012)), o qual compreende a segunda fase do período arcaico tradicional mais o português clássico. Para Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006 *apud* GALVES 2012), a gramática do português clássico origina-se no fim do século XIV e início do século XV (no português médio da periodização tradicional). Os trabalhos de Charlotte Galves e demais pesquisadores sob sua coordenação têm evidenciado a relação entre a posição dos clíticos pronominais, a posição de sujeitos, o movimento dos verbos e o entendimento e a delimitação das gramáticas do português e sua consequente periodização. Paixão de Sousa (2004), por exemplo, orientada por Galves, lembra-nos, em relação à posição dos clíticos pronominais, que

a variação apresentada pelos textos do período clássico vem sendo explicada como efeito da mudança da gramática V2 do PA para a gramática SVO do PE moderno. Embora as análises apresentem diferentes concepções da derivação estrutural da mudança (e de sua periodização) um ponto comum fundamental entre elas é a idéia de que o sistema que antecede o PE apresenta a propriedade do movimento do verbo para uma categoria funcional elevada acima do sistema IP, e cujo especificador pode ser ocupado por um constituinte de VP. (PAIXÃO DE SOUSA, 2004, p. 122).

Em trabalho mais recente, Galves (2017), analisando a mudança entre o português clássico e o português europeu, acredita que a mudança na posição dos sujeitos no português foi o resultado da reanálise de sentenças SV como tendo uma ordem SVO subjacente, na qual o sujeito não mais ocupava uma posição de tópico. A pesquisadora acredita que a mudança na colocação de clíticos teve um papel crucial nesta reanálise, estando, portanto, essas duas mudanças correlacionadas. Não acredita, no entanto, que são efeito da mesma mudança paramétrica, pois as suas curvas de evolução não foram constantes. A pesquisadora sugere que a mudança de uma gramática do tipo V2 para uma gramática SVO resulta de uma mudança prosódica ocorrida no século XVII, que também afetou a colocação do clítico pronominal, apesar de concluir que a mudança na posição do sujeito e a mudança na colocação dos clíticos pronominais não são o efeito da mesma mudança paramétrica. De fato, os trabalhos mais recentes evidenciam que nos textos dos autores portugueses da primeira geração do século XVIII há a redução do fenômeno V2 e o aumento da ênclise em todos os contextos em que havia variação entre próclise e ênclise no português clássico. No entanto, no português brasileiro, no mesmo período, também há a redução do fenômeno V2, mas o aumento é da próclise.

Conforme antecipamos nas considerações iniciais, no capítulo destinado à apresentação e discussão dos nossos dados, submeteremos à sua apreciação, leitor, uma proposta diferente daquelas que resenhamos para explicar o fato de o português europeu ter tomado um caminho distinto do português brasileiro no que diz respeito à posição dos seus clíticos pronominais. Como se verá, tal proposta é o estágio embrionário de um raciocínio ousado que busca relacionar o encaixamento de uma possível mudança fonético-fonológica com uma mudança sintática. Antes, porém de apresentá-la, passemos à descrição da metodologia que adotamos em nosso estudo.

## CAPÍTULO 3

### DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

#### 3.1 Do quadro teórico

Como vimos discutindo até aqui, muito se fala de uma mudança ocorrida no português escrito no Brasil em relação ao português escrito na Europa no que diz respeito à posição dos clíticos pronominais. Partindo das conjecturas apresentadas por Bechara (1999 [1961]), segundo as quais a posição dos clíticos pronominais é motivada por fatores de natureza diversa, lançamos mão do aporte teórico da LFCU, já que, conforme os pressupostos dessa área de estudo, “as formas linguísticas são motivadas por fatores de natureza diversa – não apenas comunicativos ou sociais, mas também cognitivos, estruturais e históricos” (BYBEE, 2016 [2010]), MARTELOTTA (2011), TRAUGOTT E TROUSDALE (2013), CEZARIO E FURTADO DA CUNHA (2013)). Para tentarmos responder se estamos diante de uma mudança ou de uma retenção da sintaxe que desembarcou em terras brasileiras, foi necessário empreender um estudo diacrônico que compreendesse o português escrito no Brasil do século XVI aos dias atuais. No tocante ao quadro teórico adotado, elegemos a perspectiva funcionalista centrada no uso, entre outros fatores, porque, nessa abordagem teórica, investigam-se os fatos linguísticos associando-se sincronia e diacronia numa perspectiva pancrônica (BYBEE, 2016 [2010]). Além disso, a LFCU compreende a gramática como um sistema em permanente mudança em virtude do uso e da frequência de uso, a qual, conforme veremos na apresentação dos resultados, parece ter sido relevante para determinar a posição dos clíticos pronominais. Dado que observamos o processo de variação entre as posições dos clíticos em cada sincronia para tentar recuperar o percurso da mudança ao longo dos seis séculos estudados, também lançamos mão de pressupostos teóricos da Sociolinguística, os quais permitem um diálogo com os princípios da LFCU. O que os variacionistas dizem, por exemplo, sobre a necessidade de que as mudanças linguísticas sejam investigadas como encaixadas no sistema linguístico como um todo, já que mudanças em um nível podem desencadear mudanças em outros níveis, dialoga com a concepção de língua da LFCU: um sistema adaptativo complexo, uma estrutura fluida, na qual um fenômeno linguístico está em constante interação com outros diversos fatores que interagem no sistema linguístico. Foi, pois, com base nesse entendimento que também buscamos incorporar à nossa análise alguns conceitos oriundos da teoria dos Sistemas adaptativos

complexos (LARSENFREEMAN (1997), LARSEN-FREEMAN e CAMERON (2008), BECKNER *et al* (2009); ELLIS e LARSEN-FREEMAN (2009), PAIVA e NASCIMENTO, (2009), BYBEE (2016 [2010]), MASSIP-BONET (2013), OLIVEIRA (2014, 2015, 2016), CRISTÓFARO SILVA (2016)). Nessa perspectiva, bem como para os sociolinguistas, a emergência e a consolidação de um determinado fenômeno seriam, portanto, resultantes de um conjunto de interações do sistema<sup>26</sup>.

### 3.2 Da constituição do *corpus*

É sabido que traçar um percurso diacrônico não é tarefa fácil, pois requer um cuidado metodológico especial com a constituição do *corpus*. Em face disso, na seleção dos textos para constituição de nosso *corpus*, foi preciso driblar algumas dificuldades já reconhecidas por Cambraia (1996) e

com as quais um pesquisador interessado em realizar estudo diacrônico do Português necessariamente terá que lidar [...]: (a) a falta de uma tipologia de textos bem definida; (b) a inexistência de um mesmo tipo de texto em todas as fases da história do Português; e (c) a dificuldade de localização de edições críticas e fidedignas de textos antigos (CAMBRAIA, 1996, p.11).

Assim, visando a minimizar ao máximo possível as limitações de nossa amostra linguística, optamos inicialmente por textos literários do tipo narrativo, pertencentes ao gênero crônica histórica, materializados em suas primeiras edições fac-similares, cuidado que visou a evitar o risco de não trabalharmos com a sintaxe genuína do período em estudo. A eleição de textos literários narrativos para a análise do fenômeno que nos propusemos a estudar é validada por Mattos e Silva (2006, p. 42), para quem “a prosa literária [...] sobretudo é importante para o estudo das possibilidades sintáticas da língua, porque não sofre as limitações [...] da documentação poética e jurídica”. A opção pelo gênero crônica histórica justifica-se ainda por ser um gênero textual presente em todas as sincronias do português no Brasil, o que neutralizaria o problema (b) levantado por Cambraia (1996). Além disso, trata-se de gênero de reconhecida importância na literatura brasileira. Alfredo Bosi (1978) destaca que

---

<sup>26</sup> Convém observar que essa forma de conceber a língua faz eco com os postulados de Saussure para quem a língua é um sistema solidário de valores: uma mudança em um nível afeta outro nível (SAUSSURE, 1973 [1916]).

os primeiros escritos da nossa vida documentam precisamente a instauração do processo: são informações que viajantes e missionários europeus colheram sobre a natureza e o homem brasileiro. Enquanto informação, não pertencem à categoria do literário, mas à pura crônica histórica e, por isso, há quem as omita por escrúpulo estético (José Veríssimo, por exemplo, na sua *História da Literatura Brasileira*). No entanto, a pré-história das nossas letras interessa como reflexo da visão do mundo e da linguagem que nos legaram os primeiros observadores do país. É graças a essas tomadas diretas da paisagem, do índio e dos grupos sociais nascentes, que captamos as condições primitivas de uma cultura que só mais tarde poderia contar com o fenômeno da palavra-arte. [...] Os cronistas voltaram a ser lidos, e até glosados, tanto por um Alencar romântico e saudosista como por um Mário ou um Oswald de Andrade modernistas. Daí o interesse obliquamente estético da literatura de informação (BOSI, 1978, p. 14-15).

Sabemos da dificuldade em se falar de textos em português brasileiro antes do século XVIII. E ainda que no século XVIII encontremos escreventes brasileiros, é preciso considerar que a educação desses escritores se dava, sobretudo, em Portugal. Assim, a influência linguística da metrópole portuguesa era inevitável. No entanto, como considera Bosi (1978) na citação anterior, os primeiros escritos sobre o Brasil, feitos por viajantes que por aqui passaram (ou viveram), documentam a instauração do processo e, portanto, já têm algo de brasileiro na medida em que refletem o Brasil e a linguagem que foi herdada por essa nação.

Outro cuidado metodológico que julgamos importante registrar diz respeito à parte da narrativa em que os clíticos foram coletados: a coleta limitou-se à fala do narrador. Isso porque as obras selecionadas do século XVIII ao XXI apresentavam trechos de fala de personagens, o que não aconteceu nas obras do século XVI e XVII. Portanto, para mantermos uma equidade entre os *corpora*, decidimos selecionar os clíticos pronominais apenas no espaço do narrador.

A busca por uma crônica quinhentista representante do português que teria sido escrito no Brasil levou-nos à obra *História da Província de Santa Cruz*, de Pero de Magalhães Gândavo, impressa em Lisboa, em 1576. Gândavo foi um historiador e cronista português. De acordo com Costa (2010), há indícios históricos de que essa obra tenha sido escrita no Brasil, durante sua passagem pela colônia.

Capistrano de Abreu [...] identifica [Pero de Magalhães Gandavo] como natural da cidade de Braga, descendente de flamengos e, como seu nome indica, Gandavo corresponde a Gantois, morador ou filho de Gand. Atesta o crítico que o autor bracarense residiu algum tempo no Brasil, porém não precisa esta estadia (COSTA, 2010, p. 104).

Conforme dissemos, no contexto de colonização, o português brasileiro tem em sua história a especificidade de, inicialmente, ser escrito por portugueses em terras brasileiras, como

é o caso de Gândavo. Conforme Mariani (2004), na obra “Colonização linguística”, no período colonial, de onde parte a constituição de nosso *corpus*, “sem dúvida, a língua portuguesa era a língua da elite administrativa, das autoridades jurídicas e eclesiásticas, dos donatários das capitâneas hereditárias e, nessa medida, compartilhada com a corte” (p. 21). No entanto, embora escrito por portugueses, acreditamos que esse português registrado em (e registrando) terras brasileiras já é constituinte do que é hoje o português brasileiro, na medida em que seus escreventes, já distanciados de sua comunidade linguística de origem, criam e participam de uma nova comunidade. Como observa Mariani (2004),

o português que se passou a falar aqui traz uma memória europeia, mas historicizou-se de modo diferente, em função do contato com as demais línguas e em função da própria formação histórico-social e posterior transformação política da colônia em nação independente (p. 22).

Nesse momento da história, já se trata da língua portuguesa no Brasil, para o Brasil, mas ainda predominantemente registrada por punhos portugueses. Não se pode desconsiderar que essa é a realidade e que são esses portugueses, distantes do contato linguístico com sua nação, que constituem a língua portuguesa no Brasil, que dão os primeiros passos do “português brasileiro”. É preciso considerar, contudo, que, para o nosso *corpus*, selecionamos textos que, apesar de escritos por portugueses, têm indícios de terem sido produzidos em terras brasileiras.

Para o século XVII, selecionamos a *Chronica da companhia de Jesv do Estado do Brasil e do qve obrarão sevs filhos nesta parte do novo mundo* (Tomo primeiro), de Simão de Vasconcellos, impressa em 1663. A escolha desse texto justifica-se pelo fato de o padre jesuíta Simão de Vasconcelos, apesar de ter nascido em Portugal, em 1597, ter vindo para o Brasil com sua família ainda criança. Assim, a possibilidade de ter tido mais contato com a língua da colônia do que com a da metrópole é maior. No Colégio da Bahia, foi aluno dos jesuítas, ingressando, aos dezenove anos, na Companhia de Jesus. Posteriormente, foi reitor dos colégios da Bahia e do Rio de Janeiro. No século XVII, dentre as crônicas históricas, destacam-se as que relatam o trabalho informativo, pedagógico e moral dos jesuítas.

Assim como os cronistas se debruçaram sobre a terra e o nativo com um espírito ao mesmo tempo ingênuo e prático, os missionários da Companhia de Jesus, aqui chegados nem bem criada a ordem, uniram à sua fé (nêles ainda de todo ibérica e medieval) um zêlo constante pela conversão do gentio, de que os escritos catequéticos são cabal documento. (BOSI, 1978, p. 21).

Para o século XVIII, selecionamos o *Compendio narrativo do Peregrino da America*, de Nuno Marques Pereira, de 1728. Nuno Marques Pereira foi um padre e escritor de cunho

moralista luso-brasileiro do barroco. Segundo o pesquisador português Diogo Barbosa Machado, Nuno Marques Pereira teria nascido em Cairu, vila que distava catorze léguas de Salvador; portanto, já poderíamos afiançar autoria brasileira para os dados a partir do século XVIII.

Para o século XIX, escolhemos *Guerra dos Mascates: Chronica dos tempos coloniaes*, de José de Alencar (Volume 1), de 1871. Escolhemos um texto de Alencar dado seu envolvimento na polêmica “questão pronominal” travada entre portugueses e brasileiros no século XIX e seu papel de defesa da língua nacional, o que nos leva a crer que seu texto seja um exemplar característico do português brasileiro no século XIX.

Para o século XX, selecionamos *Caminhos de João Brandão*, de Carlos Drummond de Andrade (1976), que reúne crônicas do escritor mineiro publicadas no *Jornal do Brasil* e que tratam não apenas de assuntos do cotidiano do Rio de Janeiro, mas também de grandes questões históricas que estiveram em pauta no Brasil de seu tempo. Para o século XXI, *Put some farofa*, de Gregório Duvivier. Lançado em 2014, o livro traz crônicas publicadas no *Jornal Folha de São Paulo*, carregadas de humor e relacionadas a momentos políticos e históricos brasileiros, como a Copa no Brasil de 2014. As crônicas selecionadas para nosso *corpus* são históricas na medida em que apresentam a realidade do país de cada período em que foram publicadas. Seguir os textos das crônicas no Brasil ao longo dos seus séculos de história pode ser bem revelador do vernáculo do Brasil, já que, segundo Antônio Cândido, a crônica,

em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo [...] ela não nasceu propriamente com o jornal [...] isto é, há pouco mais de um século e meio. No Brasil, ela tem uma boa história, e até se poderia dizer que sob vários aspectos é um gênero brasileiro, pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com que aqui se desenvolveu. (CÂNDIDO, 2005, p. 89-90).

A partir da descrição dos critérios adotados para a constituição da amostra linguística representativa do *corpus* do PB, fica evidente o cuidado empreendido para tentar preservar o mesmo gênero textual ao longo de todas as sincronias estudadas, bem como em assegurar a autoria brasileira do escriba para o maior número de séculos. Como toda escolha metodológica impõe restrições, tal rigor restringiu consideravelmente o tamanho da amostra, que foi reduzida a um texto representativo de cada século<sup>27</sup>. Dado que o menor texto selecionado era composto

---

<sup>27</sup> Não avaliamos, contudo, que essa extensão desqualifique a representatividade da amostragem e, conseqüentemente, comprometa os resultados obtidos. Sabemos que fixar critérios suficientemente adequados para legitimar a representatividade de um *corpus* tomando por parâmetro sua extensão é questão controversa na

por sete mil e quinhentas (7500) palavras, vimo-nos obrigadas a adotar o mesmo padrão numérico para todos os demais textos, de modo a preservar a equidade dos *corpora* por século. O critério adotado, então, para selecionar as 7500 palavras nos textos cuja extensão as ultrapassava, consistiu em identificar todos os clíticos pronominais presentes nos referidos textos e, a partir disso, selecionar as páginas com maior número de ocorrências de clítico até atingir o padrão numérico do menor texto. Desse modo, a mostra linguística representativa do PB compõe-se de quarenta e cinco mil (45.000) palavras.

A amostra linguística do PE, por seu turno, é composta apenas de textos representativos dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, já que os estudos linguísticos contemporâneos apontam que, no século XIX, as particularidades da sintaxe de ordem dos clíticos pronominais entre as duas variedades do português já estavam implementadas. Assim, preservando-se o mesmo número de palavras por século adotado para o PB, bem como o mesmo critério de seleção das páginas que integraram a amostra linguística de cada século, chegamos a um número total de trinta mil (30.000) palavras para a amostragem da variedade europeia da língua portuguesa. Assim, além do número de palavras restrito a apenas quatro sincronias, as duas amostras diferem entre si pelo gênero textual, já que, para o PE, optamos por analisar textos de gramáticos por acreditarmos que tais textos constituem a produção linguística mais monitorada e que, portanto, representariam aquilo que seria a norma padrão portuguesa. A opção por dois gêneros textuais distintos para cada variedade de português se justifica, pois, pela intenção de se verificar a partir de que momento emerge a divergência entre o vernáculo do PB e a norma padrão europeia, definida a partir da produção escrita dos gramáticos descritos a seguir:

---

Linguística de *Corpus*. Enquanto Biber, Conrad e Reppen (1998) avaliam que dez textos constituídos de mil palavras cada um é uma quantidade suficiente para representar muitas das categorias gramaticais, Browker e Pearson (2002) consideram que não há regras seguras para determinar o tamanho ideal de um *corpus*. Em suas palavras, “you will have to take this decision based on factors such the needs of your project, the availability of data and the amount of time that you have. It is very importante, however, not to assume that bigger is always better. You may find that you can get more useful information from a corpus that is small but well designed than from one that is larger but is not customized to meet your needs” (p. 45-46).

QUADRO 2  
Caracterização do *corpus* do português europeu

Século/ Ano de publicação	Obra	Autor
Século XVI - 1540	Grammatica da língua Portuguesa	João de Barros
Século XVII - 1659	Curiosas aduertencias da boa Grammatica no compendio, & exposição da Arte do Padre Manoel Alvarez, em língua Portugueza	Bartholameu Rodriguez Chorro
Século XVIII - 1783	Grammatica philosophica e orthographia racional da lingua portuguesa	Bernardo de Lima e Melo Bacellar
Século XIX - 1862	Nova grammatica portugueza compilada de nossos melhores auctores e coordenada por	Bento José de Oliveira.

Como nosso objetivo era cotejar as duas variedades de língua portuguesa, para testar a hipótese da retenção/mudança, comparamos ainda a sintaxe de colocação dos clíticos pronominais de uma das primeiras gramáticas escritas por brasileiro e publicadas no Brasil no século XIX com o uso literário brasileiro e com a gramática portuguesa do período. Trata-se do *Compendio de Grammatica philosophica*, de Manoel Soares da Silva Bezerra, de 1861. Também para essa obra foram selecionadas sete mil e quinhentas (7.500) palavras, o que resultou num *corpus* total de oitenta e dois mil e quinhentas (82.500) palavras<sup>28</sup>.

### 3.3 Dos critérios de análise

Constituída a amostra a ser utilizada, o próximo passo consistiu em definir os critérios de análise, o que não constituiu, obviamente, tarefa fácil, sobretudo porque optamos por evitar

<sup>28</sup> Segundo a proposta classificatória de *corpora* com base em tamanho proposta por Berber Sardinha (2002), nosso *corpus* enquadra-se no padrão pequeno-médio (80 a 250 mil palavras).

combinar critérios sintáticos (contextos de variação da posição do clítico *versus* contextos de uso categórico) com critérios morfológicos (tipo de palavra que antecede o verbo).

Dessa feita, após coletar os clíticos presentes no *corpus*, tanto aqueles que se encontravam em lexias simples quanto aqueles que se encontravam em grupos verbais, no ato da análise, não estabelecemos distinção entre a posição do clítico nas lexias simples e nos grupos verbais, como tradicionalmente se procede. Nossa deliberação por computar indistintamente os casos de próclise, de mesóclise e de ênclise, independentemente de se tratar de forma verbal simples ou composta se deveu, pois, à nossa opção metodológica de não nos pautarmos pelo contexto sintático de ocorrência do clítico<sup>29</sup>, mas pelo tipo de oração (absoluta, coordenada, principal, subordinada ou mista<sup>30</sup>) no qual ele se encontrava.

No caso dos grupos verbais, o critério adotado para se definir acerca da posição proclítica ou enclítica do pronome átono foi assim estabelecido:

- (i) **Proclítico a V1 (PV1):** quando o clítico apareceu à esquerda do primeiro verbo do grupo verbal:

(1) “Neste rio pela terra dentro se vem meter outro a q chamão Paragoahi [...]” (PB, século XVI)

(2) “[...] segundo o ofício que he foy dado.” (PE, século XVI)

- (ii) **Enclítico a V1 (EV1):** quando o clítico apareceu à direita do primeiro verbo do grupo verbal, quer formando com ele um único vocábulo, quer ligando-se a ele por meio de hífen:

(3) “Correse da boca, do Sul pera o Norte: dentro he muito fundo & limpo, & podese navegar por ele ate sessenta legoas como ja se navegou.” (PB, século XVI).

(4) “[...] pódesse apartar e aiuntar.” (PE, século XVI)

<sup>29</sup> Embora tenhamos optado por não tratar as lexias simples e os grupos verbais separadamente na análise, a coleta dos dados controlou esses dois contextos e a frequência dos grupos verbais bem como a posição em que o clítico pronominal se encontra neles podem ser consultadas nas tabelas dos apêndices.

<sup>30</sup> Conforme exemplificaremos logo a seguir, estamos concebendo como oração mista aquela que, integrando um período composto nos termos tradicionais, pode receber mais de um tipo de classificação.

(5) “Disseram nas camaras que *tendo-se agravado* os incommodos do ministro do império este insistira pela demissão” (PB, Século XIX).

(iii) **Proclítico a V2 (PV2)**: quando o clítico apareceu à esquerda do segundo verbo do grupo verbal sem estar ligado ao primeiro por hífen ou constituindo com ele um único vocábulo:

(6) “[...] tinha entrado h~ua esquadra de naos Francesas, & *começavão a se fortificar*. [...]” (PB, século XVI)

(7) “Vê lá se eu *ia me corresponder* com um indivíduo chamado Melão Doce” (PB, século XXI)

(iv) **Enclítico a V2 (EV2)**: quando o clítico aparece à direita do segundo verbo do grupo verbal, quer formando com ele um único vocábulo, quer ligando-se a ele por meio de hífen:

(8) “E quando *querem tiral-o*, dam certos golpes ou furos no tronco delas [...]” (PB, século XVI)

(9) “Atirei o embrulho á um canto muito resolvido á desculpar-me com as minhas lidas, quando o homem *viesses buscal-o* no sabbado proximo, para a audiencia que esperava. (PB, século XIX)

(10) “A dúvida só *poderá tirar-se* recorrendo aos dictionarios.” (PE, século XIX)

Embora a ocorrência do clítico entre V1 e V2 sem nenhum tipo de ligação a algum dos verbos possa causar dúvida quanto à categorização em EV1 ou em PV2 nos grupos verbais, o comportamento da ligação do clítico na primeira sincronia analisada nos indicou qual critério de classificação deveríamos adotar: nos séculos XVI e XVII, sempre que enclíticos, os clíticos apareciam acoplados ao verbo:

(11) “Correse da boca, do Sul pera o Norte: dentro he muito fundo & limpo, & *podese navegar* por ele ate sessenta legoas como ja se navegou.” (PB, Século XVI).

(12) “*Foilhe mostrado* modo admiravel com que a divina Sabedoria criára do nada todas as criaturas [...]” (PB, século XVII).

Assim, quando o clítico apareceu livre entre V1 e V2, isto é, sem estar acoplado ao verbo formando com ele um único vocábulo fonológico ou não ligado a ele por hífen<sup>31</sup>, foi computado como PV2:

(13) “Mas antes, eles *tinham se beijado.*” (PB, século XXI)

Quanto às ocorrências de interpolação, ainda que o clítico não estivesse imediatamente antes do verbo por causa do material interveniente, estas foram computadas entre os casos de próclise:

(14) “E dahi por diãte se nam **póde** passar por respeito de h~ua cachoeira muy grande [...]” (PB, século XVI)

(15) ““E segundo a difinçám que lhe os Grãmáticos **derã** [...]” (PE, século XVI)

Separadas as ocorrências de próclise, mesóclise e ênclise no PB e no PE, iniciamos por separar essas ocorrências por tipo de oração primeiramente nos textos do PB. Optamos por analisar os clíticos em todos os tipos de oração que fossem encontradas nos *corpora*, tanto nas orações finitas, quanto nas não finitas. Ao classificar os tipos de oração em que os clíticos ocorriam, encontramos o que chamamos aqui de orações mistas, contextos em que o clítico ocorria em oração que poderia ter mais de uma classificação no período. A ocorrência a seguir ilustra um desses casos, uma vez que o clítico se encontra na oração “que ele se enfadaria” a qual é subordinada a “dizendo ao índio”, coordenada assindética a “que se deixasse estar” e principal da reduzida “de o esperar”

(16) “dizendo ao Indio que se deixasse estar, que ele se enfadaria de o esperar”. (PB, século XVI).

Uma vez que nosso objetivo era verificar o tipo de oração como possível condicionador da posição do clítico, computar as 129 ocorrências desse tipo de período entre as 1367 encontradas no total do PB não se justificaria. Encontramos casos de tripla classificação e de dupla classificação, as quais, portanto, não entraram no cômputo das ocorrências.

---

<sup>31</sup> Conforme se verá na apresentação dos resultados, o hífen ligando o clítico ao verbo aparece no século XVIII.

A análise da posição dos clíticos pronominais por tipo de oração no PB indicou, com base no aporte teórico da LFCU, a possibilidade de a tendência de colocação dos clíticos pronominais no português estar relacionada à frequência dos diferentes clíticos pronominais. Dessa forma, encerrada a análise da posição dos clíticos pronominais por tipo de oração no PB, computamos as ocorrências de próclise, mesóclise e ênclise de cada uma das formas dos clíticos pronominais encontradas nos *corpora* brasileiros. Confirmada a possibilidade da atuação da frequência do tipo de pronome na determinação da posição do clítico, passamos também nos *corpora* do PE ao computo da próclise, da mesóclise e da ênclise em cada uma das formas de pronome que apareceram nos textos do PE. A confirmação da possibilidade da atuação da frequência do tipo de pronome na determinação da posição do clítico também no PE é o que justifica que, nessa variedade do português, não separamos as ocorrências por tipo de oração já que os resultados por tipo de oração no PB indicou que a variável que estaria atuando na determinação da posição do clítico seria, na verdade, o tipo de clítico pronominal, o que passou a ser uma variável linguística do nosso estudo.

Estabelecidos os procedimentos adotados tanto para a constituição do *corpus*, quanto para a análise, passemos, na seção seguinte, à apresentação e discussão dos resultados alcançados.

## CAPÍTULO 4

### APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentamos os resultados quantitativos e qualitativos do estudo diacrônico que empreendemos acerca da sintaxe de colocação dos clíticos pronominais na língua portuguesa. Conforme descrito no capítulo anterior, iniciamos nossa análise pela variável sintática *tipo de oração* em que os clíticos ocorrem e, na sequência, verificamos também a possibilidade de o *próprio tipo de clítico* ser um elemento influenciador na fixação da ordem desses itens no português. Os resultados encontrados nos indicaram algumas respostas possíveis para o entendimento da colocação dos clíticos nas duas variedades do português.

Iniciando pela abordagem quantitativa, computamos um total de 2379 clíticos pronominais, sendo 1238 no PB e 1141 no PE. Para investigarmos uma possível atuação do tipo de oração em que os clíticos ocorriam na determinação da posição desses itens, separamos as ocorrências de próclise, de mesóclise e de ênclise, primeiramente nos textos do PB, conforme os diferentes tipos de oração que encontramos. Das 1238 ocorrências de clíticos pronominais identificadas nessa variedade do português, 129 estavam em orações mistas e, nesse caso, não foram analisadas, porque não tínhamos um critério para categorizá-las em um único tipo de oração. Desse modo, analisamos 1109 ocorrências de clíticos pronominais no PB, as quais estavam assim distribuídas:

## QUADRO 3

Tipos de orações encontradas e analisadas no *corpus* do PB

TIPO DE ORAÇÃO	FREQUÊNCIA	EXEMPLOS
Absoluta	63 (5,68%)	<p>“Este olco nam <b>se</b> acha todo anno perfeitamente nestas arvores” (PB, século XVI)</p> <p>“<b>Dase</b> noticia das guerras dos Portugueses contra Franceses na enseada do Rio de Janeiro.” (PB, século XVII)</p>
Coordenada assindética	80 (7,21%)	<p>“[...] logo tem remédio pera poder honradamente sustetar sua familia: porque hum lhe pesca, &amp; outro lhe caça, os outros <b>lhe</b> cultivão &amp; grandeão suas roças [...]” (PB, século XVI)</p> <p>“Aonde entra este vicio, impera a Soberba, crece a Avareza, reina a Luxuria, acende-<b>se</b> a Ira, existe a Gula, governa a Enveja, acha-<b>se</b> a preguiça.” (PB, século XVIII)</p>
Coordenada sindética	164 (14,79%)	<p>“[...] donde se tira cada hum anno grande quantidade daçucares, &amp; <b>se</b> dá infinito algodam [...]” (PB, século XVI).</p> <p>“Aparou o moço nas mãos o gomo de canna, e chupou-<b>o</b> logo” (PB, século XIX).</p>
Principal	174 (15,69%)	<p>“Aqui <b>se</b> metem dous rios nelle que vem do sertam [...]” (PB, século XVI).</p> <p>“Eliminando-se a presença incômoda, ter-<b>se</b>-ia realizado o ideal de inúmeros jovens que se revoltam contra ela — o pai de família e o pai social, o governo, a lei — e aspiram à vida isenta de compromissos com valores do passado. (PB, século XX).</p> <p>“Na realidade, arrisco-<b>me</b> a dizer que estamos em boa (e vasta) companhia.” (PB, século XXI).</p>
Subordinada desenvolvida	458 (41,30%)	<p>“[...] vejam a terra donde este bem <b>lhes</b> procede.” (PB, século XVI)</p> <p>Quando querem quis<b>allas</b> pera comer, pelamnas como leitam, &amp; nam nas esfolão, porque tem hum coiro muy tenro &amp; sabroso [...] (PB, século XVI)</p>
Subordinada reduzida de infinitivo	123 (11,09%)	<p>“Mas como sempre ouvi dizer, que se ha de fallar, a quem dezeja ouvir: affoyto, e confiado, me animo a <b>vos</b> obedecer. [...]” (PB, século XVIII)</p> <p>“E como será possível livrar-<b>se</b> huma creatura racional do Inferno, achan-se nella todos estes sete pecados [...]” (PB, século XVIII)</p>
Subordinada reduzida de gerúndio	47 (4,24%)	<p>“Argumentei, <b>me</b> sentindo Mel Gibson em Coração Valente, que, se eles não achassem o flagrante, não haveria prisão, porque só pode haver prisão com flagrante.” (PB, século XXI).</p> <p>“Resta-lhe o direito de mentir por sua vez, acusando-<b>me</b> de ladrão do cofre das almas na igreja do Carmo, que para assaltante de supermercado não dou, seria mentira demais.” (PB, século XX).</p>

Apresentado o quantitativo total de clíticos pronominais no PB categorizado segundo o tipo de oração em que o clítico ocorria, passamos, na próxima subseção, à apresentação desses clíticos segundo sua posição em relação ao verbo. Como mencionado na descrição da metodologia, nossa análise não estabeleceu distinção quantitativa entre forma verbal simples ou composta. Desse modo, os percentuais que apresentamos referem-se à posição do clítico tanto em relação à lexia verbal simples, quanto em relação à composta. Nos casos destas formas, a posição do clítico foi computada segundo os critérios definidos no capítulo em que descrevemos nossas decisões metodológicas.

#### **4.1 A posição dos clíticos pronominais segundo a variável sintática *tipo de oração***

Conforme veremos no gráfico da página a seguir, predomina a variação na ordem do clítico nos diversos tipos de orações ao longo dos seis séculos aqui analisados.

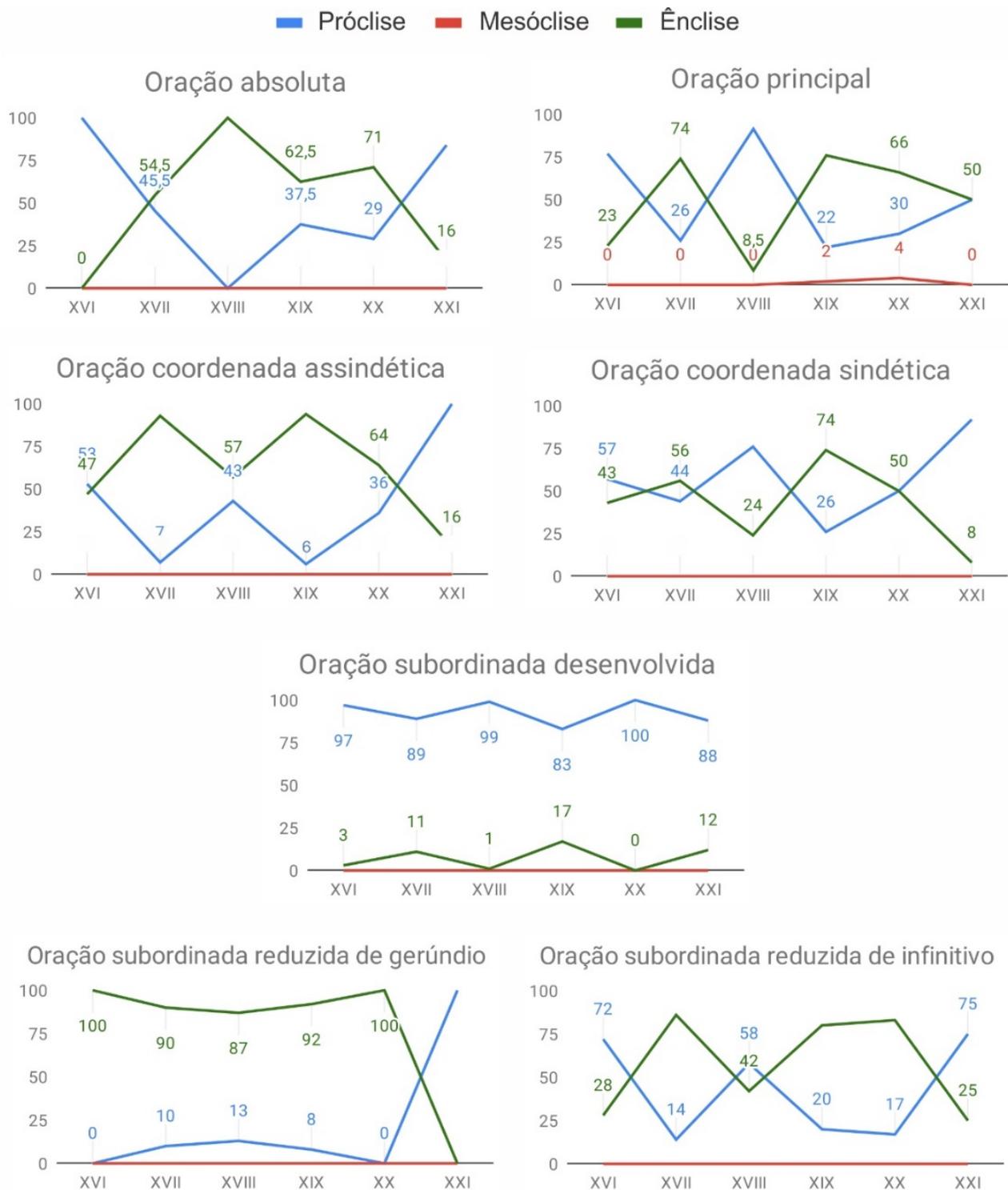


GRÁFICO 1 - Posição dos clíticos no PB segundo os tipos de orações do século XVI ao XXI<sup>32</sup>

Fonte: Produção a partir dos dados coletados

<sup>32</sup> Além das porcentagens aqui apresentadas, os números de ocorrências podem ser conferidos na tabela 21 do apêndice.

Muito embora a variação revelada por nossos dados possa ter sido realçada por nossa opção metodológica de não seguir os critérios tradicionalmente adotados para análise da posição do clítico, entre os quais citamos os contextos de lexias simples e compostas, os contextos categóricos de ênclise e a presença ou ausência de palavra atrativa, os resultados dispostos nos gráficos nos mostram que não foram identificadas relações regulares de colocação para cada um dos tipos de oração ao longo dos séculos estudados. A despeito disso, os gráficos mostram haver maior regularidade da ordem do clítico pronominal nas orações subordinadas desenvolvidas, com uma preferência pela posição proclítica.

Comparando, ainda que com as ressalvas de opções metodológicas distintas, nossos resultados com os de outros estudiosos do tema, podemos extrair algumas questões. Primeiramente, devemos aventar a possibilidade de que a grande variação detectada nos demais tipos de oração seja uma consequência do fato de não termos controlado os contextos sintáticos determinadores da posição dos clíticos, como fizeram outros trabalhos que se debruçaram sobre essa complexa questão (Cf. PAGOTTO (1992); CARNEIRO e GALVES (2010)), sobretudo porque a oração subordinada é descrita por esses trabalhos como um contexto sintático de próclise obrigatória. Seguindo esse raciocínio, a grande variação detectada nos demais tipos de oração, conforme registrado no gráfico 1, decorreria de quatro fatos: (i) como foram detectados diferentes contextos sintáticos nessas orações (por exemplo: início de sentença (ênclise obrigatória) e oração negativa (próclise obrigatória)), foram detectadas diferentes posições para o clítico; (ii) um mesmo contexto sintático, em uma mesma sincronia, pode admitir variação entre próclise e ênclise (como o contexto sintático em que o verbo é imediatamente precedido pelo NP sujeito o qual, no português clássico, admitia variação conforme observam Carneiro e Galves (2010)); (iii) em um contexto sintático descrito como de posição categórica, pode haver variação. Carneiro e Galves (2010) descrevem o contexto sintático de oração afirmativa não dependente com o verbo precedido por certos advérbios modais como um contexto de próclise obrigatória no português clássico, no PE e no PB; no entanto, em nossos dados do século XIX no PB, identificamos ocorrência de ênclise nesse contexto (“Assim operou-se a mudança política”); (iv) Ao longo dos séculos, há mudança da posição dos clíticos nos contextos. Segundo Carneiro e Galves (2010), o PB optou pela próclise em todos os contextos que eram de variação no português clássico. Nesse sentido, se as orações subordinadas são descritas como um contexto sintático de próclise obrigatória no português clássico, no PE e no PB, era mesmo de se esperar que fosse a única que não apresentasse variação. Nesse sentido, uma questão que se coloca é por que a oração subordinada é um contexto sintático de próclise obrigatória se nela aparecem também outros contextos sintáticos como, por exemplo, verbo imediatamente

precedido por NP sujeito e verbo imediatamente precedido por um sintagma preposicional. Para esses dois contextos sintáticos, Carneiro e Galves (2010) descrevem a possibilidade de variação entre próclise e ênclise no português clássico, o que foi identificado também em nossos dados<sup>33</sup>. Fato curioso é que esses dois contextos sintáticos foram identificados em orações subordinadas do português clássico em nossos *corpora* e a preferência pela próclise foi categórica em todas as ocorrências, conforme ilustramos a seguir:

**(i) Verbo imediatamente precedido por NP sujeito:**

(17) “Junto delas avia muitos Indios, quando os Portugueses começaram de as povoar: mas porque os mesmos Indios se levantavam contra eles & faziam lhes muitas treições, os governadores & capitães da terra destruíramnos pouco a pouco & mataram muitos deles [...]” (PB, século XVI)

**(ii) Verbo imediatamente precedido por um sintagma preposicional:**

(18) “E neste intervalo sopra hum vento brando que na terra se gera [...]” (PB, século XVI)

Frente a essas constatações, algumas questões que se nos colocaram foram as seguintes:

(i) se esses dois contextos sintáticos permitem a ênclise, por que ela não ocorreu nas orações subordinadas?; (ii) por que as orações subordinadas foram, em nosso *corpus*, um contexto sintático de próclise obrigatória?; (iii) que especificidade esse tipo de oração apresentou em relação às demais, de modo a nos permitir vislumbrar um padrão de uso do clítico? Empiricamente, o que essas orações apresentaram de diferente em relação às demais foi ter (i) uma frequência de ocorrências superior (Cf. tabela 3 a seguir) e (ii) uma frequência superior do clítico pronominal *se* (Cf. tabela 4 a seguir), em todos os séculos de nossa amostragem<sup>34</sup>. Desse modo, concentramos nossa linha de análise nessas questões, uma vez que os estudos funcionalistas já evidenciaram a importância da frequência na determinação dos padrões linguísticos (Cf. BYBEE 2007, 2016 [2010]).

<sup>33</sup> **Verbo imediatamente precedido pelo NP sujeito:** (i) Próclise: “E ate oje hum só caminho lhe acharam os homens vindo do Perú a esta província [...]” (PB, Século XVI); (ii) Ênclise: “[...] os governadores & capitães da terra destruíramnos pouco a pouco & mataram muitos deles [...]” (PB, Século XVI)

**Verbo imediatamente precedido por um sintagma preposicional:** (i) Próclise: “Por esta barra se serviam antigamente, que he o lugar por onde costumavam os immigos de fazer muito damno aos moradores.” (PB, Século XVI); (ii) Ênclise: “Esta planta nam he muito grossa, & tem muitos nós: quando a quer~e plantar ~e alg~ua roça, cortã na & faz~e na em pedaços [...]” (PB, Século XVI).

<sup>34</sup> Convém registrar que, como nosso *corpus* é constituído exclusivamente de textos escritos, a alta frequência do clítico *se* pode decorrer de um mecanismo próprio da escrita que consiste em omitir o agente por meio de estruturas sintáticas que empreguem esse clítico. A única forma de sanar essa dúvida seria, portanto, comparar com dados de oralidade. Entretanto, a inexistência de registros orais para todas as sincronias com as quais trabalhamos não nos permite averiguar essa possibilidade, configurando-se como mais uma limitação imposta ao pesquisador que opta por um estudo diacrônico.

TABELA 3  
 Frequência das orações subordinadas desenvolvidas em relação às demais orações no PB<sup>35</sup>

	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
Absoluta	3/262 (1,15%)	11/167 (6,59%)	1/305 (0,33%)	8/267 (3%)	21/144 (14,58%)	19/93 (20,43%)
Coordenada Assindética	15/262 (5,73%)	28/167 (16,77%)	7/305 (2,30%)	16/267 (5,99%)	11/144 (7,64%)	3/93 (3,23%)
Coordenada Sindética	53/262 (20,23%)	27/167 (16,17%)	37/305 (12,13%)	23/267 (8,61%)	12/144 (8,33%)	12/93 (12,9%)
Principal	22/262 (8,4%)	19/167 (11,38%)	47/305 (15,41%)	49/267 (18,35%)	23/144 (15,97%)	14/93 (15,05%)
<b>Subordinada desenvolvida</b>	<b>115/262 (43,89%)</b>	<b>47/167 (28,14%)</b>	<b>139/305 (45,57%)</b>	<b>105/267 (39,33%)</b>	<b>35/144 (24,31%)</b>	<b>17/93 (18,28%)</b>
Subordinada Reduzida de infinitivo	18/262 (6,87%)	7/167 (4,19%)	24/305 (7,87%)	30/267 (11,24%)	24/144 (16,67%)	20/93 (21,51%)
Subordinada Reduzida de gerúndio	2/262 (0,76%)	10/167 (5,99%)	15/305 (4,92%)	13/267 (4,87%)	6/144 (4,17%)	1/93 (1,08%)

Fonte: Produção a partir dos dados coletados

TABELA 4  
 Frequência do clítico *se* nas orações subordinadas desenvolvidas em relação às demais orações

(Continua)

	XVI			XVII			XVIII		
	Próclise	Ênclise	Total	Próclise	Ênclise	Total	Próclise	Ênclise	Total
Absoluta	3/262 (1,15%)	-	3/262 (1,15%)	4/167 (2,4%)	4/167 (2,4%)	8/167 (4,79%)	-	-	-
Coordenada assindética	7/262 (2,67%)	6/262 (2,29%)	13/262 (4,96%)	1/167 (0,6%)	7/167 (4,19%)	8/167 (4,79%)	3/305 (0,98%)	2/305 (0,66%)	5/305 (1,64%)
Coordenada sindética	24/262 (9,16%)	10/262 (3,82%)	34/262 (12,98%)	10/167 (5,99%)	10/167 (5,99%)	20/167 (11,98%)	12/305 (3,93%)	4/305 (1,31%)	16/305 (5,25%)
Principal	17/262 (6,49%)	1/262 (0,38%)	18/262 (6,87%)	4/167 (2,4%)	6/167 (3,59%)	10/167 (5,99%)	14/305 (4,59%)	3/305 (0,98%)	17/305 (5,57%)
<b>Subordinada desenvolvida</b>	<b>77/262 (29,39%)</b>	<b>-</b>	<b>77/262 (29,39%)</b>	<b>23/167 (13,77%)</b>	<b>2/167 (1,2%)</b>	<b>25/167 (14,97%)</b>	<b>43/305 (14,1%)</b>	<b>20/305 (6,56%)</b>	<b>63/305 (20,66%)</b>
Subordinada reduzida de infinitivo	7/262 (2,67%)	2/262 (0,76%)	9/262 (3,44%)	1/167 (0,6%)	2/167 (1,2%)	3/167 (1,8%)	3/305 (0,98%)	5/305 (1,64%)	8/305 (2,62%)
Subordinada reduzida de gerúndio	-	-	-	1/167 (0,6%)	5/167 (2,99%)	6/167 (3,59%)	-	6/305 (1,97%)	6/305 (1,97%)

Fonte: Produção a partir dos dados coletados

<sup>35</sup> Os números que faltam aqui para fechar o número total de ocorrências de cada século se referem às ocorrências dos clíticos em orações mistas que, conforme já mencionamos, não foram analisadas: 34 no século XVI, 18 no século XVII, 35 no século XVIII, 23 no século XIX, 12 no século XX e 7 no século XXI.

TABELA 4  
 Frequência do clítico *se* nas orações subordinadas desenvolvidas em relação às demais orações

(Conclusão)

	XIX				XX				XXI		
	Próclise	Mesóclise	Ênclise	Total	Próclise	Mesóclise	Ênclise	Total	Próclise	Ênclise	Total
Absoluta	2/267 (0,75%)	-	1/267 (0,37%)	3/267 (1,12%)	2/144 (1,39%)	-	9/144 (6,25%)	11/144 (7,64%)	9/93 (9,68%)	2/93 (2,15%)	11/93 (11,83%)
Coordenada Assindética	1/267 (0,37%)	-	11/267 (4,12%)	12/267 (4,49%)	-	-	2/144 (1,39%)	2/144 (1,39%)	-	3/93 (3,23%)	3/93 (3,23%)
Coordenada Sindética	2/267 (0,75%)	-	10/267 (3,75%)	12/267 (4,49%)	3/144 (2,08%)	-	4/144 (2,78%)	7/144 (4,86%)	8/93 (8,6%)	-	8/93 (8,6%)
Principal	9/267 (3,37%)	1/267 (0,37%)	23/267 (8,61%)	33/267 (12,36%)	2/144 (1,39%)	1/144 (0,69%)	3/144 (2,08%)	6/144 (4,17%)	1/93 (1,08%)	5/93 (5,38%)	6/93 (6,45%)
Subordinada desenvolvida	43/267 (16,1%)	-	8/267 (3%)	51/267 (19,1%)	10/144 (6,94%)	-	-	10/144 (6,94%)	10/93 (10,75%)	1/93 (1,08%)	11/93 (11,83%)
Subordinada Reduzida de infinitivo	2/267 (0,75%)	-	11/267 (4,12%)	13/267 (4,87%)	1/144 (0,69%)	-	3/144 (2,08%)	4/144 (2,78%)	13/93 (13,98%)	-	13/93 (13,98%)
Subordinada Reduzida de gerúndio	1/267 (0,37%)	-	3/267 (1,12%)	4/267 (1,5%)	-	-	3/144 (2,08%)	3/144 (2,08%)	-	-	-

Fonte: Produção a partir dos dados coletados

A regularidade da colocação do clítico cujos percentuais de frequência são liderados pelo clítico *se* nas orações subordinadas desenvolvidas identificadas na amostra linguística analisada levaram-nos a outras questões: o pronome *se* estaria favorecendo a posição proclítica? O próprio clítico seria, então, relevante para a escolha de sua posição? O pronome *se* apresenta tendência proclítica em todos os séculos/*corpora*?

O gráfico da página a seguir visa a nos ajudar a responder a essas perguntas. Como se perceberá ao analisá-lo, optamos por computar separadamente cada uma das formas clíticas presentes no *corpus*, porque consideramos a possibilidade de o próprio tipo de clítico constituir uma variável interveniente na posição. Ademais, dado que vários autores mencionam a atuação de fatores de ordem fonético-fonológica na posição do clítico, avaliamos que o cômputo separado da frequência das formas pudesse também nos ajudar a entender o fenômeno, já que a vogal final das formas clíticas não é a mesma.

**4.2 Posição preferencial dos clíticos pronominais no PB do século XVI ao XXI**

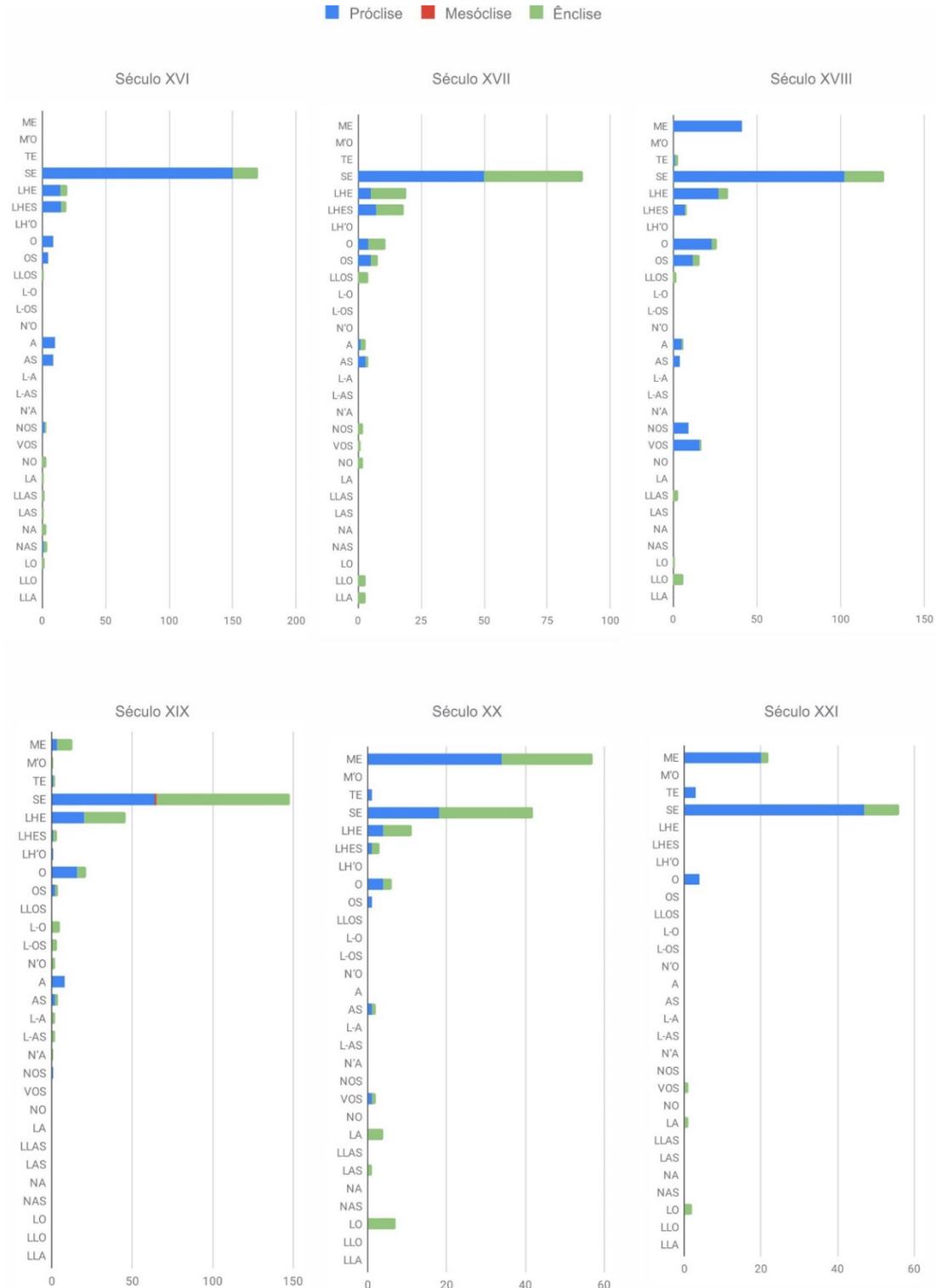


GRÁFICO 2 - Posição por clítico pronominal no PB<sup>36</sup>

Fonte: Produção a partir dos dados coletados

<sup>36</sup> Os números absolutos e as porcentagens podem ser consultados na tabela 22 do apêndice.

No que se refere às questões anteriormente formuladas, nossos dados nos mostram que os ambientes com *se* só não são preferencialmente proclíticos nos séculos XIX e XX. É importante observar que a preferência pela próclise com o clítico *se* ocorreu até mesmo no século XVII, o qual apresentou colocação predominantemente enclítica quando consideramos a frequência final com base na soma dos percentuais de todos os clíticos<sup>37</sup>. Isso nos faz pensar que o clítico *se* poderia ser, portanto, um fator determinante para a posição proclítica, exceto nos séculos XIX e XX, nos quais pode estar atuando um sobrepujante fator social sobre o qual discutiremos mais adiante. Assim, visando a verificar se, de fato, o clítico *se* estaria capitaneando a próclise, o que atestaria a atuação de um fator linguístico, analisamos seu comportamento em textos de gramáticas do português além-mar, justamente por acreditarmos, conforme já mencionado, que esse gênero textual representa o padrão culto mais monitorado da língua portuguesa lusitana. Também no *corpus* do gênero gramática do PE o clítico *se* foi predominantemente proclítico até o século XVIII, conforme veremos no gráfico da página seguinte, o que sinaliza que se trata não de uma tendência do texto literário, o que poderia ser atribuído ao estilo, mas de um fato linguístico que se manifesta não só em estágios anteriores da língua, como também em outro espaço geográfico e em outro gênero de texto.

---

<sup>37</sup> Em nossos dados, até o século XVIII, apenas o século XVII não foi predominantemente proclítico, resultado que contradiz aqueles identificados por Pagotto (1992), que registrou 92% de próclise para a primeira metade do século XVII e 88% para a segunda metade. A porcentagem de próclise encontrada em nossos dados no século XVII foi de apenas 45%. Essa preferência pela ênclise no século XVII em nossos dados pode estar relacionada ao tipo de oração, já que este foi o século com a menor porcentagem de oração subordinada, exatamente aquela que se mostrou predominantemente proclítica em nossa amostragem. No século XVI, 50% das orações identificadas no *corpus* eram subordinadas desenvolvidas; no século XVIII, 51%; já, no século XVII, esse percentual é de apenas 31%.

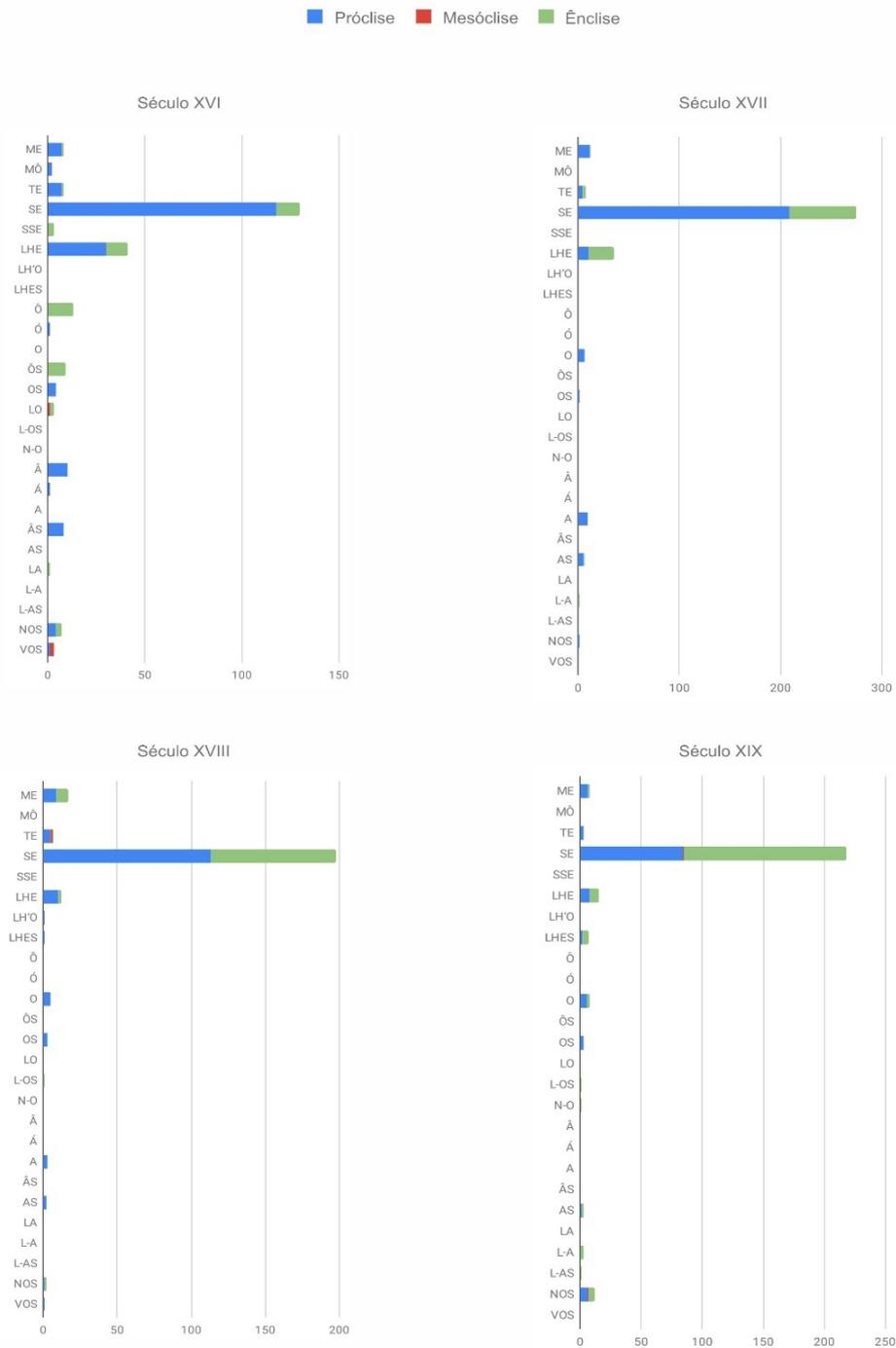


GRÁFICO 3 - Posição por clítico pronominal no PE gramatical<sup>38</sup>

Fonte: Produção a partir dos dados coletados

<sup>38</sup> Os números absolutos e as respectivas porcentagens podem ser consultados na tabela 23 do apêndice.

A comparação da frequência do *se* em relação aos demais clíticos, nas duas variedades de português e nos dois gêneros textuais analisados, conforme retratada nos dois gráficos anteriormente apresentados, aponta uma coincidência sincrônica, já que, no século XIX, tanto no PE quanto no PB ocorre uma mudança na ordem do clítico *se*, que passa a ser enclítico. Os dados da gramática brasileira do século XIX, no entanto, ainda apresentam maior frequência de próclise (62%), conforme verificamos na tabela abaixo:

Tabela 5  
Comparação da frequência de *se* no texto literário e gramatical do PB<sup>39</sup>

	PB LITERÁRIO Século XVIII				PB LITERÁRIO Século XIX				PB GRAMATICAL Século XIX				PE GRAMATICAL Século XIX			
	Próclise	Mesóclise	Ênclise	Total	Proc.	Mes.	Enc.	Total	Proc.	Mes.	Enc.	Total	Proc.	Mes.	Enc.	Total
SE	80,95%	-	19,05%	41,3%	43,24%	0,68%	56,08%	55,43%	70,76%	0%	29,24%	68,4%	38,53%	0,46%	61,01%	77,03%
TOTAL GERAL	82,35%	-	17,65%	100%	44,57%	0,37%	55,06%	100%	62%	0,4%	37,6%	100%	41,70%	0,71%	57,60%	100%

Fonte: Produção a partir dos coletados

Apesar disso, registramos uma redução de 20% de próclise em relação aos dados do texto literário do século XVIII. Esse resultado pode sugerir que, no PB do século XIX, o gênero literário seria um fator extralinguístico relevante atuando na ordem de colocação dos clíticos, já que o gênero literário demonstrou ter sofrido maior pressão da norma portuguesa. Uma possível interpretação para isso pode radicar no fato de o texto literário representativo desse século em nosso *corpus* ter sido escrito por José de Alencar, que, embora cearense como o autor da gramática, ao contrário deste, estava no centro da pressão da normatização portuguesa e convivia mais de perto com a elite portuguesa na capital do Império do Brasil, o Rio de Janeiro, centro cultural do país no século XIX. Discorreremos mais adiante sobre o comportamento dos clíticos pronominais a partir do século XIX; por ora, dedicamo-nos a demonstrar nossa proposta de explicação para as singularidades que envolvem a posição dos clíticos pronominais, fato sintático comumente evocado para particularizar as duas variedades de português analisadas. Tal explicação foi motivada pela hipótese que aventamos segundo a qual o clítico *se* seria um condicionante de próclise<sup>40</sup> até o século XVIII nessas duas variedades. De acordo com nossa

<sup>39</sup> O total de *se* se refere ao total de *se* em relação aos demais clíticos no *corpus*/século em questão. Esta tabela é uma compilação dos dados apresentados nas tabelas 22 e 24 do apêndice.

<sup>40</sup> Estamos propondo que o *se* é um condicionador de próclise, apesar de outros clíticos pronominais também apresentarem tendência próclítica em todos os séculos, devido a superioridade de sua frequência em relação aos demais, o que poderia fazer com que outros itens da categoria, por analogia, imitassem seu comportamento.

interpretação, a dissensão na ordem dos clíticos pronominais nas variedades brasileira e europeia do português estaria intimamente relacionada ao comportamento das vogais átonas nessas duas variedades. Acreditamos que a predominância desse pronome em posição proclítica até o século XVIII seja uma consequência do fato de que “*i* ou *e* precedidos de *s* ou *c* caíram em português arcaico<sup>41</sup> quando finais” (WILLIAMS, 1975 [1961], p. 156). Em nossos dados, tanto no PB quanto no PE, do século XVI ao XVII, o clítico *se* apareceu sempre acoplado ao verbo quando estava em posição enclítica. Logo, nessa posição, seria candidato potencial a perder, segundo Williams (*op. cit.*), sua vogal *e* final, conforme exemplos a seguir:

(19) “A fruta della se chama bananas: parecense na feiçam com pepinos, & criamse em cachos [...]” (Século XVI, PB, texto literário).

(20) “Os que se acábam ã al, el, ol, ul, formanse perdendo a letera, l, [...]” (Século XVI, PE, texto de gramática)

(21) “[...] E tocãose os transitos a melhor vida de nosso S. Patriarcha Ignacio de Loyola [...]” (Século XVII, PB, texto literário).

(22) “Lege formase da segunda pessoa do presente, modo indicativo, aquelle is, mudado em e. (Século XVII, PE, texto de gramática)”

Nos dados do século XVIII, já é possível vislumbrar um padrão de comportamento distinto, o que pode constituir um indício de que a mudança que levou PB e PE a se distanciarem no que diz respeito à colocação dos clíticos pronominais já estivesse se implementando. Assim, enquanto no PB oitocentista o clítico *se* ainda aparece acoplado ao verbo, no PE, tal clítico já aparece separado por hífen.

(23) “Mostra o Peregrino com varios exemplos, que bem póde hum homem ser muito rico, e grande Personagem em qualquer estado, e por suas boas obras de virtude vir a salvarse. [...]” (Século XVIII, PB).

(24) “O som consoante com a vogal chama-se syllaba.” (Século XVIII, PE).

Explorando a hipótese de uma possível queda do *e* átono final dos verbos quando precedido de *s* (casos do *se* enclítico acoplado ao verbo), conforme postulado por Williams

---

<sup>41</sup> Em Williams (1975 [1961], p. 28) encontramos: “A história da língua foi dividida por alguns em três períodos: a) o período arcaico ou nacional – do século XII ao XVI; b) o período clássico ou médio – do século XVI ao XVIII, e c) o período acadêmico ou francês – do século XVIII ao presente”.

(1975 [1961]) e ilustrado acima, estamos propondo que tal queda teria afetado o sistema linguístico na medida em que o apagamento da vogal átona teria provocado ambiguidade gramatical, comprometendo, assim, a marcação de determinadas funções, conforme passamos a detalhar<sup>42</sup>. Uma queda da vogal *e* das formas verbais com pronome enclítico e a conseqüente permanência do *s* poderia, por exemplo, transformar o pronome reflexivo num morfema de segunda pessoa do singular no presente do indicativo:

(25) “Chamase Olinda, he h~ua das mais nobres e populosas villas que há nestas partes.”  
(Século XVI, PB)

ChamasØ Olinda, he h~ua das mais nobres e populosas villas que há nestas partes

A tese de que o *s* remanescente da queda do *e* do clítico acoplado ao verbo desencadearia uma ambiguidade gramatical no sistema pode ainda ser atestada com outras formas verbais de segunda pessoa do singular no presente do indicativo, como velar (velas[Ø]), falar (falas[Ø]) e chamar (chamas[Ø]).

No exemplo (26), a seguir, se o pronome *se* estivesse enclítico, após a queda da vogal átona final, estaríamos diante de uma mesma forma fonética para a marcação do plural do substantivo *planta*, para a marcação da segunda pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *plantar* e para a marcação da voz passiva.

(26) “[...] depois de cultivada como estacas, & dahi tornam árrebenstar outras plantas de novo: & cada estaca destas cria tres ou quatro raizes & dahia pera cima (segundo a virtude da terra em q **se planta**) as quaes poẽ nove ou dez meses em se criar [...]” (PB, século XVI).

Estamos propondo, portanto, que, diante da possibilidade de a forma verbal resultante da queda do *e* poder marcar mais de uma função gramatical, conforme demonstramos, o falante, para evitar uma possível ambiguidade que comprometeria a eficácia comunicativa, teria preferido empregar o clítico *se* em posição pré-verbal. Essa percepção se alinha à perspectiva teórica segundo a qual a língua é vista como um sistema adaptativo complexo (LARSENFREEMAN (1997), LARSEN-FREEMAN e CAMERON (2008), BECKNER *et al* (2009); ELLIS e LARSEN-FREEMAN (2009), PAIVA e NASCIMENTO, (2009), BYBEE

---

<sup>42</sup> A queda da vogal final dos clíticos pronominais é atestada em conclusão de Cunha (1961 *apud* Cagliari (2015)) após uma exaustiva análise do processo de elisão na poesia dos trovadores: “a vogal dos pronomes átonos *me*, *lhe* (ou *lhi*), *se* (ou *si*), *xe* (ou *xi*) sempre se elidia antes de outros fonemas vocálicos” (p. 222).

(2016 [2010]), MASSIP-BONET (2013), OLIVEIRA (2014, 2015, 2016), CRISTÓFARO SILVA (2016)), conforme passamos a discutir na próxima subseção. Além disso, comprova o papel ativo do falante nos processos de variação e mudança linguística, o encaixamento da mudança e a solidariedade do sistema, já que alteração em um nível implica alteração em outro.

### **4.3 A sintaxe de colocação dos clíticos pronominais como um sistema adaptativo (bem) complexo**

Sob o ponto de vista da teoria dos Sistemas Adaptativos Complexos, um fenômeno linguístico está em constante interação com outros diversos fatores que atuam no sistema linguístico<sup>43</sup>. A emergência e a consolidação de um determinado fenômeno seriam, portanto, resultantes do conjunto de interações do sistema. Nessa perspectiva e segundo o raciocínio que propusemos na subseção precedente, a preferência pela próclise com o clítico *se* resultaria, por conseguinte, da interação de fatores relacionados à queda da vogal átona final *e* precedida de *s* no sistema linguístico do português arcaico e a consequente ambiguidade gramatical dela advinda. Segundo essa interpretação dos fatos, a possibilidade de a queda da vogal final do *se* enclítico poder provocar ambiguidade gramatical em alguns tempos e modos verbais teria levado o falante a empregar a próclise e a preferi-la até mesmo nos casos de verbos cujas terminações não provocariam ambiguidade gramatical, conforme no excerto a seguir:

(27) “[...] nam se achou ahi mais dele que os ossos.” (Século XVI, PB)

Se nosso raciocínio é plausível, esse comportamento do falante seria justificado pela adoção de um expediente analógico, que tende à regularidade. Na perspectiva tradicional, contudo, a posição proclítica do *se* no contexto ora ilustrado seria motivada pela presença de uma categoria morfológica atrativa. O que nenhum trabalho que se apoia nesse tipo de justificativa até então explicou é por que apenas palavras invariáveis (advérbios, conjunções, pronomes indefinidos e relativos) funcionam como formas atrativas. Nossa proposta teria a dizer quanto a isso que tais palavras, justamente por serem invariáveis, não constituiriam *locus* potenciais para desencadear uma ambiguidade gramatical no caso da queda da vogal *e* diante de *s*. Sem dúvida alguma, trata-se apenas do registro de uma reflexão embrionária, que precisa ser melhor explorada e amadurecida, para fins de atestação ou de refutação.

---

<sup>43</sup> É importante registrar que também na perspectiva multissistêmica, proposta por Castilho (2009), a língua é vista como um sistema complexo, formada de quatro sistemas autônomos: léxico, gramática, discurso e semântica. Dessa forma, esse pesquisador também não endossa a noção de que existe um sistema central liderando um funcionamento linear da língua.

As discussões empreendidas até então parecem fornecer-nos alguns indícios em favor da possibilidade de o clítico *se* ter sido um ator de vanguarda na determinação da natureza proclítica do português, o que parece se confirmar se levarmos em conta também o fato de que a frequência desse clítico foi sempre bem próxima da frequência total final em cada sincronia, conforme podemos verificar na tabela a seguir:

**TABELA 6**  
Semelhança da frequência de *se* e da frequência final total dos clíticos no PB e no PE

<b>PB</b>						
Pronomes/Posição	Século XVI		Século XVII		Século XVIII	
	Proc.	Enc.	Proc.	Enc.	Proc.	Enc.
SE	88%	12%	56%	44%	81%	19%
TOTAL FINAL	82%	18%	45%	55%	82%	18%
<b>PE</b>						
Pronomes/Posição	Século XVI		Século XVII		Século XVIII	
	Proc.	Encl.	Proc.	Enc.	Proc.	Enc.
SE	89%	11%	76%	24%	57%	43%
TOTAL FINAL	77%	22%	73%	27%	61%	39%

Fonte: Produção a partir dos dados coletados

Esses resultados, ainda que restritos ao gênero textual crônica histórica, podem fornecer pistas do que pode ter ocorrido no sistema de colocação dos clíticos pronominais do português ao longo dos séculos, sobretudo se considerarmos que também no *corpus* de Pagotto (1992), que lançou mão de vários gêneros textuais, o clítico *se* foi o mais frequente e apresentou tendência proclítica. Ressalvamos, contudo, a pertinência de se verificar, em trabalhos futuros, a frequência de *se* em outros gêneros textuais, principalmente em gêneros da oralidade para aquelas sincronias em que estiverem disponíveis.

Antes de passarmos à exploração do dados a partir do século XIX, quando verificamos uma mudança do padrão de colocação dos clíticos pronominais, julgamos importante mencionar que o padrão adaptativo do sistema nos termos de nossa proposta parece atuar de modo homogêneo, isto é, seguindo os mesmos princípios, tanto para as lexias simples quanto para os grupos verbais. Embora nossa opção metodológica tenha sido por não controlar esses

dois contextos para fins de análise da posição do clítico, a análise do exemplo (28), a seguir, nos permite algumas generalizações.

(28) “E pelo conseguinte quando **se** vem perseguidos da fome, também cometem aos homens [...]”  
(Século XVI, PB literário)

Nesse contexto, se o pronome estivesse enclítico ao V1 (que pode também ser considerada próclise ao V2) e sofresse queda da vogal final precedida de *s*, poderia resultar numa forma de segunda pessoa do singular do presente do indicativo (*vens*). Também a ênclise ao V2, na mesma situação hipotética, poderia resultar na ausência da marca gramatical de reflexividade, já que o *s* remanescente poderia se confundir com o morfema *-s* de marcação de número da forma nominal de particípio. Na mesma linha de análise, a queda do *e* átono final seria também motivo para o falante evitar a ênclise com as formas do futuro do presente e do futuro do pretérito: mostrará-**s[Ø]** = mostrarás (tu); mostraria-**s[Ø]** = mostrarias (tu).

Voltando agora as lentes de nossa análise para os dados do século XIX, verificamos que, nesse período, a tendência pela posição proclítica verificada na língua até o século XVIII sofre uma inversão, isto é, passa a ser enclítica no PE e no PB. O que teria, então, acontecido no sistema linguístico do português no século XIX? Em conformidade com nossa proposição, segundo a qual a ordem dos clíticos pronominais estaria intimamente relacionada ao comportamento das vogais átonas em cada variedade do português, estamos aventando que a preferência pela ênclise no século XIX estaria relacionada a uma mudança que se deu na realização das vogais átonas do PE a partir da segunda metade do século XVIII<sup>44</sup>. Segundo Teyssier (2004 [1980], p. 50), “a realização [i] para a que se escreve *e* será em Portugal, na língua comum, uma simples etapa intermediária para o [ë] contemporâneo, que deve ter aparecido na segunda metade do século XVIII”<sup>45</sup>. Segundo seu relato, porém,

o destino da vogal átona final escrita *e* é mais complexo. Vimos que ela era pronunciada [i] na primeira metade do século XVIII. O português atual de Portugal transformou este [i] numa vogal central muito fechada e muito breve que

<sup>44</sup> Nas palavras de Abaurre e Galves (1998), “o PE [...] sofreu, com efeito, possivelmente na segunda metade do séc.18 (Cf. Révah, 1958; Teyssier, 1980), uma mudança fonológica que está na origem da pronúncia moderna: a chamada redução das sílabas pretônicas” (p. 378). Essas autoras apoiam-se na seguinte citação de Teyssier (1980): “En réalité, tout nous donne à penser que ce que nous appelons la “réduction” de *e* et o prétoniques a eu lieu dans le cours du XVIIIe siècle, et même dans la seconde moitié de ce siècle” (p. 77).

<sup>45</sup> Conforme a explicação de Teyssier (2004 [1980]), este símbolo [ë] é o correspondente ao [i] do Alfabeto Fonético Internacional (IPA 2005) e usado por Mateus (1983, 2014) para representar vogal oral alta fechada central não-arredondada. Na parte que apresenta a transcrição fonética, encontramos: “[ë]: vogal átona central; ex.: partes, na pronúncia de Portugal” (TEYSSIER, 2004 [1980], p.80).

transcrevemos por [ɛ̃]. Semelhante à vogal átona das palavras inglesas *merry* e *finish*, este [ɛ̃] hoje tão breve na pronúncia corrente que se torna praticamente inaudível: *passé* e *ponte* são percebidos como *pass'* e *pont'*. Tal [ɛ̃] [...] veio, com toda a evidência, [...] do [i] atestado na primeira metade do século XVIII [...] No Brasil, como veremos, [i] por *-e* átono final é hoje a norma (TEYSSIER, 2004 [1980], p.49-50).

Bagno (2011) observa que o PB conservou a pronúncia das vogais átonas finais, mantendo [i], e que a inovação ocorreu apenas no PE. Estamos especulando, portanto, que essa mudança fonético-fonológica ocorrida em Portugal é o que teria desencadeado alterações na colocação dos clíticos além-mar, as quais teriam se refletido nos textos literários brasileiros do século XIX em decorrência de um forte fator social que teve destaque na língua neste século: a normatização.

Nossos dados e os de trabalhos anteriores sobre o tema dos clíticos pronominais evidenciam que é justamente no momento em que ocorrem essas mudanças fonético-fonológicas nas vogais átonas em Portugal, especialmente o aparecimento de uma vogal diferente para a realização da vogal átona do clítico mais frequente, que a tendência proclítica do português clássico converte-se em enclítica no PE. O português brasileiro, por seu turno, não alterou a pronúncia de suas vogais átonas, conservando também a preferência pela próclise<sup>46</sup>. Entendendo o fenômeno da queda da pretônica no PE como um possível fator responsável pela tendência enclítica nessa variedade, encontramos resposta para o fato de o PE, ao contrário do PB, não iniciar orações com clítico pronominal. Nessa perspectiva, o PB permite que o clítico figure nessa posição porque manteve a pronúncia das vogais átonas do português clássico e não passou pelo fenômeno da redução das pretônicas, o que faz com que, na variedade brasileira, não haja comprometimento da realização desse item em início de oração, contexto em que o clítico se torna uma sílaba pretônica do verbo.

Um dos contextos em que o PE manteve a próclise, conforme se verifica na descrição de Carneiro e Galves (2010) e na prescrição das gramáticas tradicionais, foi no das orações subordinadas, tipo de oração que se mostrou mais frequente em nossos dados e também em que o clítico *se* apresentou alta frequência. Segundo nossa proposta, em decorrência da ambiguidade gramatical causada pela queda do *e* átono final, o falante teria preferido a próclise como uma forma de não comprometer a comunicação. Conforme também propusemos, esse clítico, por meio da analogia, teria determinado o comportamento dos demais. É possível que, em

---

<sup>46</sup> Conforme Abaurre e Galves (1998), “os historiadores da língua portuguesa concordam em afirmar que a pronúncia do PB é mais próxima da do Português Clássico [...] do que a do PE” (p. 377).

decorrência da alta frequência de uso das orações subordinadas com *se* em próclise no português clássico, a mudança para a próclise categórica nessas orações já tivesse sido implementada lá e por isso tenha se mantido no PE moderno. É curioso notar que o PE manteve a próclise nos contextos sintáticos que Carneiro e Galves (2010) descreveram como já sendo de próclise categórica no português clássico (orações dependentes, orações negativas e orações afirmativas com o verbo antecedido por quantificadores, focalizadores, palavras interrogativas e advérbios). É curioso notar ainda que esses contextos de próclise do PE resultam em palavras invariáveis seguidas de clítico pronominal, o que parece se alinhar à nossa tese de uma possível relação entre o fenômeno da redução das sílabas pretônicas ocorrido no século XVIII em Portugal e a preferência pela ênclise como uma forma de o falante evitar possíveis ambiguidades gramaticais capazes de comprometer a eficácia comunicativa.

Segundo nosso entendimento, esse raciocínio parece adequado para argumentar que a sintaxe dos clíticos no português tem uma determinação fonético-fonológica e que alterações em um sistema desencadeiam alterações em outro. Considerando, portanto, que o momento de início das acaloradas discussões sobre as divergências na colocação dos clíticos pronominais em Portugal e no Brasil coincide com o momento de mudança da vogal átona final *e* do PE (vogal que compõe o clítico mais frequente) e da mudança fonológica de redução das sílabas pretônicas no PE, a nossa hipótese inicial se confirma: a mudança da tendência de ordem de colocação dos clíticos pronominais teria ocorrido em terras lusitanas.

Por fim, antes de passarmos à análise dos fatores sociais que também atuaram no século XIX, julgamos relevante mencionar um fato identificado em nossos dados que será aqui apenas registrado para investigações futuras. Trata-se do uso do hífen. É justamente no século XVIII, período em que ocorreram mudança nas vogais átonas do PE, que começa a aparecer, no *corpus* do PB, a variação entre o clítico acoplado ao verbo (Cf. 29) e ligado a ele por hífen (Cf. 30). No mesmo período, no *corpus* do PE, as ênclises com *se* já estão todas ligadas ao verbo por hífen (Cf. 31):

(29) “[...] Do qual se conta, que trazendoselhe quarenta mil escudos em ouro, de huma Provincia de Ungria: pensativo, como cuidadoso, em que os havia de empregar; passou toda huma noite sem dormir. [...]” (Século XVIII, PB)

(30) “[...] Os ricos, e soberbos do mundo não crem estas verdades, como cegos da ambição; contentaõ-se com adorar as riquezas, succeda o que succeder: fazendo-se cada vez mais altivos, e desprezando aos humildes pobres. [...]” (Século XVIII, PB)

(31) “[...] As bases d'este systema encontram-se nas quatro regras geraes [...]” (Século XVIII – Gramática, PE)

Conforme sinalizamos anteriormente, acreditamos que a semelhança da colocação entre o texto literário brasileiro e a gramática portuguesa no século XIX decorreria de um fator social: a força da normatização. A prescrição de regras para a colocação dos clíticos pronominais aparece nas gramáticas, conforme discutimos no referencial teórico, justamente no século XIX, período subsequente à implementação das mudanças fonético-fonológica ocorridas no PE. O aparecimento dessas regras nas gramáticas e o fato de as discussões sobre o tema ocuparem espaço em revistas, em periódicos e em jornais, promovendo acaloradas discussões entre lusitanos e brasileiros, são, possivelmente, sinais da percepção da mudança. Em diálogo com o que defende Pagotto (1998), segundo o qual o processo de implementação da norma culta se deu em um projeto político de nação das elites brasileiras, Mariani (2004) nos lembra que

as elites portuguesas e brasileiras, nos séculos XIX e XX, fixaram um imaginário de língua portuguesa pelo trabalho pedagógico nas escolas de alfabetização e ensino regular de gramática, com o estabelecimento das tipografias, com o surgimento da imprensa, com a construção da biblioteca nacional, com a publicação de livros, gramáticas e dicionários, além das perenes discussões sobre as normas ortográficas. Todo esse enorme trabalho sobre a língua contribuiu para a naturalização de que no Brasil se fala o português, a língua oficial da cidadania brasileira, enquanto um legado de Portugal. (MARIANI, 2004, p. 173-174).

A existência de um português homogêneo para as duas nações, no entanto, nunca poderia se concretizar, já que as duas variedades, em decorrências de suas histórias sociais distintas, de seus espaços geográficos distintos, apresentam diferenças em todos os níveis (fonético, lexical, morfológico e sintático). Mas como explicar essa postura de imposição da norma vinda de Portugal que resulta na criação de uma unidade linguística imaginária? Como explicar que a independência do Brasil, em vez de lhe proporcionar uma independência linguística, impõe-lhe a língua das elites portuguesas? Uma possível explicação estaria nas palavras do antropólogo Darcy Ribeiro a respeito da independência do Brasil:

A própria independência do Brasil, quando se torna inevitável, é empreendida pela metrópole colonial, que translada para cá a parcela mais vivaz e representativa das classes dirigentes lusitanas e sua burocracia mais competente. Aqui sediada, se mimetiza de brasileira e tão bem organiza a independência para si mesma que continua regendo o Brasil por oitenta anos mais. No curso dessas décadas, enfrenta e vence todos os levantes populares, matando seus líderes ou os anistiando e incorporando sem ressentimento ao grupo dominante. (RIBEIRO, 1995, p. 256).

Nessa luta de interesses políticos, parece haver um superestrato, já que a língua do mais forte (com novas características decorrentes das mudanças ocorridas além-mar nas suas vogais átonas) sobrepõe-se, ao menos na escrita, como demonstraram os nossos dados. Na escrita, “o uso da língua é extremamente monitorado e a gramática padrão faz pressão pela ênclise” (PAGOTTO, 1992, p. 70). Além da força do processo de normatização que estava se consolidando, não podemos nos esquecer da atuação da política linguística do Diretório dos Índios<sup>47</sup> durante toda a segunda metade do século XVIII, momento a partir do qual o Brasil tem, por lei, um acordo marcado com a gramática do português europeu. Nossos dados indicaram que o período de atuação do Diretório dos Índios (1757 a 1798) foi o período em que o PE estava passando pelas mudanças que iriam resultar na preferência pela ênclise lá e, conseqüentemente, no PB escrito no século seguinte. Se o Diretório dos Índios não atuou diretamente na sintaxe de colocação dos clíticos, já que, como evidenciaram nossos dados, nesse período, PB e PE ainda compartilhavam semelhança na sintaxe de colocação dos clíticos pronominais, tal política linguística certamente atuou na sustentação da ideia de que a língua de Portugal era a adequada e a que deveria ser tomada como modelo. Nossos dados mostraram que a pressão pela ênclise no texto escrito do PB sobrevive, contudo, apenas nos séculos XIX e XX (nesse último um pouco menos que no XIX). O uso brasileiro contemporâneo mostra que, passada a influência do fator social “pressão da normatização”, há mais semelhança entre a colocação do século XXI e a do século XVI do que com a do XX. No século XXI, em um Brasil já com certa autonomia política, cultural e científica, decorridos quase dois séculos após sua independência, a língua escrita volta a adotar uma sintaxe de ordem dos clíticos pronominais de tendência proclítica. Isso nos leva a supor que nos séculos XIX e XX continuou havendo no PB uma tradição oral proclítica. A constituição da norma do PE atuou nos textos escritos no Brasil e teria perturbado a percepção dessa tradição oral proclítica. Mariani (2004) descreve um processo que aconteceu no português europeu em relação ao latim que acreditamos ter se replicado no PB em relação ao PE nos séculos XIX e XX.

Na história da formação social portuguesa, assim como na história da formação social das outras nações européias, a oralidade foi também a forma de afirmação e de aprendizado do vernáculo próprio da região, a língua das necessidades cotidianas, distinta do latim, língua gramatizada e cuja gramática já se tornara um instrumento pedagógico. A questão da lenta afirmação dos vernáculos frente ao latim corre paralela às transformações sociais, políticas e religiosas, como a urbanização crescente [...] Embora cada vez mais elitizado e distante da população em geral, o uso

---

<sup>47</sup> “Documento publicado em 1757, por Marquês de Pombal, considerado como uma medida de institucionalização e oficialização da língua que deveria ser falada, ensinada e escrita no espaço de enunciação brasileiro” (GUERRA, 2016, p. 36).

do latim [...] foi paulatinamente cedendo espaço a um maior uso do vulgar e a uma defesa da língua portuguesa. (MARIANI, 2004, p. 50-51).

Acreditamos que, assim como na história da formação social portuguesa o português europeu vernáculo conviveu com uma língua escrita elitizada, que era o latim, o português brasileiro, nos séculos XIX e XX, também conviveu com a língua escrita elitizada e normatizada por Portugal. Mas também no PB a oralidade teria sido a forma de afirmação e de aprendizado do vernáculo próprio do Brasil, havendo, portanto, por meio da tradição oral, a afirmação do vernáculo brasileiro frente ao PE. A presença da tradição oral da próclise pôde ser identificada no texto de Carlos Drummond de Andrade selecionado para compor o nosso *corpus* literário do século XX. No trecho que selecionamos para o *corpus* não há ocorrência de clítico pronominal iniciando sentença porque optamos por selecionar trechos com a voz do narrador apenas, mas encontramos próclise em início de sentença na voz de personagens, conforme é possível verificar nos exemplos abaixo, o que é bem próprio do vernáculo brasileiro hoje:

(32) “- Quem saiu foi ele. **Me** virei pra trás e disse assim: "Olha aqui, meu distinto, se quiser atirar atira logo de uma vez [...]" (PB, século XX, texto literário)

(33) “- Pela cara que eu via no retrovisor, e pelo frio da arma, não gostou da explicação. **Me** disse que era o tradutor da obra [...]" (PB, século XX, texto literário)

O fato de o clítico pronominal em início de sentença estar na fala do personagem e não na do narrador mostra a atuação da norma na escrita, cerceando o que já estaria sagrado na oralidade. O fato de a norma perturbar fenômenos do vernáculo ocorreu também no latim. Fazendo uma analogia do PB com o latim, acreditamos que o PB literário dos séculos XIX e XX seria comparável ao latim literário e o PB oral ao latim vulgar já que, segundo Ilari (1999), que apresenta argumentos de Maurer Jr. (1962), "deve-se admitir que o latim vulgar já estava constituído quando o latim literário atingiu seu apogeu" (p. 61). Do mesmo modo, nossos dados evidenciaram que o PB e sua tendência proclítica já estavam constituídos quando a normatização do PE atingiu seu apogeu e foi imposta ao PB. Assim como Maurer Jr. (1962) e Ilari (1999) defendem a antiguidade do latim vulgar, nossos dados nos oferecem subsídio para argumentar em favor da antiguidade da próclise no PB. Para Ilari (1999), uma das provas da antiguidade do latim vulgar é

o grande número de arcaísmos na língua vulgar; como era improvável que estes arcaísmos deixassem de existir no latim culto e voltassem em seguida a aparecer na sua 'corrupção', deve-se admitir que o latim vulgar já estava constituído quando o latim literário atingiu seu apogeu, sobrevivendo ao lado dele durante alguns séculos (p. 61).

Nesse sentido, acreditamos que é improvável que a próclise tenha deixado de ser uma tendência no vernáculo do PB nos séculos XIX e XX, já que, como os arcaísmos no latim, volta a aparecer. No *corpus* literário do PB do século XXI, a próclise em início de sentença já aparece na voz do narrador como se vê no trecho abaixo:

(34) “**Me** apresentam o Candy Crush. Perco o mês inteiro de julho nisso”. (PB, século XXI).

Assim como o latim vulgar sobreviveu ao lado do latim literário durante alguns séculos, no Brasil, desde o século XIX, um PB vernáculo teria sobrevivido ao lado de um PB padrão que seria, na verdade, uma imitação dos padrões europeus. Para Ilari (1999), "a variedade culta e o latim vulgar (proto-romance) conviveram num mesmo espaço sociolinguístico" (p. 60), exatamente o que acontece hoje no Brasil, onde uma variedade culta (padrão) convive no mesmo espaço sociolinguístico que o vernáculo brasileiro. Segundo Maurer Jr. (1962), "o latim vulgar já existia em seus caracteres gerais na época clássica, constituindo, até certo ponto, uma variedade distinta e independente do mesmo latim que gerou a língua literária de Roma" (p. 89). Nesse sentido, nossos dados também nos permitem dizer que a tendência proclítica do português brasileiro vernáculo já existia em seus caracteres gerais no século XIX, quando a ênclise entra apenas no PE em decorrência da mudança fonético-fonológica que ocorreu tão somente nessa variedade do português. O PB vernáculo constitui, portanto, uma variedade distinta e independente do PE que gerou a língua literária do PB nos séculos XIX e XX.

Maurer (1992) argumenta ainda que o latim vulgar foi a língua das classes sociais que não tiveram acesso à cultura formal e à escrita. Considerando que no século XIX, no Brasil, a escolarização era apenas para as classes sociais mais abastadas, para a minoria portanto, o argumento de que o PB vernáculo é comparável ao latim vulgar se fortalece.

Apresentados e discutidos os resultados de nossa investigação, passamos, no capítulo seguinte, a algumas reflexões sobre as implicações teóricas decorrentes de nossa análise.

## CAPÍTULO 5

### IMPLICAÇÕES TEÓRICAS

Diante da análise apresentada até aqui, é oportuna uma reflexão sobre as implicações teóricas decorrentes dos resultados encontrados e de nossa proposta para sua interpretação. Neste capítulo, buscaremos, portanto, avaliar em que medida nosso trabalho corrobora ou contraria as teorias vigentes acerca da colocação dos clíticos pronominais no português, sistematizar que contribuições ele traz para essa área de estudos, bem como assinalar limitações que evocam novas pesquisas.

A primeira questão sobre a qual nos propusemos a refletir está relacionada à identificação dos fatores atuantes na determinação da ordem dos clíticos pronominais no português. Conforme discutimos no segundo capítulo, os trabalhos de abordagem gerativista relacionam a posição desses clíticos com a ordem e com os movimentos do sujeito e do verbo na sentença. Consoante com o trabalho de Galves (2017), também mencionado no primeiro capítulo, na passagem do português clássico ao europeu moderno, a mudança de uma gramática do tipo V2 para uma gramática SVO afetou a colocação dos clíticos pronominais, mas a mudança na posição do sujeito e a mudança na colocação de tais clíticos não seriam o efeito da mesma mudança paramétrica, já que suas curvas de evolução não foram constantes. O fato de trabalhos mais recentes evidenciarem que, nos textos dos autores portugueses da primeira geração do século XVIII, há a redução do fenômeno V2 e o aumento da ênclise e que no português brasileiro, no mesmo período, apesar de também haver a redução do fenômeno V2, o que há é o aumento da próclise demonstra que o que determina a ordem dos clíticos pronominais são outros fatores. Nossos resultados e reflexões apresentam, portanto, alinhados à abordagem teórica aqui adotada, uma proposta alternativa original para o entendimento dos fatores que levaram os clíticos pronominais a mudarem de enclíticos a proclíticos na passagem do português arcaico ao português clássico (na nomenclatura da periodização tradicional proposta por MATTOS E SILVA (1994)), de proclíticos a enclíticos no PE e no PB (escrito) na passagem do século XVIII ao XIX, e de enclíticos a novamente proclíticos no PB contemporâneo. Os resultados por nós apresentados sinalizam que a ordem dos clíticos pronominais nas duas variedades do português é determinada por uma imbricação de fatores que afetam o sistema como um todo, mostrando que a língua é multissistêmica e que, portanto, nenhum de seus quatro sistemas – léxico, sintaxe, semântica e discurso – se sobrepõe aos

demais. Nesse sentido, nossos resultados dialogam com a concepção de língua como um sistema adaptativo complexo, já que nessa perspectiva o sistema funciona a partir da interação de múltiplos agentes. Conforme nossa análise, as particularidades que envolvem a ordem dos clíticos pronominais nas duas variedades do português estão relacionadas com mudanças fonético-fonológicas ocorridas em Portugal na segunda metade do século XVIII, as quais desencadearam alterações no sistema sintático, ao mesmo tempo em que nesse processo atuaram também fatores cognitivos e sócio históricos em duas regiões geográficas distintas. Avaliamos, pois, que os pressupostos dos Sistemas adaptativos complexos se mostram muito pertinentes e teoricamente refinados para o entendimento da colocação dos clíticos pronominais no português e que, portanto, essa abordagem deve ser melhor explorada em trabalhos futuros, já que prescindimos de fazê-lo neste estudo em virtude de limitações impostas sobretudo pelo tempo de conclusão da pesquisa.

Nossos resultados também endossam a tese de que a língua é ao mesmo tempo estruturada e variável. Como propõe Bybee (2016 [2010]), a língua se mostra como dunas de areia que “têm regularidades aparentes de formato e estrutura, contudo elas também exibem considerável variação entre instâncias individuais, assim como gradiente e mudança ao longo do tempo” (p. 17). Assim, “as línguas mudam ao longo do tempo, mas de maneira bastante regular” (p.18). Validando essa perspectiva de que a língua é ao mesmo tempo estruturada e variável, nossos resultados sinalizam que a variação entre a ordem dos clíticos nas duas variedades do português apresenta uma regularidade própria, o que corrobora a tese de Labov (1972) para quem não existe um caos linguístico, mas um sistema e uma organização por trás de toda heterogeneidade. A variação na colocação dos clíticos pronominais no PB e no PE, conforme nossa proposta de análise do fenômeno, decorre de uma regularidade necessária à língua que visa a evitar contextos de ambiguidade gramatical que prejudiquem os sentidos pretendidos pelo falante. Essa regularidade, no caso em questão, pode ser ilustrada pelo clítico *se*, que tem sua posição alterada em relação ao hospedeiro tônico como uma tentativa do falante de evitar uma possível ambiguidade gramatical decorrente de alterações de ordem fonético-fonológicas que afetaram a natureza dos clíticos. Essa regularidade seria também um vetor da variação na medida em que, quando nenhum dos hospedeiros possíveis para o clítico gera ambiguidade gramatical, tal clítico pode apoiar-se de forma variável. Além disso, ela atua também nos contextos de uso categórico, como, por exemplo, nos casos de próclise diante de pronomes relativos. Isso se explicaria porque o usuário do sistema linguístico já teria acomodada a informação de que, uma vez que esse item lexical é invariável, o fato de o clítico *se* hospedar-se tonicamente nele, mesmo em face da queda do *e*, não causaria ambiguidade

gramatical capaz de dificultar ou mesmo de comprometer a comunicação. Essa discussão corrobora a defesa de Bybee (2016 [2010]) de que os mesmos fatores operam na produção de padrões regulares e de desvios. Nossos dados ratificam a tese de que

a existência de gradiência e variação não nega o padrão regular nas línguas ou entre línguas. Contudo, é importante não ver as regularidades como primárias e a gradiência e a variação como secundárias; ao contrário, os mesmos fatores operam para produzir padrões regulares e os desvios. Se a língua fosse uma estrutura mental fixa, ela talvez tivesse categorias discretas; mas já que é uma estrutura mental que está em constante uso e é filtrada pelas atividades de processamento que a modificam, há variação e gradação (BYBEE, 2016 [2010], p. 25).

Nessa perspectiva, nossa proposta de análise para o fenômeno de que nos ocupamos sinaliza que, em conformidade com Abaurre e Galves (1998), a mudança fonológica ocorrida no PE na segunda metade do XVIII, e que levou à redução das sílabas pretônicas, é responsável pela distinção de pronúncia entre as duas variedades do português. Dado o encaixamento da mudança, tal distinção pode afetar, segundo nosso entendimento, tanto a ordem dos clíticos pronominais nessas duas variedades, conforme propusemos, quanto explicar o fato de os clíticos do PB poderem figurar em início de oração. Isso porque, como a mudança fonológica lusitana não afetou os clíticos do português, é possível que haja entre os clíticos das duas variedades do português uma gradiência de tonicidade e que, portanto, os clíticos do PB sejam menos átonos que os do PE. Assim, seria a pronúncia brasileira mais próxima daquela do português clássico que referendaria a tendência proclítica do PB e que permitiria a articulação do clítico na primeira posição da oração, o que não seria possível no PE devido à redução das vogais átonas que culminam com seu apagamento.

Em conformidade com nossa proposta de que o comportamento do clítico *se* teria, por analogia, influenciado o comportamento dos demais clíticos pronominais, podemos especular acerca dessa maior tonicidade dos clíticos do PB em relação aos do PE, incluindo na análise clíticos de primeira e de segunda pessoa, que apresentam a mesma terminação do *se*. Embora seja necessário testar em laboratório os graus de tonicidade desses clíticos, o que não foi feito neste estudo, as pronúncias de *se* e de *te* soam-nos bem semelhantes às pronúncias dos oblíquos tônicos *si* e *ti*. Um dado que parece validar essa intuição é a troca do átono *me* pelo tônico *mim* em registros informais, como ilustrados pelos usos que se seguem, extraídos de redes sociais.



FIGURA 1 - Troca do pronome átono pelo tônico no Facebook

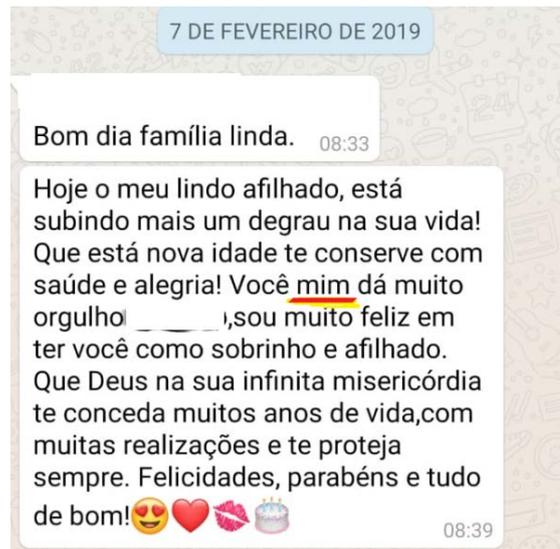


FIGURA 2 - Troca do pronome átono pelo tônico no Whatsapp<sup>48</sup>

Outra questão pertinente para se refletir com base em nossos resultados relaciona-se à periodização da língua portuguesa. Galves (2012) propõe, como uma alternativa à periodização tradicional, que o século XVI deixe de ser a grande fronteira entre o português arcaico e o português clássico (da periodização tradicional). Nessa proposta, que é baseada na noção de gramática como a competência que os falantes têm da sua língua, os textos são os instrumentos para se distinguir as gramáticas dos falantes e para localizar a emergência de novas gramáticas. Galves (2012) entende os períodos de grande variação nos textos como períodos de competição entre uma gramática inovadora e uma gramática conservadora, sendo que esta, como em todo processo de mudança, não deixa de se manifestar de um dia para o outro. Com esse entendimento, Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006 *apud* GALVES, 2012) propuseram a seguinte linha do tempo, em que se verifica a oposição entre a periodização tradicional (linha azul) e a nova periodização proposta (linha vermelha).

<sup>48</sup> Não se sabe a escolaridade do produtor do texto no Facebook. O do Whatsapp tem Ensino Médio completo.

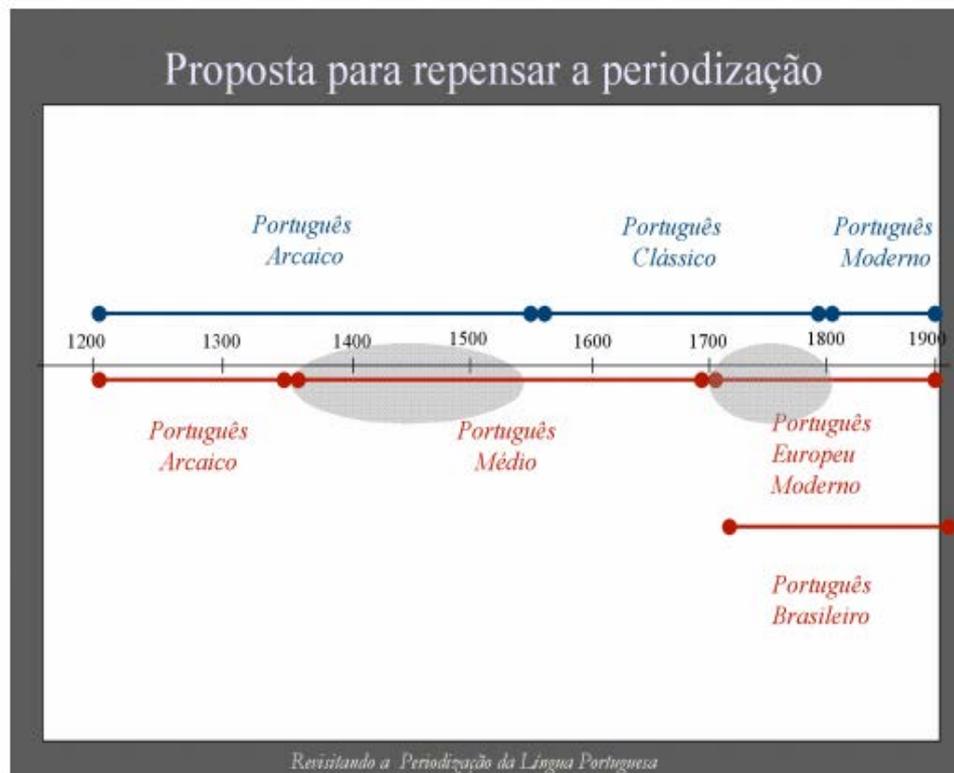


FIGURA 3 - Proposta de Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006) para se repensar a periodização do português

Fonte: Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006) (*apud* Galves, 2012, p. 71)

Na proposta da autoras, “o primeiro período é a primeira fase do português arcaico na periodização tradicional. O segundo período [...] abrange a segunda fase do período arcaico tradicional, mais o português clássico. Aí reside a grande inovação dessa proposta” (GALVES, 2012, p. 71). Com base em evidências morfológicas e sintáticas, Galves (2012) propõe então que esse segundo período, ao qual chamou de português médio (ou hispânico), vai da segunda metade do séc. XIV até o séc. XVIII. “Desse ponto de vista, o séc. 16 não se caracteriza como o início de um novo período, mas como o fim da fase de competição entre a gramática antiga e a nova, com a vitória da gramática inovadora” (GALVES, 2012, p. 72). A análise linguística apresentada por Galves (2012) para sustentar a periodização proposta mostra a “existência de uma forte alteração, que começa em meados do séc. 14 e vai se consolidando até atingir sua plena expressão no decorrer do séc. 16” (p. 74). Nossos resultados corroboram a periodização apresentada por Galves (2012), uma vez que, segundo propusemos, a predominância da próclise no século XVI decorre de transformações fonético-fonológicas que, conforme Williams (1975 [1961]), ocorreram no português arcaico. Embora Williams (1975 [1961]) não deixe claro em que momento do português arcaico começou a ocorrer essa mudança (e para ele o português

arcaico é o período que vai do século XII ao XVI), parece-nos plausível que a consolidação da próclise no XVI e seu encaixamento no sistema linguístico desse século seja uma consequência de alterações ocorridas no sistema que antecedem o marco que é o século XVI propriamente dito. Assim, também sob o ponto de vista por nós apresentado para a colocação dos clíticos pronominais, o século XVI não seria mesmo, como propõe Galves (2012), o início de um novo período, mas o fim de uma era, o desfecho da fase de alterações estruturais para que a mudança ocorrida no sistema fonético-fonológico do português arcaico não desestabilizasse o sistema morfológico de marcação de número. Se estivermos tomando a sintaxe de colocação dos clíticos pronominais como um fenômeno para definir a periodização da língua<sup>49</sup> e se pensarmos que a tendência enclítica do português europeu fixada no século XIX decorreu da mudança fonético-fonológica ocorrida no PE no final do século XVIII, o século XIX não seria o início de um novo período, mas o fim de outra fase de reconfiguração do sistema (competição de gramática para Galves (2012)) e a segunda metade do século XVIII deveria incorporar-se ao português europeu moderno, assim como a segunda fase do português arcaico incorporou-se ao português clássico. É interessante observar que Galves e Paixão de Sousa (2005, 2017) mostram que a diminuição brusca do fenômeno V2 (aumento da ordem SV em detrimento de VS e de XV) é inversamente proporcional à expansão da ênclise nos textos escritos pela primeira geração de autores portugueses do século XVIII, o que se dá justamente no momento em que ocorreu a mudança fonético-fonológica no PE, registrada por Teyssier (2004 [1980]), e que propusemos ser a responsável pela mudança da ordem dos clíticos pronominais no século XIX.

No que se refere ao período de consolidação das mudanças na sintaxe do PB, Pagotto (1998) nos lembra que "o século XIX é apontado como o período em que as grandes mudanças na sintaxe do português do Brasil se consolidaram" (PAGOTTO, 1998, p. 51). Entendendo a colocação dos clíticos pronominais como uma dessas grandes mudanças, nossos dados apontam que já poderíamos falar em consolidação de uma tendência proclítica no PB no século XVIII. Isso porque nossos clíticos não sofreram, na segunda metade desse século, a mudança fonético-fonológica que afetou as vogais átonas dos clíticos europeus e que provavelmente foi responsável por tornar o PE enclítico novamente. Ou seja, no PB a próclise já estaria consolidada desde o século XVIII e assim permaneceu porque conservamos também a pronúncia do período clássico.

Alinhando-se à proposta de Pagotto (1998), nossos resultados também acusaram que a tendência enclítica identificada no PB nos séculos XIX e XX seria resultado da atuação da

---

<sup>49</sup> Outra reflexão teórica necessária referente à periodização é sobre a determinação de quais os fenômenos linguísticos ou quais conjuntos de fenômenos são relevantes para determinar a periodização da língua portuguesa.

normatização, que foi um forte fator social no século XIX e que mascarou nos textos escritos a real tendência proclítica do PB. Além disso, o raciocínio aqui desenvolvido endossa que

partindo do princípio de que o português clássico era a norma em Portugal até o século XVIII, é em Portugal que se teria dado a promoção das variantes em mudança à condição de norma culta, uma vez que, no Brasil, a língua falada seguia um curso completamente diferente. Ou seja, a mudança de postura com relação às formas linguísticas que se dá em Portugal não ocorre gratuitamente, mas é fruto da expansão das mudanças na gramática do português falado lá. (PAGOTTO, 1998, p. 53).

Nossa interpretação dos fatos confirma que foi em Portugal que se deu a promoção da ênclise à condição de norma culta, o que implica admitir que as idiosincrasias de ordem dos clíticos pronominais presentes nas duas variedades não constituem, como acreditam muitos normativistas (Cf. BARREIROS, 1880; MELLO, 1874), inovação americana. Contrariamente a esse pensamento, a tendência proclítica tão característica da variedade brasileira atesta uma retenção de padrões fonéticos e sintáticos do português clássico. A contribuição que trazemos para elucidar um pouco mais essa controversa questão diz respeito, portanto, à explicação que propusemos para justificar a hipótese da retenção. Segundo nosso raciocínio, a partir da segunda metade do século XVIII, o PE segue um caminho diferente porque mudanças ocorridas em suas vogais átonas afetaram os clíticos e provocaram ambiguidade na marcação de determinadas categorias gramaticais, o que levou o falante a alterar a posição dos pronomes átonos em relação ao hospedeiro tônico na tentativa de neutralizar o problema e assegurar a eficácia comunicativa. Dado que tal mudança não ocorreu em terras brasileiras, a tendência proclítica do período clássico foi aqui preservada, percurso que representamos graficamente na página a seguir:

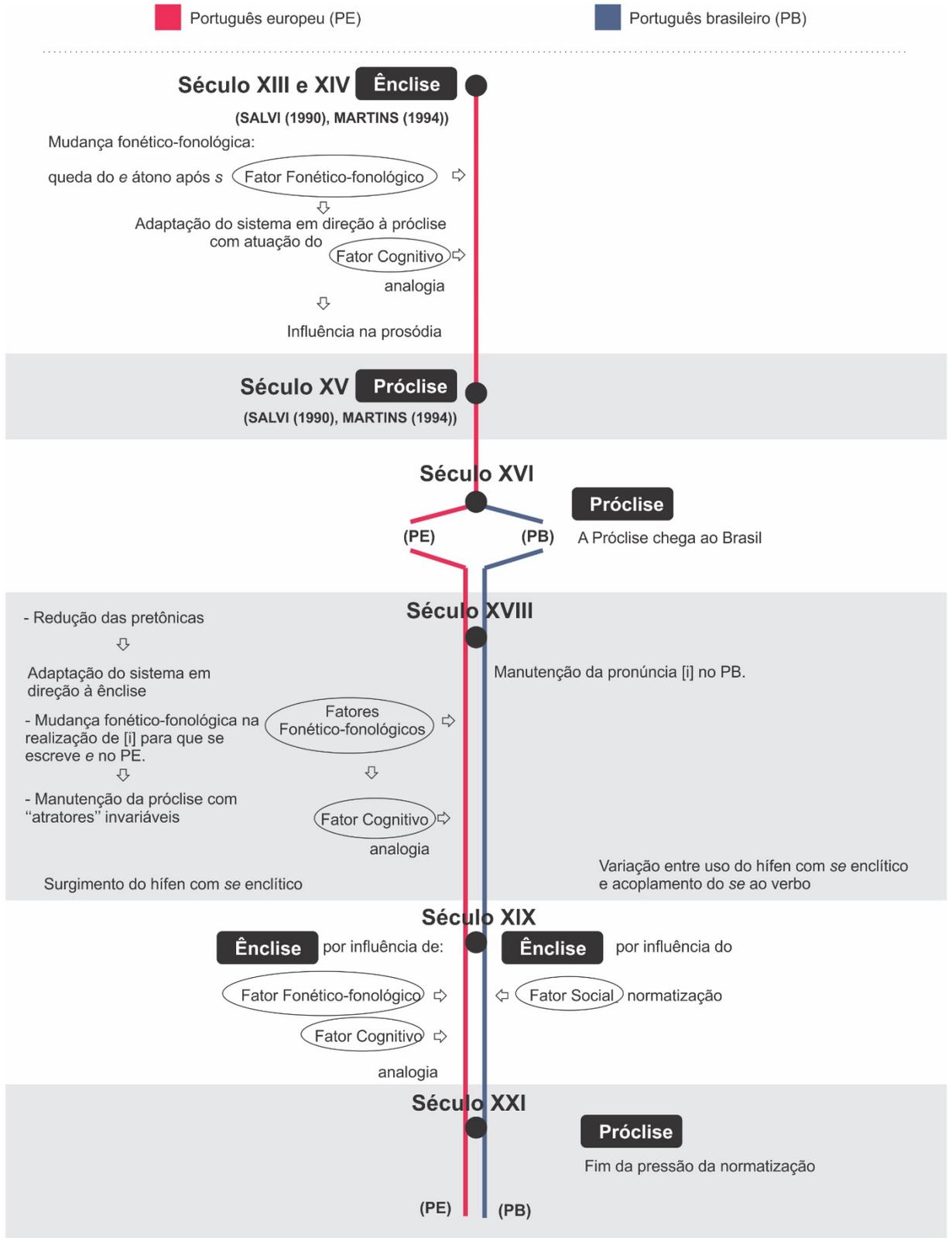


FIGURA 4 - Trajetória dos clíticos pronominais no PE e no PB

A despeito de nossa opção metodológica distanciar-se daquela adotada pela maioria dos trabalhos que se dedicaram a entender a colocação dos clíticos pronominais, avaliamos que os resultados por nós obtidos e que as generalizações deles extraídas trazem também alguma luz sobre o tema, além de o raciocínio aqui desenvolvido se alinhar ao entendimento de grandes mestres da linguística. Said Ali (2008 [1908]), com seu pioneirismo introdutor da linguística no Brasil, já havia renunciado a influência de fatores ligados à distinção de pronúncia na disposição dos clíticos pronominais em relação ao verbo nas duas variedades do português:

O deslocamento do pronome regímen é devido a uma atração essencialmente, puramente fonética; constante em certos casos, menos regular em outros, e variável e precária se variável for o elemento fonético que a determina [...] Condição imprescindível para que o pronome possa encostar-se a um termo anterior ao verbo é constituir a frase um todo foneticamente unido, que não permita pausa entre o vocábulo a valorizar e o verbo, salvo aquela que naturalmente é determinada pela intromissão de expressões mais ou menos longas. Se for a palavra átona por natureza, adquirirá mais vulto à custa do pronome; se for termo de tonalidade cheia, tornar-se-á mais notório que na pronúncia usual e o processo servirá nas frases em que a algum vocábulo se queira dar maior destaque. (SAID ALI, 2008 [1908], p. 28, grifos nossos).

Até agora estudamos a colocação dos pronomes complementos na linguagem de Portugal. Resta-nos ver se no Brasil pode existir exatamente a mesma colocação. Fundando-se ela na pronúncia própria do falar lusitano, impossível será haver entre nós identidade de colocação, se não é idêntica à pronúncia. (SAID ALI, 2008 [1908], p. 57, grifos nossos).

Bechara (1999 [1961]) reconhece o caráter inédito dos estudos de Said Ali quando discorre em sua gramática que

durante muito tempo viu-se o problema apenas pelo aspecto sintático, criando-se a falsa teoria da “atração” vocabular do não, do quê, de certas conjunções e tantos outros vocábulos. Graças a notáveis pesquisadores, e principalmente a Said Ali, passou-se a considerar o assunto pelo aspecto fonético-sintático. Abriram-se com isso os horizontes, estudou-se a questão dos vocábulos átonos e tônicos, e chegou-se à conclusão de que muitas das regras estabelecidas pelos puristas ou estavam erradas, ou se aplicavam em especial atenção ao falar lusitano (p. 587).

Câmara Jr. (1985 [1972]) também propôs que as divergências na colocação dos clíticos pronominais entre as variedades brasileira e europeia têm motivação prosódica ao entender que os clíticos pronominais, chamados por ele de pronomes pessoais adverbiais, podem atuar como sílabas não acentuadas inicial ou final formando um vocábulo fonológico com o verbo. Assim, cliticizando-se para a direita ou para esquerda, o clítico assumiria o papel de uma sílaba postônica ou pretônica no vocábulo fonológico.

Como já mencionado, a proposta que formulamos para explicar a questão se conforma ao entendimento desses estudiosos, além de tocar na “falsa teoria da ‘atração’ vocabular”, nos

termos de Bechara (1999 [1961]), já que, conforme propusemos, esses elementos tratados sob o rótulo de palavras atrativas poderiam hospedar o clítico sem provocar ambiguidade gramatical porque são invariáveis. Assim, acreditamos que nosso trabalho dá mais um passo no desafio de entender esse complexo sistema de colocação pronominal compreendendo a evolução e o comportamento desses itens a partir da interação de diversos componentes. Chegamos, pois, ao momento de tecermos as considerações finais desta investigação, o que passamos a fazer na seção seguinte.

## CAPÍTULO 6

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi investigar, numa perspectiva diacrônica, a sintaxe de colocação dos clíticos pronominais na língua portuguesa do século XVI ao XXI. Com essa investigação, buscamos testar a hipótese já formulada por alguns estudiosos para os quais a posição assumida pelos clíticos pronominais no PB hoje não decorre de uma mudança linguística ocorrida em terras brasileiras, mas de uma retenção de padrões que preservou no PB a tendência proclítica do português clássico. Buscamos ainda identificar os fatores influenciadores da posição assumida pelos clíticos pronominais na língua portuguesa, tanto na variedade europeia, quanto na variedade brasileira. O *corpus* representativo da variedade brasileira foi composto por crônicas históricas, considerando-se a adequação da prosa literária para o estudo das possibilidades sintáticas da língua, conforme argumentado por Mattos e Silva (2006). A fim de verificar em que medida a tendência de colocação dos clíticos pronominais no Brasil se aproximou ou se distanciou da tendência de colocação daquela que seria considerada a variedade culta mais monitorada do PE, optamos por compor a amostra representativa da variedade europeia utilizando textos de gramáticas.

Com base no entendimento de que a posição dos clíticos pronominais é regida por um complexo de fatores, lançamos mão do quadro teórico da Linguística funcional centrada no uso, para o qual as formas linguísticas são motivadas por fatores de natureza diversa: fatores comunicativos, sociais, históricos, estruturais e cognitivos. Agregando a esse quadro teórico, também lançamos mão do aporte teórico da Sociolinguística Laboviana, dado o caráter variável e mutável dos itens aqui em estudo na história do português, e da abordagem dos Sistemas adaptativos complexos, que nos ajudou a entender a acomodação do sistema de colocação dos clíticos pronominais no português com base na interação de vários fatores.

Em busca dos fatores estruturais que poderiam estar influenciando na posição assumida pelos clíticos pronominais, selecionamos inicialmente a variável *tipo de oração* como possível condicionador da posição assumida pelos clíticos pronominais. Os resultados obtidos acusaram que, entre os tipos de oração investigados, apenas nas orações subordinadas os clíticos exibiram regularidade, figurando preferencialmente em posição proclítica ao longo de todos os séculos. Esse resultado instigou-nos a averiguar que especificidades esse tipo de oração tinha em relação às demais. Constatamos então que, em nossa amostragem, as orações subordinadas eram mais

frequentes que as demais e que apresentavam também uma frequência superior do clítico pronominal *se*.

Considerando a importância da frequência de uso na determinação dos padrões linguísticos para os estudos funcionalistas, quadro teórico no qual embasamos nossa análise, exploramos a hipótese de que o clítico *se* seria uma variável linguística favorecedora da próclise e que, por influência de sua maior frequência de uso, poderia ter desencadeado a próclise no sistema de clíticos pronominais no PB por meio de um processo analógico.

Para verificar se, de fato, o clítico *se* seria um fator determinante para a próclise, o que comprovaria a atuação de um fator linguístico, analisamos seu comportamento igualmente em textos de gramáticas do PE e, também nesse *corpus* de além-mar, o *se* apareceu predominantemente proclítico até o século XVIII. Isso nos indicou que esse clítico realmente poderia ser um fator linguístico determinante para a próclise e não apenas uma tendência do texto literário escrito brasileiro, o que poderia ser associado a estilo.

Os dados do PB e do PE mostraram que essas duas variedades do português caminharam juntas na preferência pela próclise até o século XVIII. A preferência pela ênclise nas duas variedades do português passou a acontecer no século XIX, quando o clítico *se*, que foi preferencialmente proclítico até então, passa a ser preferencialmente enclítico e espalha seu comportamento aos demais clíticos devido a sua maior frequência de uso. Tal fato foi tomado como mais um indício de que o comportamento do clítico pronominal *se* seria determinante no comportamento dos demais clíticos pronominais tanto no PB quanto no PE. Concluímos então que o comportamento do clítico mais frequente na língua teria sido analogicamente estendido para os demais clíticos pronominais, determinando a tendência de colocação no PB e no PE.

Diante da identificação do *se* como um possível fator linguístico responsável pela tendência de colocação dos clíticos pronominais no português, era preciso, contudo, entender o que fez com que esse clítico pronominal figurasse preferencialmente antes do verbo do século XVI ao XVIII e preferencialmente depois dele após o século XVIII. Encontramos uma possível resposta para essa questão na fonologia histórica da língua portuguesa. Propusemos que o fato de *e* precedido de *s* cair em português arcaico quando em final de palavra (WILLIAMS, 1975 [1961]) teria impulsionado o deslocamento de *se* para antes do hospedeiro verbal, já que, como figurava acoplado ao verbo quando estava em posição enclítica, constituindo, assim, sua sílaba final, *se* poderia perder sua vogal *e* final e, dessa forma, criar-se um problema de ambiguidade gramatical. Assim, a queda do *e* no final do verbo e a permanência do *s* teriam resultado em formas verbais cujas terminações coincidiam com morfemas flexionais de segunda pessoa do singular. Isso teria comprometido a marcação de funções gramaticais de *se*, causando

ambiguidade semântica no sistema linguístico a qual nem sempre podia ser desfeita pelo fluxo informacional. Propusemos, portanto, que essa mudança que começou no sistema fonético-fonológico do português arcaico teria afetado seu sistema morfológico, o que levou o falante a alterar a sintaxe de colocação dos clíticos pronominais, que era predominantemente enclítica (Cf. SALVI (1990), MARTINS (1994)). Deslocar o clítico para a posição proclítica era uma forma de evitar a ambiguidade morfológica decorrente da queda da vogal átona final do verbo. No século XVI, marco do início do português clássico segundo a periodização tradicional, o português chegou a ser 100% proclítico, conforme os dados de Martins (1994) e mais de 80% em nossos dados. E essa preferência pela próclise se manteve nas duas variedades do português até o século XVIII. Essa explicação, que sugere que a alteração em um nível do sistema linguístico impôs alteração em outros, é o que trouxe para nossa pesquisa a perspectiva teórica dos Sistemas adaptativos complexos, segundo a qual a motivação de um fenômeno relaciona-se com diversos eventos e com a relação entre eles.

Nesse sentido, propusemos que a motivação para a redução da tendência proclítica no século XVIII e a consolidação da preferência pela ênclise no XIX, no PB e no PE, também teriam sido consequência de mudanças fonético-fonológicas que desencadearam mudança na sintaxe de ordem. Propusemos que, apesar de tais mudanças terem ocorrido no PE, devido à atuação da força do fator social normatização no século XIX, teriam afetado os textos escritos brasileiros. Os nossos resultados evidenciaram que a tendência à ênclise teria sido desencadeada por mudanças fonético-fonológicas que aconteceram no sistema das vogais átonas do PE a partir da segunda metade do século XVIII. Mostramos que em decorrência do fenômeno de redução das sílabas pretônicas – ocorrido, segundo os historiadores (Cf. TEYSSIER, 1980), na segunda metade desse século – a língua, como um complexo sistema adaptativo, permitiu que o falante movesse o clítico para a posição enclítica (uma posição postônica) de modo a evitar a redução desses itens gramaticais e a consequente ambiguidade gramatical advinda dessa redução. Propusemos ainda que os contextos que se mantiveram proclíticos no PE foram aqueles antecidos por palavra invariável, pois o fato de o clítico poder apoiar-se encliticamente em tais palavras não causaria ambiguidade gramatical, além de evitar que se reduzissem, dado que passavam a ocupar uma posição postônica no vocábulo fonológico. Alegamos que disso provém a implicação teórica de que os clíticos pronominais (chamados clíticos especiais) não dependem apenas do acento do verbo, mas, como ocorre com os demais clíticos (os artigos, as preposições e as conjunções, também chamados de clíticos simples), podem depender também de outras unidades léxicas com acentuação própria.

Sugerimos que o fato de essas mudanças fonético-fonológicas no século XVIII terem ocorrido apenas em Portugal é o que teria motivado que o PB se mantivesse predominantemente proclítico. Uma vez que o PB contemporâneo mantém as características das vogais átonas do português clássico, acreditamos que seja improvável que a próclise tenha deixado de ser uma tendência no vernáculo do PB nos séculos XIX e XX, já que, como aconteceu com alguns arcaísmos do latim, volta a aparecer. Propusemos, portanto, que o PB e sua tendência proclítica já estavam constituídos quando a normatização do PE atingiu seu apogeu e foi imposta ao PB.

Essas reflexões nos permitiram propor a tese segundo a qual a ordem dos clíticos pronominais nas variedades brasileira e europeia do português está intimamente relacionada ao comportamento das vogais átonas nessas duas variedades. Nossos resultados, em conformidade com os pressupostos da Linguística funcional centrada no uso, evidenciaram que a posição dos clíticos pronominais no português é ditada por fatores de natureza diversa: estrutural (o tipo de clítico), fonético-fonológico (as mudanças fonético-fonológicas que desencadearam as alterações na sintaxe) cognitivo (a atuação da analogia no espraiamento da mudança) e social (a normatização).

Os resultados por nós alcançados e as análises empreendidas levaram à confirmação da hipótese de que a posição dos clíticos pronominais no PB difere da posição no PE não em decorrência de uma inovação linguística ocorrida no Brasil, mas em virtude de uma retenção da tendência proclítica do português clássico que aqui chegou com os colonizadores e em virtude de uma mudança fonético-fonológica que ocorreu apenas em terras portuguesas. Acreditamos, assim, que vencemos o desafio que nos impusemos de tentar compreender a interação entre os diversos componentes que promoveram a evolução do sistema de colocação dos clíticos pronominais no português. Acreditamos ainda que, mesmo em face das limitações que são inerentes a todo estudo, nosso trabalho cumpre um importante papel social da Linguística como ciência: apresentar resultados que comprovem que as particularidades que a variedade brasileira apresenta em relação à variedade portuguesa no que tange à ordem de colocação dos clíticos pronominais não decorrem do senso comum de que o brasileiro barbarizou a língua, de que o brasileiro não sabe português, mas sim do fato de que diferentes fatores próprios da organização interna e externa da linguagem atuaram de forma diversa nos sistemas linguísticos do Brasil e de Portugal. Com a lucidez de que as questões que aqui lançamos suscitarão, certamente, alguma discussão, encerramos nosso trabalho com as palavras de Vieira (2002, p. 428): “sem dúvida, o tema da ordem dos clíticos é ‘fértil’ para diversas especulações científicas na busca de respostas a questões advindas da interface gramatical. Trata-se de uma aventura em que o retorno é garantido, mas certamente para novas partidas”.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, J. Iracema: lenda do Ceará. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870.

BARREIROS, A. A Collocação dos pronomes. *Revista Brasileira*, 1880.

BARROS, J. Grammatica da língua Portuguesa, 1ª ed. 1540. Disponível em: [http://purl.pt/12148/6/res-5658-1-p\\_PDF/res-5658-1-p\\_PDF\\_24-C-R0150/res-5658-1-p\\_0000\\_capa-60v\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/12148/6/res-5658-1-p_PDF/res-5658-1-p_PDF_24-C-R0150/res-5658-1-p_0000_capa-60v_t24-C-R0150.pdf) Acesso em 07 jul 2015.

BARROS, D. L. P. O discurso da norma na gramática de João de Barros. *Revista Alfa*, São Paulo, n. 45, pp. 11-32, 2001.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. rev.e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. rev.e ampl. e atual. Conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BECHARA, E. Para quem se faz uma gramática? In: NEVES, M. H. M; CASSEB-GALVÃO, V. C. (org.). *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014, p. 19-30.

BECKNER, C.; BLYTHE, R.; BYBEE, J.; CHRISTIANSEN, M. H.; CROFT, W.; ELLIS, N. C.; HOLLAND, J.; KE, J.; LARSEN-FREEMAN, D.; SCHOENEMANN, T. The Five Graces Group'. Language is a complex adaptive system. Position paper. *Language Learning*, v. 59, Suppl. 1, p. 1-27, 2009.

BEZERRA, M. S. S. *Compendio de grammatica philosophica*. Ceará: Typografia Social, 1861.

BIBER, D., CONRAD, S., REPPEN, R. *Corpus Linguistics: Investigating Language Structure and Use*. New York: Cambridge University Press, 1998.

BITTENCOURT, A.D.S. *A ordem dos clíticos pronominais nas Minas setecentistas: Estudo comparativo entre as regiões de Ouro Preto e Diamantina*. 2014. 44 f. Monografia (bacharelado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

BYBEE, J. *Frequency of use and the organization of language*. New York: Oxford University Press, 2007.

BYBEE, J. *Língua, uso e cognição* (tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha). São Paulo: Cortez, 2016

BOSI, A. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

BOWKER, L.; Pearson, J. Working with Specialized Language: *A Practical Guide to Using Corpora*. London: Routledge, 2002.

CAMBRAIA, C. N. A pesquisa diacrônica e o problema do *corpus*. In: SEMANA DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, II, 21-25 novembro 1994, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1996, v. II, p. 13-21.

CAMBRAIA, C. N. Antineologismo. *Revista de Estudos de Cultura*, Aracaju, v. 3, p. 65-74, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/revec/article/download/4775/3995>>

CANDIDO, A. A vida ao rés-do-chão. In: *Para gostar de ler: crônicas*. Volume 5. São Paulo: Ática, 2005.

CARNEIRO, Z. DE O. N.; GALVES, C. M. C. Variação e Gramática: colocação de clíticos na história do português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 18, p. 7-38, 2010

CASTILHO, A.T. *Análise multissistêmica das minissentenças*. USP, UNICAMP, CNPq, 2009.

CASTILHO, A.T. *Perspectiva multissistêmica da concordância na história do português paulista*. USP, UNICAMP, CNPq, 2009.

CASTILHO, A. T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. 1 ed. 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAGAS, Manuel Pinheiro. Literatura brasileira – José d’Alencar. In: CHAGAS, Manuel Pinheiro. *Novos ensaios críticos*. Porto: Casa da Viúva Moré, 1867. p. 212-224.

CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013.

CHORRO, B. R. *Curiosas aduertencias da boa Grammatica no compendio, & exposição da Arte do Padre Manoel Alvarez, em língua Portuguesa*. : O q[ue] mais conte[m] este liuro se verá na volta desta folha / Composto por Bartholameu Rodriguez Chorro natural da Villa de Mação. Em Coimbra na officina de Thome Carualho Impressor da Uniuersidade: a custa de Henrique Valente de Oliveira, Impressor Del Rey N. Senhor, 1659. Disponível em: [http://purl.pt/24051/4/1-332-p\\_PDF/1-332-p\\_PDF\\_24-C-R0150/1-332-p\\_0000\\_capa-cap\\_a\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/24051/4/1-332-p_PDF/1-332-p_PDF_24-C-R0150/1-332-p_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf) Acesso em 08 jul 2015

COELHO, S. M.; PAULA, T. F. Colocação pronominal nas Minas setecentistas. *Revista Alpha*, Patos de Minas , v. 12, p. 112-127, 2011.

COELHO, S. M. A ordem dos clíticos pronominais nas Minas setecentistas: Retenção ou inovação linguística? In: II ENCONTRO SOBRE A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA EM MINAS GERAIS: CULTURA E MEMÓRIA, 2, 2015, Mariana – MG (Comunicação oral).

COELHO, S. M. A constituição da gramática do português brasileiro revisitada à luz da análise de fenômenos sintáticos das Minas setecentistas. In: LOPES, N. S; RAMOS, J;

OLIVEIRA, J. M. (Org.). *Diferentes olhares sobre o português brasileiro*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014, p. 137- 168.

COSTA, A. J. B. Pero de Magalhães Gandavo: um cronista beletista no Brasil colonial. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

COSTA, R. F. Um caso de apropriação de fontes textuais: Memória Histórica da capitania de São Paulo, de Manoel Cardoso de Abreu, 1796. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CRISTÓFARO SILVA, T. Trajetórias fonológicas: evolução e complexidade. *Revista Linguística* / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume Especial, dez de 2016, p. 215-229. ISSN 2238-975X 1. [<http://www.lettras.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica>]

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1984.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DUBOIS, J. *et al. Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

ELLIS, N.; LARSEN-FREEMAN, D. Language as a complex and adaptative system. *Language Learning*, University of Michigan, v. 59, Suppl. 1, Dec. 2009.

GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

GALVES, C. Sintaxe e estilo: a colocação de clíticos nos sermões do Pe Antonio Vieira. In: ALKMIM, Tânia; ALBANO, Eleonora; HADLER, Maria Irma; POSSENTI, Sírío (Org.). *Saudades da língua*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GALVES, C.; BRITTO, H.; PAIXÃO DE SOUSA, M.C. The Change in Clitic Placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4, n. 1, [Hualde, José Ignacio (Ed.). Special Issue on Variation e Change in the Iberian Languages: the Peninsula e beyond], p.39-67, 2005a.

GALVES, C.; RIBEIRO, I; TORRES MORAES, M. A. Syntax e morphology in the placement of clitics in European e Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4, n. 2. [PERES, João; KATO, Mary (Ed.). Studies in the comparative syntax of European and Brazilian Portuguese], p. 143-177, 2005b.

GALVES, C.; LOBO, T. Ordem dos clíticos. In: LOBO, T., OLIVEIRA, K.,(orgs). *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX* [online]. Salvador:EDUFBA, 2009. pp. 174-207. ISBN 978-85-2320-888-2.

GALVES, C. M. C. Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio. In: T. Lobo, Z. Carneiro, S. Ribeiro, J. Soledade, A. Almeida. (orgs.) *ROSAE: Linguística Histórica, História das Línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, pp. 65-74, 2012.

GALVES, C.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. The change in the position of the verb in the history of Portuguese: Subject realization, clitic placement and prosody. *LANGUAGE*, v. 93, p. 152-180, 2017.

GUERRA, C. D. Diretório dos Índios: um discurso político de imposição linguística do século XVIII. *Revista Primeira Escrita*, Aquidauana, n. 3, p. 36-47, dez. 2016

GURGEL, S. *O período dos estudos lingüísticos brasileiros dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2008.

HOUAISS. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1999 (Série Fundamentos).

LABOV, W. The reflection of Social Processes in Linguistic Structure. In: FISHMAN, Joshua (ed.). *Reading in the Sociology of Language*. The Hague: Mouton, 1968, p. 240-51.

LABOV, W. *Sociolinguistics patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LARSEN-FREEMAN, D. Chaos/complexity science and second language acquisition. *Applied Linguistics*, Oxford, p. 141-165. Jun. 1997.

LARSEN-FREEMAN, D.; CAMERON, L. *Complex systems and applied linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2008a.

LEVERETT, F. P. (Ed.). *A new and copious lexicon of the Latin language*. Compiled chiefly from the *Magnum totius latinitatis lexicon* of Facciolati and Forcellini and the German works of Scheller and Luenemann. ed. fac-sim. London: Richard James Kennett; Boston: John H. Wilkins, 1850. Disponível em: . Acesso em: 15 jun. 2016.

LIMA, B.; BACELLAR, M. Grammatica philosophica e orthographia racional da língua portuguesa./ Bernardo de Lima e Me'loBacellar. Lisboa: na offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1783. Disponível em: [http://purl.pt/29093/4/res-5748-p\\_PDF/res-5748-p\\_PDF\\_24-C-R0150/res-5748-p\\_0000\\_1-208\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/29093/4/res-5748-p_PDF/res-5748-p_PDF_24-C-R0150/res-5748-p_0000_1-208_t24-C-R0150.pdf) Acesso 08 jul 2015

LUCCHESI, D; RIBEIRO, I. Teorias da estrutura e da mudança linguísticas e o contato entre línguas. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A., RIBEIRO, I., orgs. *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 125-153. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/p5/pdf/lucchesi-9788523208752-07.pdf>. Acesso em: 27 nov 2019.

MARIANI, B. Políticas de colonização linguística. *Letras*. Santa Maria, n. 27, p. 73- 82, Jul – Dez 2003. Disponível em <http://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11900/7322>. Acesso em: 10 mai 2016.

- MARIANI, B. *Colonização linguística: Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas: Pontes, 2004.
- MARTELOTTA, M. E. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARTINS, A. M. *Clíticos na história do português*. Universidade de Lisboa: Tese de Doutorado, 1994.
- MASSINI-CAGLIARI, G. *A música da fala dos trovadores: desvendando a prosódia medieval*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2015.
- MASSIP-BONET, A. Languages as a Complex Adaptive Systems: Towards an Integrative Linguistics. IN: A. Massip-Bonet & Bastardas-Boada A. (Eds.), *Complexity Perspectives on Language, Communication and Society* (pp.35-60). Heidelberg: Springer. 2013.
- MATEUS, M. H. M. *Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. Coimbra : Almedina, 1983.
- MATEUS, M. H. Mira. *A Face Exposta da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.
- MATEUS, M. H. M. *Gramática da língua portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Caminho, 2006.
- MATEUS, M. H. M. O comportamento das vogais nas variedades do português. *Linguística*. v. 30, n. 2, Diciembre, pp. 19-43, 2014.
- MAURER JR., Theodoro Henrique. *O Problema do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962.
- MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.
- MORAES DE CASTILHO, C. M. Seria quatrocentista a base do português brasileiro? In: MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *Para a história do Português Brasileiro*, v. II, t. 1, pp. 57-90, 2001.
- MORAIS, M. A. T., RIBEIRO, I. Colocação dos clíticos no português europeu e brasileiro. *Revista Linha D'água*, São Paulo, n. 17, p. 22-41, 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua>. Acesso em 02 abr 2016.
- NUNES, J. *Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro*. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1996.
- OLIVEIRA, B. J. *Nova grammatica portugueza /compilada de nossos melhores auctores e coordenada por Bento José de Oliveira*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1862. Disponível em: [http://purl.pt/17362/4/1-280-v\\_PDF/1-280-v\\_PDF\\_24-C-R0150/1-280-v\\_0000\\_capa-capa\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/17362/4/1-280-v_PDF/1-280-v_PDF_24-C-R0150/1-280-v_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf) Acesso em 08 jul 2015

OLIVEIRA, M. A. A variação fonológica na perspectiva da linguagem como um sistema adaptativo complexo. In: MAGALHÃES, José (org.) *Linguística in Focus 10: Fonologia*. Uberlândia, EDUFU, 2014, p. 11–35.

OLIVEIRA, M. A. Por uma abordagem etológica e ecológica da variação linguística. In: PARREIRA; Maria Cristina; CAVALARI, Suzi Marques S.; ABREU-TARDELLI, Lília; NADIN, Odair Luiz; COSTA, Daniel Soares (orgs.), *Pesquisas em Linguística no século XXI: perspectivas e desafios teóricos-metodológicos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 45–70.

OLIVEIRA, M. A. A auto-organização como mecanismo para a resolução da variação linguística. *Caderno de Estudos linguísticos*. Campinas, set/dez 2016, p. 383-399.

PAGOTTO, E. G. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. Universidade Estadual de Campinas, Dissertação de Mestrado, 1992.

PAGOTTO, E. G. Norma e condescendência, ciência e pureza. *Revista Língua e instrumentos linguísticos*, Campinas, n. 2. p. 49-68, 1998.

PAIVA, V. L.M.O.; NASCIMENTO, M. Sistemas adaptativos complexos: lingua(gem) e aprendizagem. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/FAPEMIG, 2009.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. *Língua Barroca: Sintaxe e História do Português nos 1600*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2004. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000343510&opt=4> (tese). Acesso em 13 abr. 2018.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português brasileiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, Mercado de Letras, 1996, 95 p.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa.*, 31ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

RUMEU, M. C. B.. 'Tu' ou 'você', 'te' ou 'lhe?': a correlação entre as funções de sujeito e complemento verbal de 2ª pessoa. *Linguística (Madrid)*, v. 31-2, p. 83-109, 2015.

SAID ALI, M. *Dificuldades da língua portuguesa*. 6 ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 2008 [1908].

SALVI, G. La sopravvivenza dela legge di Wackernagel nei dialetti occidentali dela penisola ibérica. *Medioevo Romanzo* 15 (2), 1990, p. 177-210.

SARDINHA, T. B. Corpora eletrônicos na pesquisa em tradução” In: Tagnin,

S. E. O. (Org.). *Cadernos de Tradução: Corpora e Tradução*. Florianópolis: NUT, 2002, v. 1, n. 9, p. 15-59

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. Org. por Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. 5ª ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

SCHEI, A. *A colocação pronominal na língua literária contemporânea do português brasileiro*. Stockholm: Stockholm Universitet, 2000.

TARALLO, F. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: KATO, M.; ROBERTS, I. *O português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Unicamp, 1993, p. 69-105.

TEYSSIER, P. *Histoire de la langue portugaise*, Paris: PUF, 1980.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. Tradução Celso Cunha. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VIEIRA, S. R. Colocação pronominal nas variedades europeia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em português. 2002. 441 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

VIEIRA, S. R. Colocação pronominal. VIEIRA, S.R.; BRANDÃO, S.F. (orgs.). *Ensino de Gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.

WEINREICH, W.; LABOV, W.; HERZOG, M. (1968). Empirical Foundations for Theory of Language Change. In: LEHMANN, Paul; MALKIEL, Yakov. (eds.) *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press: 95-188. [*Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad.: Marcos Bagno; revisão técnica: Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006.]

WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

## APÊNDICE

### ORAÇÕES EM PERÍODOS SIMPLES

Tabela 1: Colocação pronominal nas orações absolutas

ORAÇÃO ABSOLUTA											
LEXIA SIMPLES											
	XVI	XVII		XVIII	XIX			XX		XXI	
	PRÓCLISE	PRÓCLISE	ÊNCLISE	ÊNCLISE	PRÓCLISE	ÊNCLISE		PRÓCLISE	ÊNCLISE	PRÓCLISE	ÊNCLISE
	S	S	J	H	S	S	H	S	H	S	H
ME						1 / 267 (0,37%)			5 / 144 (3,47%)	5 / 93 (5,38%)	
TE							1 / 267 (0,37%)	1 / 144 (0,69%)		1 / 93 (1,08%)	
SE	3 / 262 (1,15%)	3 / 167 (1,8%)	3 / 167 (1,8%)		2 / 267 (0,75%)		2/267 (0,75%)	2 / 144 (1,39%)	9 / 144 (6,25%)	8 / 93 (8,6%)	2 / 93 (2,15%)
LHE		1 / 167 (0,6%)			1 / 267 (0,37%)						
LHES			2 / 167 (1,2%)								
O								1 / 144 (0,69%)		1 / 93 (1,08%)	
NOS								1 / 144 (0,69%)			
VOS				1 / 305 (0,33%)							1 / 93 (1,08%)
<b>TOTAL</b>	<b>3 (100%)</b>	<b>4 (44,44%)</b>	<b>5 (55,56%)</b>	<b>1 (100%)</b>	<b>3 (42,86%)</b>	<b>4 (57,14%)</b>		<b>5 (26,32%)</b>	<b>14 (73,68%)</b>	<b>15 (83,33%)</b>	<b>3 (16,67%)</b>
GRUPO VERBAL											
		PROV1	ENCV2		ENCV2			PROV1	ENCV2	PROV2	
		S	J			H		S	H	H	
ME								1 / 144 (0,69%)	1 / 144 (0,69%)		
SE		1 / 167 (0,6%)	1 / 167 (0,6%)			1 / 267 (0,37%)				1 / 93 (1,08%)	
<b>TOTAL</b>		<b>1 (50%)</b>	<b>1 (50%)</b>			<b>1 (100%)</b>		<b>1 (50%)</b>	<b>1 (50%)</b>	<b>1 (100%)</b>	

Fonte: dados coletados

## ORAÇÕES EM PERÍODOS COMPOSTOS

Tabela 2: Colocação pronominal nas orações coordenadas assindéticas

ORAÇÕES COORDENADAS ASSINDÉTICAS													
LEXIA SIMPLES													
	SÉCULO XVI		SÉCULO XVII			SÉCULO XVIII			SÉC XIX		SÉC XX		SÉC XXI
	PRÓCLIS E	ÊNCLISE	PRÓCLIS E	ÊNCLISE		PRÓCLIS E	ÊNCLISE		PRÓCLIS E	ÊNCLISE	PRÓCLIS E	ÊNCLISE	PRÓCLIS E
	S	J	S	J		S	J	H	S	H	S	H	S
ME											3 / 144 (2,08%)	1 / 144 (0,69%)	
SE	7 / 262 (2,67%)	6 / 262 (2,29%)	1 / 167 (0,6%)	6 / 167 (3,59%)		3 / 305 (0,98%)		2 / 305 (0,66%)	1 / 267 (0,37%)	10 / 267 (3,75%)		2 / 144 (1,39%)	3 / 93 (3,23%)
LHE				4 / 167 (2,4%)						4 / 267 (1,5%)			
LHES	1 / 262 (0,38%)	1 / 262 (0,38%)		3 / 167 (1,8%)							1 / 144 (0,69%)	2 / 144 (1,39%)	
O				7 / 167 (4,19%)									
OS				1 / 167 (0,6%)				1 / 305 (0,33%)					
LLOS							1 / 305 (0,33%)						
NO				1 / 167 (0,6%)									
LLO				1 / 167 (0,6%)									
LLA				1 / 167 (0,6%)									
TOTAL	8 (53,33%)	7 (46,67%)	1 (4%)	24 (96%)		3 (42,86%)	4 (57,14%)		1 (6,67%)	14 (93,33%)	4 (44,44%)	5 (55,56%)	3 (100%)
GRUPO VERBAL													
			PROV1	ÊNCV1	ÊNCV2					ÊNCV2		ÊNCV2	
			S	J	J					H		H	
ME												1 / 144 (0,69%)	
SE					1 / 167 (0,6%)					1 / 267 (0,37%)			
O			1 / 167 (0,6%)										
LO												1 / 144 (0,69%)	
A				1 / 167 (0,6%)									
TOTAL			1 (33,33%)	1 (33,33%)	1 (33,33%)					1 (100%)		2 (100%)	

Fonte: dados coletados



(Conclusão)

## ORAÇÕES COORDENADAS SINDÉTICAS

## LEXIA SIMPLES

	SÉC XVI		SEC XVII				SÉC XVII		SÉC XIX		SÉC XX		SÉC XXI	
	PRÓCLI SE	ÊNCLISE	PRÓCLI SE		ÊNCLI SE		PRÓCLI SE	ÊNCLISE	PRÓCLI SE	ÊNCLI SE	PRÓCLI SE	ÊNCLI SE	PRÓCLI SE	
<b>LLAS</b>		1 / 262 (0,38 %)												
<b>LLO</b>					1 / 167 (0,6%)									
<b>TOTAL</b>	<b>24</b> (53,33%)	<b>21</b> (46,67%)	<b>10</b> (45,45%)		<b>12</b> (54,55 %)		<b>21</b> (72,41%)	<b>8</b> (27,59%)	<b>6</b> (26,09%)	<b>17</b> (73,91 %)	<b>6</b> (60%)	<b>4</b> (40%)	<b>9</b> (100%)	

## GRUPO VERBAL

	PROV1	ÊNC V1		PROV1	PRO V2	ÊNCV1	ÊNC V2	PROV1	ÊNC V2				ÊNCV2	PROV2	ÊNCV 2
	S	J		S	S	J	J	S	J				H	S	H
<b>ME</b>								1 / 305 (0,33%)					1 / 144 (0,69%)		
<b>TE</b>														1 / 93 (1,08%)	
<b>SE</b>	6 / 262 (2,29%)	1 / 262 (0,38 %)		1 / 167 (0,6%)	1 / 167 (0,6%)	1 / 167 (0,6%)	1 / 167 (0,6%)	3 / 305 (0,98%)	1 / 305 (0,33 %)				1 / 144 (0,69%)	1 / 93 (1,08%)	
<b>LHE</b>		1 / 262 (0,38 %)					1 / 167 (0,6%)								
<b>LHES</b>								1 / 305 (0,33%)							
<b>O</b>								1 / 305 (0,33%)							
<b>OS</b>								1 / 305 (0,33%)							
<b>LOS</b>															1 / 93 (1,08%)
<b>TOTAL</b>	<b>6</b> (75%)	<b>2</b> (25%)		<b>1</b> (20%)	<b>1</b> (20%)	<b>1</b> (20%)	<b>2</b> (40%)	<b>7</b> (87,5%)	<b>1</b> (12,5 %)				<b>2</b> (100%)	<b>2</b> (66,67%)	<b>1</b> (33,33 %)

Fonte: dados coletados

Tabela 4: Colocação pronominal nas orações principais

(Continua)

ORAÇÃO PRINCIPAL																	
LEXIA SIMPLES																	
	SÉC XVI			SEC VII		SEC VIII		SEC XIX					SÉC XX			SÉC XXI	
	PRÓC LISE	ÊNCLISE		PRÓC LISE	ÊNCLISE	PRÓC LISE	ÊNCLISE	PRÓC LISE	MESÓC LISE	ÊNCLISE			PRÓC LISE	MESÓC LISE	ÊNCLISE	PRÓC LISE	ÊNCLISE
	S	J	S	S	J	S	H	S	H	J	S	H	S	H	H	S	H
ME						13 / 305 (4,26%)						5 / 267 (1,87%)	2 / 144 (1,39%)		5 / 144 (3,47%)	2 / 93 (2,15%)	2 / 93 (2,15%)
M'O										1 / 267 (0,37%)							
TE																1 / 93 (1,08%)	
SE	14 / 262 (5,34%)	1 / 262 (0,38%)		3 / 167 (1,8%)	5 / 167 (2,99%)	12 / 305 (3,93%)	3 / 305 (0,98%)	8 / 267 (3%)	1 / 267 (0,37%)		1 / 267 (0,37%)	19 / 267 (7,12%)	1 / 144 (0,69%)	1 / 144 (0,69%)	3 / 144 (2,08%)	1 / 93 (1,08%)	5 / 93 (5,38%)
LHE		1 / 262 (0,38%)			1 / 167 (0,6%)	10 / 305 (3,28%)		2 / 267 (0,75%)					1 / 144 (0,69%)		2 / 144 (1,39%)		
LHE S		1 / 262 (0,38%)		1 / 167 (0,6%)	1 / 167 (0,6%)										2 / 144 (1,39%)		
O							1 / 305 (0,33%)					1 / 267 (0,37%)				1 / 93 (1,08%)	
OS													1 / 144 (0,69%)				
LLO S					1 / 167 (0,6%)												
NO					1 / 167 (0,6%)												
N'O					1 / 167 (0,6%)							1 / 267 (0,37%)					
NOS						1 / 305 (0,33%)											
AS					1 / 167 (0,6%)							1 / 267 (0,37%)					
NA			1 / 262 (0,38%)														
NAS		1 / 262 (0,38%)															
VOS					1 / 167 (0,6%)	1 / 305 (0,33%)							1 / 144 (0,69%)		1 / 144 (0,69%)		
<b>TOTAL</b>	<b>14</b> <b>(73,68%)</b>	<b>5</b> <b>(26,32%)</b>		<b>4</b> <b>(25%)</b>	<b>12</b> <b>(75%)</b>	<b>37</b> <b>(90,24%)</b>	<b>4</b> <b>(9,76%)</b>	<b>10</b> <b>(22,73%)</b>	<b>1</b> <b>(2,27%)</b>	<b>33</b> <b>(75%)</b>			<b>6</b> <b>(30%)</b>	<b>1</b> <b>(5%)</b>	<b>13</b> <b>(65%)</b>	<b>5</b> <b>(41,67%)</b>	<b>7</b> <b>(58,33%)</b>

(Conclusão)

## ORAÇÃO PRINCIPAL

## GRUPO VERBAL

	SÉC XVI			SEC VII		SEC VIII		SEC XIX				SÉC XX			SÉC XXI	
	PROV1			PROV1	ÊNCV 1	PROV1		PROV1			ÊNC V1	ÊNC V2	PROV1		ÊNCV 2	PROV2
	S			S	J	S		S			H	H	S		H	S
ME						1 / 305 (0,33%)									1 / 144 (0,69%)	2 / 93 (2,15%)
SE	3 / 262 (1,15%)			1 / 167 (0,6%)	1 / 167 (0,6%)	2 / 305 (0,66%)		1 / 267 (0,37%)			1 / 267 (0,37%)	2 / 267 (0,75%)	1 / 144 (0,69%)			
LHE				1 / 167 (0,6%)												
OS						1 / 305 (0,33%)					1 / 267 (0,37%)					
LO															1 / 144 (0,69%)	
A						1 / 305 (0,33%)										
VOS						1 / 305 (0,33%)										
<b>TOTAL</b>	<b>3</b> <b>(100%)</b>			<b>1</b> <b>(33,33%)</b>	<b>2</b> <b>(66,67%)</b>	<b>6</b> <b>(100%)</b>		<b>1</b> <b>(20%)</b>			<b>2</b> <b>(40%)</b>	<b>2</b> <b>(40%)</b>	<b>1</b> <b>(33,33%)</b>		<b>2</b> <b>(66,67%)</b>	<b>2</b> <b>(100%)</b>

Fonte: dados coletados



(Conclusão)

## ORAÇÃO SUBORDINADA

## GRUPO VERBAL

	PROV1	ÊNC V2	PROV1	ÊNCV 2	PROV1			PROV1	ÊNCV1	ÊNCV 2	PROV1	PROV 2	PROV1	PRO V2	ÊNCV2
	S	J	S	J	J	S		S	H	H	S	S	S	S	H
O	1 / 262 (0,38%)	1 / 262 (0,38%)	1 / 167 (0,6%)			2 / 305 (0,66%)									
OS						3 / 305 (0,98%)									
LO		1 / 262 (0,38%)													
LLOS				1 / 167 (0,6%)											
NOS						3 / 305 (0,98%)									
A	3 / 262 (1,15%)					1 / 305 (0,33%)		1 / 267 (0,37%)							
AS	3 / 262 (1,15%)					1 / 305 (0,33%)									
VOS						2 / 305 (0,66%)									
LLAS		1 / 262 (0,38%)													
L-O										2 / 267 (0,75%)					
LH'O								1 / 267 (0,37%)							
N'A										1 / 267 (0,37%)					
LOS															1 / 93 (1,08%)
TOTAL	27 (90%)	3 (10%)	6 (54,55%)	5 (45,45%)	41 (100%)			3 (42,86%)	1 (14,29%)	3 (42,86%)	2 (66,67%)	1 (33,33%)	1 (25%)	2 (50%)	1 (25%)

Fonte: dados coletados

Tabela 6: Colocação pronominal nas orações subordinadas reduzidas de infinitivo

(Continua)

SUBORDINADA REDUZIDA DE INFINITIVO															
LEXIA SIMPLES															
	SÉC XVI			SÉC XVII		SÉC XVIII			SÉC XIX		SÉC XX		SÉC XXI		
	PRÓCLI SE		ÊNCLI SE		PRÓCLI SE	ÊNCLI SE	PRÓCLI SE	ÊNCLISE		PRÓCLI SE	ÊNCLI SE	PRÓCLI SE	ÊNCLI SE	PRÓCLI SE	ÊNCLI SE
	S		J		S	J	S	J	H	S	H	S	H	S	H
ME							1 / 305 (0,33%)				2 / 267 (0,75%)	3 / 144 (2,08%)	6 / 144 (4,17%)	2 / 93 (2,15%)	
SE	6 / 262 (2,29%)		1 / 262 (0,38%)		1 / 167 (0,6%)	2 / 167 (1,2%)	3 / 305 (0,98%)		5 / 305 (1,64 %)	2 / 267 (0,75%)	11 / 267 (4,12%)	1 / 144 (0,69%)	3 / 144 (2,08%)	13 / 93 (13,98%)	
LHE							2 / 305 (0,66%)		1 / 305 (0,33 %)		2 / 267 (0,75%)		2 / 144 (1,39%)		
O	2 / 262 (0,76%)									4 / 267 (1,5%)					
OS	1 / 262 (0,38%)						1 / 305 (0,33%)								
LO			1 / 262 (0,38%)						1 / 305 (0,33 %)				4 / 144 (2,78%)		2 / 93 (2,15%)
LLOS						1 / 167 (0,6%)									
NOS							1 / 305 (0,33%)								
A							1 / 305 (0,33%)								
AS	1 / 262 (0,38%)														
LA													2 / 144 (1,39%)		1 / 93 (1,08%)
VOS							3 / 305 (0,98%)								
LLAS									3 / 305 (0,98 %)						
LLO						1 / 167 (0,6%)									
L-O											3 / 267 (1,12%)				
L-OS											3 / 267 (1,12%)				
LOS													2 / 144 (1,39%)		1 / 93 (1,08%)
LLA						2 / 167 (1,2%)									
L-A											1 / 267 (0,37%)				
LAS			1 / 262 (0,38%)										1 / 144 (0,69%)		
L-AS											2 / 267 (0,75%)				
TOT AL	10 (76,92%)		3 (23,08 %)		1 (14,29%)	6 (85,71 %)	12 (54,55%)	10 (45,45%)		6 (20%)	24 (80%)	4 (16,67%)	20 (83,33 %)	15 (78,95%)	4 (21,05 %)

(Conclusão)

SUBORDINADA REDUZIDA DE INFINITIVO													
GRUPO VERBAL													
	PROV1	PROV2	ENCV1	ENC V2			PROV1						ENCV2
	S	S	J	J			S						H
ME							1 / 305 (0,33%)						
SE	1 / 262 (0,38%)			1 / 262 (0,38%)									
LHE		1 / 262 (0,38%)											
LLOS			1 / 262 (0,38%)										
AS	1 / 262 (0,38%)						1 / 305 (0,33%)						
LOS													1 / 93 (1,08%)
TOTAL	2 (40%)	1 (20%)	1 (20%)	1 (20%)			2 (100%)						1 (100%)

Fonte: dados coletados

Tabela 7: Colocação pronominal nas orações subordinadas reduzidas de gerúndio

ORAÇÕES SUBORDINADAS REDUZIDAS DE GERÚNDIO											
LEXIA SIMPLES											
	SÉC XVI	SÉC XVII		SÉC XVIII			SÉC XIX		SÉC XX	SÉC XXI	
	ÊNCLISE	PRÓCLISE	ÊNCLISE	PRÓCLISE	ÊNCLISE			PRÓCLISE	ÊNCLISE	ÊNCLISE	PRÓCLISE
	J	S	J	S	J	S	H	S	H	H	S
ME				1 / 305 (0,33%)					1 / 267 (0,37%)	1 / 144 (0,69%)	1 / 93 (1,08%)
SE		1 / 167 (0,6%)	5 / 167 (2,99%)		1 / 305 (0,33%)	1 / 305 (0,33%)	4 / 305 (1,31%)	1 / 267 (0,37%)	3 / 267 (1,12%)	3 / 144 (2,08%)	
LHE	2 / 262 (0,76%)		2 / 167 (1,2%)	1 / 305 (0,33%)		2 / 305 (0,66%)	2 / 305 (0,65%)		4 / 267 (1,5%)	2 / 144 (1,39%)	
LHES			2 / 167 (1,2%)				1 / 305 (0,33%)				
O							1 / 305 (0,33%)		2 / 267 (0,75%)		
OS							1 / 305 (0,33%)				
AS									1 / 267 (0,37%)		
<b>TOTAL</b>	<b>2 (100%)</b>	<b>1 (10%)</b>	<b>9 (90%)</b>	<b>2 (13,33%)</b>	<b>13 (86,67%)</b>			<b>1 (8,33%)</b>	<b>11 (91,67%)</b>	<b>6 (100%)</b>	<b>1 (100%)</b>
GRUPO VERBAL											
									ÊNCV1		
									H		
SE									1 / 267 (0,37%)		
<b>TOTAL</b>									<b>1 (100%)</b>		

Fonte: dados coletados

## ORAÇÕES EM PERÍODOS MISTOS

Orações com dupla classificação

Tabela 8: Colocação pronominal nas orações coordenadas assindéticas e principais

COORDENADA ASSINDÉTICA E PRINCIPAL									
LEXIA SIMPLES									
	SÉC XVI	SÉC XVII		SÉC XVIII	SÉC XIX		SÉC XX	SÉC XXI	
	ÊNCLISE	PRÓCLISE	ÊNCLISE		PRÓCLISE	ÊNCLISE		PRÓCLISE	ÊNCLISE
	J	S	J		S	H		S	H
ME								1 / 93 (1,08%)	
SE			1 / 167 (0,6%)		2 / 267 (0,75%)	1 / 267 (0,37%)		1 / 93 (1,08%)	1 / 93 (1,08%)
LHE	1 / 262 (0,38%)								
OS						1 / 267 (0,37%)			
N'O						1 / 267 (0,37%)			
A		1 / 167 (0,6%)							
L-A						1 / 267 (0,37%)			
<b>TOTAL</b>	<b>1 (100%)</b>	<b>1 (50%)</b>	<b>1 (50%)</b>		<b>2 (33,33%)</b>	<b>4 (66,67%)</b>		<b>2 (66,67%)</b>	<b>1 (33,33%)</b>

Fonte: dados coletados

Tabela 9: Colocação pronominal nas orações subordinadas desenvolvidas e assindéticas

SUBORDINADA E COORDENADA ASSINDÉTICA							
LEXIA SIMPLES							
	SÉC XVI	SÉC XVII	SÉC XVIII		SÉC XIX	SÉC XX	SÉC XXI
	PRÓCLISE	PRÓCLISE	PRÓCLISE	ÊNCLISE			PRÓCLISE
	S	S	S	J			S
ME							2 / 93 (2,15%)
TE				1 / 305 (0,33%)			
SE	6 / 262 (2,29%)	2 / 167 (1,2%)					
LHE	4 / 262 (1,53%)		1 / 305 (0,33%)				
LHES	1 / 262 (0,38%)						
O	1 / 262 (0,38%)		1 / 305 (0,33%)				
OS	1 / 262 (0,38%)						
A	1 / 262 (0,38%)						
LLO				3 / 305 (0,98%)			
<b>TOTAL</b>	<b>14 (100%)</b>	<b>2 (100%)</b>	<b>2 (33,33%)</b>	<b>4 (66,67%)</b>			<b>2 (100%)</b>
GRUPO VERBAL							
	PROV1						
	S						
SE	2 / 262 (0,76%)						
LHE	1 / 262 (0,38%)						
<b>TOTAL</b>	<b>3 (100%)</b>						

Fonte: dados coletados

Tabela 10: Colocação pronominal nas orações subordinadas desenvolvidas e coordenadas sindéticas

SUBORDINADA E COORDENADA SINDÉTICA						
LEXIA SIMPLES						
	SÉC XVI	SÉC XVII	SÉC XVIII		SÉC XIX	SÉC XX
	PRÓCLISE	PRÓCLISE	PRÓCLISE	ÊNCLISE		PRÓCLISE
	S	S	S	J	H	S
ME			1 / 305 (0,33%)			
SE		1 / 167 (0,6%)	1 / 305 (0,33%)			
LHE			1 / 305 (0,33%)		1 / 306 (0,33%)	
LHES			1 / 305 (0,33%)			1 / 144 (0,69%)
O	1 / 262 (0,38%)		1 / 305 (0,33%)			
NOS	1 / 262 (0,38%)					
A	1 / 262 (0,38%)					
LLO				2 / 305 (0,66%)		
<b>TOTAL</b>	<b>3 (100%)</b>	<b>1 (100%)</b>	<b>5 (62,5%)</b>	<b>3 (37,5%)</b>		<b>1 (100%)</b>
GRUPO VERBAL						
	PROV1					
	S					
LHES	1 / 262 (0,38%)					
<b>TOTAL</b>	<b>1 (100%)</b>					

Fonte: dados coletados

Tabela 11: Colocação pronominal nas orações coordenadas sindéticas e principais

COORDENADA SINDÉTICA E PRINCIPAL										
LEXIA SIMPLES										
	SÉC XVI		SÉC XVII		SÉC XVIII		SÉC XIX		SÉC XX	
	PRÓCLISE	ÊNCLISE	PRÓCLISE	ÊNCLISE	PRÓCLISE	ÊNCLISE	PRÓCLISE	ÊNCLISE	PRÓCLISE	ÊNCLISE
	S	J	S	J	S	H	S	H	S	H
ME					3 / 305 (0,98%)				2 / 144 (1,39%)	
SE	1 / 262 (0,38%)	1 / 262 (0,38%)	2 / 167 (1,2%)	1 / 167 (0,6%)	6 / 305 (1,97%)	2 / 305 (0,66%)	1 / 267 (0,37%)	7 / 267 (2,62%)	1 / 144 (0,69%)	
LHE					1 / 305 (0,33%)			1 / 267 (0,37%)		
O					1 / 305 (0,33%)			1 / 267 (0,37%)		
NOS					1 / 305 (0,66%)					
A	2 / 262 (0,76%)			1 / 167 (0,6%)						
AS										1 / 144 (0,69%)
<b>TOTAL</b>	<b>3 (75%)</b>	<b>1 (25%)</b>	<b>2 (50%)</b>	<b>2 (50%)</b>	<b>12 (85,71%)</b>	<b>2 (14,29%)</b>	<b>1 (10%)</b>	<b>9 (90%)</b>	<b>3 (75%)</b>	<b>1 (25%)</b>

GRUPO VERBAL										
	PROV1				PROV1		PROV1	ÊNCLV2		
	S				S		S	H		
SE					1 / 305 (0,66%)		1 / 267 (0,37%)	2 / 267 (0,75%)		
LHE								1 / 267 (0,37%)		
A	1 / 262 (0,38%)									
VOS					1 / 305 (0,33%)					
<b>TOTAL</b>	<b>1 (100%)</b>				<b>2 (100%)</b>		<b>1 (25%)</b>	<b>3 (75%)</b>		

Fonte: dados coletados

Tabela 12: Colocação pronominal nas orações coordenadas sindéticas e reduzidas de infinitivo

COORDENADA SINDÉTICA E REDUZIDA DE INFINITIVO					
LEXIA SIMPLES					
	SÉC XVI	SÉC XVII	SÉC XVIII	SÉC XIX	SÉC XX
	PRÓCLISE	ÊNCLISE		ÊNCLISE	ÊNCLISE
	S	J		H	H
SE	1 / 262 (0,3%)	1 / 167 (0,6%)		1 / 267 (0,37%)	
LO					1 / 93 (1,08%)
LA					1 / 93 (1,08%)
LOS					1 / 93 (1,08%)
<b>TOTAL</b>	<b>1 (100%)</b>	<b>1 (100%)</b>		<b>1 (100%)</b>	<b>3 (100%)</b>

Fonte: dados coletados

Tabela 13: Colocação pronominal nas orações subordinadas e principais

SUBORDINADA E PRINCIPAL						
LEXIA SIMPLES						
	SÉC XVI	SÉC XVII	SÉC XVIII	SÉC XIX	SÉC XX	SÉC XXI
	PRÓCLISE		PRÓCLISE		PRÓCLISE	
	J		S		S	
ME			1 / 305 (0,33%)		1 / 144 (0,69%)	
SE	4 / 262 (1,52%)					
LHES	1 / 262 (0,38%)					
TOTAL	5 (100%)		1 (100%)		1 (100%)	
GRUPO VERBAL						
			PROV1			
			S			
SE			1 / 305 (0,33%)			
VOS			1 / 305 (0,33%)			
TOTAL			2 (100%)			

Fonte: dados coletados

Tabela 14: Colocação pronominal nas orações subordinadas reduzidas de gerúndio e coordenadas sindéticas

SUBORDINADA REDUZIDA GERÚNDIO E COORDENADA SINDÉTICA					
LEXIA SIMPLES					
	SÉC XVI	SÉC XVII	SÉC XVIII	SÉC XIX	SÉC XX
		ÊNCLISE	ÊNCLISE	ÊNCLISE	ÊNCLISE
		J	H	H	H
SE			1 / 305 (0,33%)		
LHE		1 / 167 (0,6%)		1 / 267 (0,37%)	1 / 144 (0,69%)
OS		1 / 167 (0,6%)	1 / 305 (0,33%)		
TOTAL		2 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	1 (100%)

Fonte: dados coletados

Tabela 15: Colocação pronominal nas orações subordinadas reduzidas de gerúndio e coordenadas assindéticas

SUBORDINADA REDUZIDA DE GERÚNDIO E COORDENADA ASSINDÉTICA					
LEXIA SIMPLES					
	SÉC XVI	SÉC XVII	SÉC XVIII	SÉC XIX	SÉC XX
		ÊNCLISE			
		J			
LHE		1 / 167 (0,6%)			
LHES		2 / 167 (1,2 %)			
OS		1 / 167 (0,6%)			
TOTAL		4 (100%)			

Fonte: dados coletados

Tabela 16: Colocação pronominal nas orações reduzidas de gerúndio e principais

SUBORDINADA REDUZIDA DE GERÚNDIO E PRINCIPAL						
LEXIA SIMPLES						
	SÉC XVI	SÉC XVII		SÉC XVIII	SÉC XIX	SÉC XX
		PRÓCLISE	ÊNCLISE		ÊNCLISE	
		S	J		H	
SE		1 / 167 (0,6%)			1 / 267 (0,37%)	
LHE			1 / 167 (0,6%)			
TOTAL		1 (50%)	1 (50%)		1 (100%)	

Fonte: dados coletados

Tabela 17: Colocação pronominal na oração coordenada assindética e subordinada reduzida de infinitivo

COORDENADA ASSINDÉTICA E SUBORDINADA REDUZIDA DE INFINITIVO						
LEXIA SIMPLES						
	SÉC XVI	SÉC XVII	SÉC XVIII	SÉC XIX	SÉC XX	SÉC XXI
					ÊNCLISE	
					H	
LA					1/144 (0,69%)	
TOTAL					1 (100%)	

Fonte: dados coletados

Tabela 18: Colocação pronominal na oração subordinada reduzida de infinitivo e principal

SUBORDINADA REDUZIDA DE INFINITIVO E PRINCIPAL						
LEXIA SIMPLES						
	SÉC XVI	SÉC XVII	SÉC XVIII	SÉC XIX	SÉC XX	SÉC XXI
					ÊNCLISE	
					H	
LHE					1/144 (0,69%)	
TOTAL					1 (100%)	

Fonte: dados coletados

Tabela 19: Colocação pronominal na oração coordenada sindética e assindética

COORDENADA SINDÉTICA E ASSINDÉTICA						
LEXIA SIMPLES						
	SÉC XVI	SÉC XVII	SÉC XVIII	SÉC XIX	SÉC XX	SÉC XXI
						<b>PRÓCLISE</b>
						<b>S</b>
<b>SE</b>						1/93 (1,08%)
<b>TOTAL</b>						<b>1 (100%)</b>
GRUPO VERBAL						
						<b>PROCV2</b>
<b>SE</b>						1/93 (1,08%)
<b>TOTAL</b>						<b>1 (100%)</b>

Fonte: dados coletados

Oração com tripla classificação

Tabela 20: Colocação pronominal na oração coordenada assindética, principal e subordinada

COORDENADA ASSINDÉTICA, PRINCIPAL E SUBORDINADA						
LEXIA SIMPLES						
	SÉC XVI	SÉC XVII	SÉC XVIII	SÉC XIX	SÉC XX	SÉC XXI
	PRÓCLISE					
	S					
SE	1 / 262 (0,38%)					
TOTAL	1 (100%)					

Fonte: dados coletados

TABELA 21: Posição dos clíticos no PB nos diferentes tipos de orações do século XVI ao XXI<sup>50</sup>

	XVI		XVII		XVIII		XIX		XX		XXI	
	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E	P	E
Absoluta	(3/3) 100%	-	(5/11) 45,5%	(6/11) 54,5%	-	(1/1) 100%	(3/8) 37,5%	(5/8) 62,5%	(6/21) 28,6%	(15/21) 71,4%	(16/19) 84,2%	(3/19) 15,8%
Coordenada Assindética	(8/15) 53%	(7/15) 47%	(2/28) 7,1%	(26/28) 92,9%	(3/7) 42,9%	(4/7) 57,1%	(1/16) 6,2%	(15/16) 93,8%	(4/11) 36,4%	(7/11) 63,6%	(3/3) 100%	-
Coordenada Sindética	(30/53) 57%	(23/53) 43%	(12/27) 44,4%	(15/27) 55,6%	(28/37) 75,7%	(9/37) 24,3%	(6/23) 26,1%	(17/23) 73,9%	(6/12) 50%	(6/12) 50%	(11/12) 91,7%	(1/12) 8,3%
Principal	(17/22) 77,3%	(5/22) 22,7%	(5/19) 26,3%	(14/19) 73,7%	(43/47) 91,5%	(4/47) 8,5%	(11/49) 22,4%	(37/49) 75,6%	(7/23) 30,4%	(15/23) 65,3%	(7/14) 50%	(7/14) 50%
Subordinada desenvolvida	(112/115) 97,4%	(3/115) 2,6%	(42/47) 89,4%	(5/47) 10,6%	(137/139) 98,6%	(2/139) 1,4%	(87/105) 82,9%	(18/105) 17,1%	(35/35) 100%	-	(15/17) 88,2%	(2/17) 11,8%
Subordinada Reduzida de infinitivo	(13/18) 72,2%	(5/18) 27,8%	(1/7) 14,3%	(6/7) 85,7%	(14/24) 58,3%	(10/24) 41,7%	(6/30) 20%	(24/30) 80%	(4/24) 16,7%	(20/24) 83,3%	(15/20) 75%	(5/20) 25%
Subordinada Reduzida de gerúndio	-	(2/2) 100%	(1/10) 10%	(9/10) 90%	(2/15) 13,3%	(13/15) 86,7%	1/13 (7,7%)	(12/13) 92,3%	-	(6/6) 100%	(1/1) 100%	-

Fonte: Produção a partir dos dados coletados

<sup>50</sup> Os números que faltam aqui para fechar o número total de ocorrências de cada século se referem às ocorrências em períodos mistos: 34 no século XVI, 18 no século XVII, 35 no século XVIII, 23 no século XIX, 12 no século XX e 7 no século XXI. As ocorrências em períodos mistos podem ser conferidas da tabela 8 à tabela 20 do apêndice.

TABELA 22: Posição por clítico pronominal no PB

(Continua)

Pronomes/Posição	Século XVI			Século XVII			Século XVIII		
	Proc.	Encl.	Total	Proc.	Enc.	Total	Proc.	Enc.	Total
ME	-	-	-	-	-	-	41	0	41
	100%	0%	13,4%						
TE	-	-	-	-	-	-	-	2	2
							100%	0,7%	
SE	150	20	170	50	39	89	102	24	126
	88,24%	11,76%	64,89%	56,18%	43,82%	53,29%	80,95%	19,05%	41,3%
LHE	14	6	20	5	14	19	27	6	33
	70%	30%	7,63%	26,32%	73,68%	11,38%	81,82%	18,18%	10,8%
LHES	15	4	19	7	11	18	7	1	8
	78,95%	21,05%	7,25%	38,89%	61,11%	10,78%	87,5%	12,5%	2,6%
LH'O	-	-	-	-	-	-	-	-	-
O	9	0	9	4	7	11	23	3	26
	100%	0%	3,44%	36,36%	63,64%	6,59%	88,46%	11,54%	8,5%
OS	5	0	5	5	3	8	12	4	16
	100%	0%	1,91%	62,5%	37,5%	4,79%	75%	25%	5,2%
LLOS	0	1	1	0	4	4	0	2	2
	0%	100%	0,38%	0%	100%	2,4%	0%	100%	0,7%
A	10	0	10	1	2	3	5	1	6
	100%	0%	3,82%	33,33%	66,67%	1,8%	83,33%	16,67%	2%
AS	9	0	9	3	1	4	4	0	4
	100%	0%	3,44%	75%	25%	2,4%	100%	0%	1,3%
LA	0	1	1	-	-	-	-	-	-
	0%	100%	0,38%						
LLAS	0	2	2	-	-	-	0	3	3
	0%	100%	0,76%				0%	100%	1%
LAS	0	1	1	-	-	-	-	-	-
	0%	100%	0,38%						
NA	0	3	3	-	-	-	-	-	-
	0%	100%	1,15%						
NOS	2	1	3	0	2	2	14	0	14
	66,67%	33,33%	1,15%	0%	100%	1,2%	100%	0%	4,6%
VOS	-	-	-	0	1	1	16	1	17
				0%	100%	0,6%	94,12%	5,88%	5,6%
NO	0	3	3	0	2	2	-	-	-
	0%	100%	1,15%	0%	100%	1,2%			
NAS	1	3	4	-	-	-	-	-	-
	25%	75%	1,53%						
LO	0	2	2	-	-	-	0	1	1
	0%	100%	0,76%				0%	100%	0,3%
LLO	-	-	-	0	3	3	0	6	6
				0%	100%	1,8%	0%	100%	2%
LLA	-	-	-	0	3	3	-	-	-
				0%	100%	1,8%			
TOTAL	215	47	262	75	92	167	252	54	305
	82,06%	17,94%		44,91%	55,09%		82,35%	17,65%	

Fonte: Produção a partir dos dados coletados

TABELA 22: Posição por clítico pronominal no PB

(Conclusão)

Pronomes/Posição	Século XIX				Século XX				Século XXI		
	Proc.	Mesoc.	Encl.	Total	Proc.	Mesoc.	Encl.	Total	Proc.	Encl.	Total
ME	3 23,08%	0 0%	10 76,92%	13 4,87%	33 60%	-	22 40%	55 38,19%	20 90,91%	2 9,09%	22 23,66%
M'O	0 0%	0 0%	1 100%	1 0,37%	-	-	-	-	-	-	-
TE	1 50%	0 0%	1 50%	2 0,75%	1 100%	-	-	1 0,69%	3 100%	0 0%	3 3,23%
SE	64 43,24%	1 0,68%	83 56,08%	148 55,43%	19 43,2%	1 2,3%	24 54,5%	44 30,56%	47 83,93%	9 16,07%	56 60,22%
LHE	20 43,48%	0 0%	26 56,52%	46 17,23%	3 27,27%	-	8 72,73%	11 7,64%	0 0%	0 0%	0 0%
LHES	1 33,33%	0 0%	2 66,67%	3 1,12%	1 33,33%	-	2 66,67%	3 2,08%	-	-	-
LH'O	1 100%	0 0%	0 0%	1 0,37%	-	-	-	-	-	-	-
O	16 76,19%	0 0%	5 23,81%	21 7,87%	4 66,67%	-	2 33,33%	6 4,17%	4 100%	0 0%	4 4,3%
OS	2 50%	0 0%	2 50%	4 1,5%	1 100%	-	-	1 0,69%	-	-	-
LOS	-	-	-	-	-	-	3 100%	3 2,08%	-	-	4 4,3%
L-O	0 0%	0 0%	5 100%	5 1,87%	-	-	-	-	-	-	-
L-OS	0 0%	0 0%	3 100%	3 1,12%	-	-	-	-	-	-	-
N'O	0 0%	0 0%	2 100%	2 0,75%	-	-	-	-	-	-	-
A	8 100%	0 0%	0 0%	8 3%	-	-	-	-	-	-	-
AS	2 50%	0 0%	2 50%	4 1,5%	1 50%	-	1 50%	2 1,39%	-	-	-
L-A	0 0%	0 0%	2 100%	2 0,75%	-	-	-	-	-	-	-
L-AS	0 0%	0 0%	2 100%	2 0,75%	-	-	-	-	-	-	-
N'A	0 0%	0 0%	1 100%	1 0,37%	-	-	-	-	-	-	-
NOS	1 100%	0 0%	0 0%	1 0,37%	3 75%	-	1 25%	4 2,78%	-	-	-
VOS	-	-	-	-	1 50%	-	1 50%	2 1,39%	0 0%	1 100%	1 1,08%
NO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LA	-	-	-	-	-	-	4 100%	4 2,78%	0 0%	1 100%	1 1,08%
LLAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LAS	-	-	-	-	-	-	1 100%	1 0,69%	-	-	-
LO	-	-	-	-	-	-	7 100%	7 4,86%	0 0%	2 100%	2 2,15%
TOTAL	119 44,57%	1 0,37%	147 55,06%	267	67 46,5%	1 0,7%	76 52,8%	144	74 79,57%	19 20,43%	93

Fonte: Produção a partir dos dados coletados

TABELA 23: Posição por clítico pronominal no PE

	Século XVI				Século XVII				Século XVIII				Século XIX			
	Próclise	Mesóclise	Ênclise	Total	Proc.	Mes.	Enc.	Total	Proc.	Mes.	Enc.	Total	Proc.	Mes.	Enc.	Total
ME	7 87,5%	-	1 12,5%	8 3,17%	11 91,67%	-	1 8,33%	12 3,4%	9 52,94%	-	8 47,06%	17 6,72%	6 75%	-	2 25%	8 2,83%
MÔ	2 100%	-	-	2 0,79%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TE	7 87,5%	-	1 12,5%	8 3,17%	4 57,14%	-	3 42,86%	7 1,98%	5 71,43%	1 14,29%	1 14,29%	7 2,77%	3 100%	-	-	3 1,06%
SE	118 90,77%	-	12 9,23%	130 51,59%	209 76%	-	66 24%	275 77,9%	113 57,07%	-	85 42,93%	198 78,26%	84 38,53%	1 0,46%	133 61,01%	218 77,03%
SSE	-	-	3 100%	3 1,19%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LHE	30 73,17%	-	11 26,83%	41 16,27%	10 28,57%	-	25 71,43%	35 9,92%	10 83,33%	-	2 16,67%	12 4,74%	8 53,33%	-	7 46,67%	15 5,3%
LH'O	-	-	-	-	-	-	-	-	1 100%	-	-	1 0,4%	-	-	-	-
LHES	-	-	-	-	-	-	-	-	1 100%	-	-	1 0,4%	2 28,57%	-	5 71,43%	7 2,47%
Ô	-	-	13 100%	13 5,16%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ó	1 100%	-	-	1 0,4%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
O	-	-	-	-	6 100%	-	6 1,7%	-	5 100%	-	-	5 1,98%	5 62,5%	-	3 37,5%	8 2,83%
ÔS	-	-	9 100%	9 3,57%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OS	4 100%	-	-	4 1,59%	1 100%	-	1 0,28%	-	3 100%	-	-	3 1,19%	3 100%	-	-	3 1,06%
LO	-	1 33,33%	2 66,67%	3 1,19%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
L-OS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 100%	1 0,4%	-	-	1 100%	1 0,35%
N-O	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 100%	1 0,35%
Â	10 100%	-	-	10 3,97%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Á	1 100%	-	-	1 0,4%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	-	-	-	-	9 100%	-	9 2,55%	-	3 100%	-	-	3 1,19%	-	-	-	-
ÂS	8 100%	-	-	8 3,17%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AS	-	-	-	-	5 83,33%	-	1 16,67%	6 1,7%	2 100%	-	-	2 0,79%	1 33,33%	-	2 66,67%	3 1,06%
LA	-	-	1 100%	1 0,4%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
L-A	-	-	-	-	-	-	1 100%	1 0,28%	-	-	-	-	-	-	3 100%	3 1,06%
L-AS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 100%	1 0,35%
NOS	4 57,14%	-	3 42,86%	7 2,78%	1 100%	-	1 0,28%	-	1 50%	-	1 50%	2 0,79%	6 50%	1 8,33%	5 41,67%	12 4,24%
VOS	1 33,33%	2 66,67%	-	3 1,19%	-	-	-	-	1 100%	-	-	1 0,4%	-	-	-	-
TOTAL	193 76,59%	3 1,19%	56 22,22%	252	256 72,52%	0	97 27,48%	353	154 60,87%	1 0,40%	98 38,74%	253	118 41,70%	2 0,71%	163 57,60%	283

Fonte: Produção a partir dos dados coletados

TABELA 24: Posição por clítico pronominal nas gramáticas do PB e do PE no século XIX

	PE				PB			
	Proc.	Mes.	Enc.	Total	Proc.	Mes.	Enc.	Total
ME	6 75%	-	2 25%	8 2,83%	4 57,14%	0 0%	3 42,86%	7 2,8%
TE	3 100%	-	-	3 1,06%	1 100%	0 0%	0 0%	1 0,4%
SE	84 38,53%	1 0,46%	133 61,01%	218 77,03%	121 70,76%	0 0%	50 29,24%	171 68,4%
LHE	8 53,33%	-	7 46,67%	15 5,3%	20 64,52%	0 0%	11 35,48%	31 12,4%
LHES	2 28,57%	-	5 71,43%	7 2,47%	0 0%	0 0%	4 100%	4 1,6%
O	5 62,5%	-	3 37,5%	8 2,83%	2 33,33%	0 0%	4 66,67%	6 2,4%
OS	3 100%	-	-	3 1,06%	2 40%	0 0%	3 60%	5 2%
L-O	-	-	-	-	0 0%	1 12,5%	7 87,5%	8 3,2%
L-OS	-	-	1 100%	1 0,35%	0 0%	0 0%	2 100%	2 0,8%
N-O	-	-	1 100%	1 0,35%	-	-	-	-
Â	-	-	-	-	4 100%	0 0%	0 0%	4 1,6%
AS	1 33,33%	-	2 66,67%	3 1,06%	0 0%	0 0%	1 100%	1 0,4%
L-A	-	-	3 100%	3 1,06%	0 0%	0 0%	5 100%	5 2%
L-AS	-	-	1 100%	1 0,35%	0 0%	0 0%	2 100%	2 0,8%
NOS	6 50%	1 8,33%	5 41,67%	12 4,24%	1 50%	0 0%	1 50%	2 0,8%
VOS	-	-	-	-	0 0%	0 0%	1 100%	1 0,4%
TOTAL	118 41,70%	2 0,71%	163 57,60%	283	155 62%	1 0,4%	94 37,6%	250

Fonte: Produção a partir dos dados coletados